



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Contagem - 2016

BR 040 – Km 688 – Guanabara – CEP: 32.145-900 – Contagem – Minas Gerais
[Http://www.ceasaminas.com.br](http://www.ceasaminas.com.br) – e-mail: rosinelia@ceasaminas.com.br

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS – S.A - CEASAMINAS

ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

SUBUNIDADE RESPONSÁVEL:

Departamento Planejamento – Depla

Rosinéia Veloso Coelho – Gestora

Plinio Laurindo Gonzaga Silva – Economista

Luly Lima Rodrigues da Silva – Supervisor

Colaboração:

Departamentos - CeasaMinas

Seções - CeasaMinas

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do ano base de 2015 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011 e das Portarias TCU nº 321/2015 e CGU 552/2015.

Contagem, 31 de maio de 2016

Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras

Quadro de Identificação da Unidade Prestadora de Contas	11
Quadro do Organograma	15
Quadro de Receitas CeasaMinas 2013 – 2015	36
Quadro da Tabela I – Volume Total Ofertado aos Entrepósitos da CeasaMinas	40
Quadro Informações Sobre os Dirigentes e Colegiados	44
Quadro A.5.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC	46
Quadro Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	51
Quadro Atuação da Unidade de Auditoria Interna	58
Gráfico 1 Modalidade de Manifestações na Ouvidoria	73
Gráfico 2 Modalidade de Atendimento na Ouvidoria	74
Gráfico 3 Grupo de Manifestações na Ouvidoria	75
Gráfico 4 Perfil do Usuário que Demandou Atendimento na Ouvidoria	76
Gráfico 5 Status de Respostas na Ouvidoria	77
Gráfico 6 Status de Respostas da Ouvidoria dentro do Prazo	78
Gráfico 1 Desempenho Financeiro do Exercício – Lucro Líquido	79
Gráfico 2 Desempenho Financeiro do Exercício – Receita de Processo Licitatório	80
Gráfico 3 Desempenho Financeiro do Exercício – Lucro Antes dos Impostos	80
Gráfico 4 Desempenho Financeiro do Exercício – Dispon. de Caixa e Equivalentes	81
Quadro Balanço Patrimonial	83
Quadro Demonstração dos Fluxos de Caixas	85
Quadro Demonstração dos Resultados	86
Quadro Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	87
Quadro Nota Explicativa Disponibilidade Imediata	89
Quadro Nota Explicativa Contas a Receber de Clientes	89
Quadro Nota Explicativa Bens do Ativo Imobilizado	91
Quadro Nota Explicativa Créditos a Recuperar	92
Quadro Nota Explicativa Intangível	93
Quadro Nota Explicativa Obrigações Tributárias e Previdenciárias	94
Quadro Nota Explicativa Outras Obrigações Contas a Pagar	94
Quadro Nota Explicativa Provisões para Contingências	95
Quadro Nota Explicativa Capital Social Subscrito	97
Quadro Nota Explicativa Pessoal	98
Quadro Nota Explicativa Recuperações de Despesas	98
Quadro Nota Explicativa Outros Proventos	99
Quadro Nota Explicativa Receitas Financeiras	99
Quadro Nota Explicativa Despesas Financeiras	100
Quadro Nota Explicativa Impostos e Taxas	100

Quadro Nota Explicativa Encargos Sociais	101
Quadro Nota Explicativa Credores por Caução	101
Quadro Nota Explicativa Outras Receitas	102
Quadro Nota Explicativa Outras Despesas	102
Quadro Nota Explicativa Salários, Provisões e Contribuições Sociais	103
Quadro Nota Explicativa Valores a Recuperar	103
Quadro Nota Explicativa Material de Consumo	104
Quadro Nota Explicativa Impostos e Encargos a Recuperar	104
Quadro Nota Explicativa Almoxarifado	105
Quadro Nota Explicativa Despesas Exercício Seguinte	105
Quadro Nota Explicativa Depósito e Ação Judicial	106
Quadro Nota Explicativa Fornecedores	106
Quadro Nota Explicativa Depreciações / Amortizações	107
Quadro Nota Explicativa Receitas Operacionais Bruta	108
Quadro Nota Explicativa Dedução da Receita Bruta	108
Quadro Estrutura de Pessoal Específica do Pessoal Lotado no Departamento de Tecnologia da UPC	110
Quadro Situações que reduzem a força de trabalho da UPC	110
Quadro Distribuição da Lotação Efetiva da UPC	111
Quadro Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	112
Quadro Quantidade de servidores da UPC por faixa etária	112
Quadro Quantidade de servidores da UPC por nível de escolaridade	113
Quadro Instituidores de Pensão	113
Quadro Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UPC	114
Quadro Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	114
Quadro Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	114
Quadro Despesas de pessoal no exercício de referência e no anterior	115
Quadro Composição do quadro de estagiários	124
Quadro 8.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	126
Quadro 8.3.2 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	140
Quadro Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	149
Quadro Plano de Providências Permanente Recomendações da CGU	149
Quadro Informações Sobre as Ações de Publicidade e Propaganda	160

SUMÁRIO

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	11
3.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas	11
3.1.1 Relatório de Gestão Individual	11
3.2 Finalidade, Competências e Regulamentos de Criação	12
3.3 Breve Histórico da Entidade	13
3.4 Ambiente de Atuação	14
Organograma	15
3.6 Macroprocessos finalísticos	20
3.7 Composição Acionária do Capital Social	28
3.8 Participação em Outras Sociedades	28
3.9 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício	29
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL	29
4.1 Planejamento Organizacional	29
4.1.1 Informações Sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução	31
4.1.2 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	31
4.1.3 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	34
4.1.4 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	34
4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos	35
4.3 Desempenho Orçamentário	36
4.3.1 Informações Sobre a Realização das Receitas	36
4.3.2 Informações Sobre a Realização das Despesas	37
4.3.3 Informações Sobre a Realização dos Investimentos	38
4.4 Desempenho Operacional	39
5. GOVERNANÇA	41
5.1 Descrição das Estruturas de Governança	41
5.2 Informações Sobre os Dirigentes e Colegiados	44
5.3 Política de Designação de Representantes nas Assembléias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedade de Propósito Específico	45
5.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	45
5.5 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	48
5.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados	52
5.7 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	58
5.8 Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados	71
5.9 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade	71
5.10 Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais	71
5.11 Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada	72
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	73
6.1 Canais de Acesso do Cidadão	73
6.2 Mecanismo de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade	78
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	79
7.1 Desempenho Financeiro do Exercício	79
7.2 Informações sobre as Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior	81
7.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	82
7.4 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	82
7.5 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas	83
7.6 Informações sobre as Operações de Financiamento	109
8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	109
8.1 Gestão de Pessoas	109
Estrutura de Pessoal da Unidade	109
8.1.1.1 Informações Específicas sobre o Pessoal Lotado na Coordenação-Geral de Inovações Tecnológicas – CGIT/MCTI	109
8.1.1.2 Informações Específicas sobre a Estrutura de Pessoal	110
8.1.2 Demonstrativo das Despesas Com Pessoal	115
8.1.3 Informações sobre os Controles para Mitigar Riscos Relacionados ao Pessoal	121
8.1.4 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores	121
da Administração Pública Federal	

8.1.5	Pessoal Requisitado dos Quadros de Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal.....	122
8.1.6	Medidas para Ressarcimento de Valores Pagos Indevidamente a Servidores Movimentados em Razão de Missões Permanentes ou Provisórias	122
8.1.7	Demonstração das Iniciativas de Cobrança de Valores Pagos Indevidamente a Servidores Removidos em Razão de Missões Permanentes.....	122
8.1.8	Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas	122
8.1.9	Controles Internos das Concessões de Bolsas dos Programas de Estudantes.....	122
8.1.10	Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários	123
8.1.11	Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	124
8.1.12	Contratação de Mão de Obra Temporária.....	124
8.2	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura	124
8.2.1	Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada.....	124
8.2.2	Política de Destinação dos Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos Nessas Condições	126
8.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	126
8.3	Gestão de Tecnologia da Informação.....	136
8.3.1	Principais Sistemas de Informações	136
8.3.2	Informações Sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI	140
8.3.3	Ações Relacionadas à Recuperação e à Modernização dos Sistemas.....	142
8.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	142
8.4.1	Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras.....	142
8.5	Gestão de Fundos e Programas.....	148
8.6	Informações Sobre Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.....	148
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	149
9.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	149
9.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	149
9.3	Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	157
9.4	Medidas Administrativas e Judiciais Para a Cobrança da Dívida Previdenciária e Não Previdenciária.....	157
9.5	Informações Sobre o Cronograma de Substituição de Trabalhadores Terceirizados Irregulares no Âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.....	157
9.6	Informações Sobre a Atuação em Benefícios de Prestação Continuada.....	157
9.7	Informações Sobre a Gestão de Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social.....	157
9.8	Informações Sobre o Credenciamento das Oficinas Regionais de Extintores de Incêndio Perante o Inmetro.....	157
9.9	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	158
9.10	Informações Sobre as Ações de Patrocínio	159
9.11	Gestão de Precatórios	159
9.12	Informações Sobre a Aplicação dos Recursos do FCDF Destinados às Áreas de Saúde e Educação	159
9.13	Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	159
9.14	Informações Sobre as Ações de Publicidade e Propaganda	160
10.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	161
10.1	Informações Sobre a Itaipu Binacional	161
11.	ANEXOS E APÊNDICES	162
	Relatório e/ou Parecer da Unidade de Auditoria Interna.....	162
11.2	Parecer de Colegiado	166
11.3	Relatório de Auditor Independente.....	168
11.4	Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei 8.730/1993 Quando à Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	171

2. APRESENTAÇÃO

Nos seis entrepostos da CeasaMinas foram ofertadas aproximadamente 2.400.000 toneladas de produtos em 2015 distribuídos em hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, provenientes de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Piauí, Sergipe, China, Chile, Argentina, Uruguai, Espanha e Holanda.

A empresa investiu em 2015 o montante de R\$ 1.523.734 distribuído em Manutenção, Adequação e Expansão da Infraestrutura Operacional – R\$ 946.970,00; Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – R\$ 42.808; Manutenção, Adequação e Aquisição de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – R\$ 628.000.

A realização da receita global no período de janeiro a dezembro atingiu o valor de R\$ 43.191.612, enquanto as despesas no mesmo período a quantia de R\$ R\$ 43.634.732, já inclusa a depreciação.

A principal dificuldade enfrentada pela empresa em 2015 foi a necessidade de se realizar provisões de quase R\$ 2.500.000 para atendimento às demandas judiciais. Isso influenciou tanto o resultado apurado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) quanto na disponibilidade de caixa da empresa.

Assim sendo, tanto a execução do Orçamento de Investimentos quanto do Planejamento Estratégico traçada pela empresa foi extremamente prejudicada.

A CEASAMINAS, pela gestão realizada no ano de 2.015, obteve as seguintes e importantes realizações:

I – Resolução definitiva do movimento paredista deflagrado em Outubro de 2.015 e que perdurou até a segunda quinzena do mês de Dezembro do mesmo ano.

A grande insatisfação dos empregados da Empresa era relativa aos Acordos Coletivos de Trabalho pendentes de efetiva resolução desde o biênio 2.012/2.013. Havia, naquela ocasião, uma Ação Judicial de Cumprimento (Biênio 2.012/2.013) e uma Ação Judicial de Dissídio Coletivo (Biênio 2.013/2.014) instauradas pelo Sindicato dos Empregados e que consistiam em grande risco para as finanças da Estatal. Ademais, tal situação acarretou em revolta dos empregados da CEASAMINAS e fator determinante para a insatisfação para com o trabalho.

Após intensa negociação, a Diretoria Executiva desta Empresa obteve êxito em acordar

com o Sindicato dos Empregados a resolução final e definitiva dessa situação, celebrando o Acordo Coletivo de Trabalho do biênio 2.015/2.016 e extinguindo, com a expressa concordância das partes, as demandas judiciais anteriormente ajuizadas (Ação Judicial de Cumprimento e Ação Judicial de Dissídio Coletivo) eliminando qualquer risco de passivos trabalhistas para a CEASAMINAS e propiciando maior satisfação e dedicação de seus empregados para com os trabalhos realizados.

II – Possibilidade de pagamento de dividendos e da Participação nos Lucros e Resultados aos empregados da CEASAMINAS na medida em que a Empresa apurou lucro no exercício de 2.015.

III – Aprovação, pela Assembléia Geral Ordinária da CEASAMINAS, das contas apresentadas pela Diretoria Executiva desta Estatal para o exercício de 2.015.

IV – Início da implantação do “TAC dos Carregadores”, ajustado com o I. Ministério Público do Trabalho para regularizar e normatizar a profissão dos movimentadores de mercadoria conforme determinado pela Lei n.º 12.023/2.009. Tal medida objetiva auxiliar na efetivação do reconhecimento dessa importante profissão.

V – Distribuição de 1.189,36 toneladas (1.189,36 quilos) de produtos hortigranjeiros a diversas Associações Benéficas, com média mensal de 99,33 toneladas, através do PRODAL – Banco de Alimentos da CEASAMINAS.

Importante destacar que esse programa, diversas vezes premiado por r. Instituições, é realizado com doações de hortigranjeiros e evita o desperdício de alimentos consumíveis, além de atender à população carente, propiciando também um caráter social aos trabalhos desenvolvidos por esta Estatal.

Por outro lado, essa Estatal enumera como principais dificuldades para o alcance dos objetivos e metas traçadas para o exercício de 2.015 os seguintes fatores:

- a) Movimento paredista deflagrado em Outubro de 2.015 e que perdurou até a segunda quinzena do mês de Dezembro do mesmo ano. Isso porque o movimento paredista deflagrado acabou por prejudicar as normais atividades desempenhadas por esta

Empresa.

- b) Bloqueios Judiciais determinados pelo Poder Judiciário em face de decisões judiciais definitivas e transitadas em julgado decorrentes de atos praticados pela CEASAMINAS no passado. Esses bloqueios, ressalte-se, acabaram por reduzir sensivelmente a capacidade financeira desta Estatal.
- c) Crise econômica no Brasil no ano de 2015: Como cediço, o Brasil, em 2015, passou por profunda recessão econômica e este fato acabou por reduzir sensivelmente a oportunidade de novos negócios para todos os setores, aí incluindo os exercidos pela CEASAMINAS.
- d) Suspensão temporária dos processos de licitação da CEASAMINAS do mês de Agosto ao mês de Dezembro de 2015: As licitações para concessões desta Estatal tiveram de ser suspensas para aguardar manifestação do I. Tribunal de Contas da União acerca da licitude de como estas eram praticadas. Ao final, a Corte de Contas emitiu decisão favorável aos métodos praticados por esta Empresa para fins de licitação das concessões. A dificuldade daí advinda decorre do fato de que esta Estatal tem como principal fonte de renda a licitação para concessão de áreas.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

3.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.3.1.1 - Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo Público Federal		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 47838
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A		
Denominação Abreviada: CEASAMINAS		
Código SIORG: 47838	Código LOA: Não se Aplica	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade Anônima de Economia Mista – Estatal Federal		CNPJ: 17.504.325/0001-04
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84-11-06-00
Telefones/Fax de contato:	(031) 3399-2050	(031) 3399.2021 (031) 3399-2088
Endereço Eletrônico: depla@ceasaminas.com.br		
Página na Internet: http://www.ceasaminas.com.br		
Endereço Postal: BR 040 Km 688, Bairro: Guanabara – Contagem – CEP: 32145-900		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A, criada através da Lei Estadual MG Nº 5.577/1970 e originalmente por escritura pública. Lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Belo Horizonte, Livro Nº 585 – E, folhas 1a 12V, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em 10 de maio de 1971, sob o Nº 256.009. Integrante do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento inaugurada em 28 de fevereiro de 1974. Constitui-se numa empresa estatal federal, Sociedade Anônima de Economia Mista.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Não se aplica		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regulamento de Mercado; Balanço Social; Jornal Entrepasto (mensal); CEASAMINAS FAZ (Grande BH); Caixa de Notícias (interior); Site: www.ceasaminas.com.br ; Redes Sociais (twitter, facebook, orkut, google mais); Comunicado para Mercado.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se Aplica	Não se Aplica
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Não se Aplica	Não se Aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se Aplica	Não se Aplica

3.2 Finalidade, Competências e Regulamentos de Criação

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS é uma Sociedade de Economia Mista, autorizada pela Lei Estadual nº 5.577, de 20 de outubro de 1970 e, criada originariamente por escritura pública, lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Belo Horizonte, Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em 10 de maio de 1971, sob o nº 256.009, integrante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desde a sua federalização ocorrida no ano de 2000.

É uma sociedade que tem sede, domicílio e foro no município de Contagem/Minas Gerais, e que tem por objeto conforme disposição estatutária:

- a) Implantar, instalar e administrar, neste Estado, Centrais de Abastecimento Regionais e Mercados, destinados a orientar e disciplinar a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, operando como centros polarizadores de abastecimento e incentivadores da produção agrícola;
- b) Participar dos planos e programas do Governo para o abastecimento e, ao mesmo tempo, promover e facilitar o intercâmbio com as demais congêneres do País, com os órgãos do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e municípios do Estado, inclusive através de participação acionária;
- c) Firmar convênios, acordos, contratos ou outros tipos de intercâmbio, pertinentes à sua atividade, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, ouvido o Conselho de Administração e observado o

- disposto na alínea “I” do artigo 13 do Estatuto Social da empresa;
- d) Desenvolver, em caráter supletivo e auxiliar da política de preços do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de produtos alimentícios, abrangidos por sua competência operacional;
 - e) Promover a implantação, nas suas áreas operacionais, de atividades afins, correlatas, similares ou mesmo atípicas a produtos alimentícios, de apoio direto ou indireto à produção, à comercialização e ao abastecimento em geral;
 - f) Administrar, sem fins lucrativos, em parceria com entidades públicas ou privadas, mediante convênio, programas de responsabilidade social com aproveitamento de produtos hortigranjeiros e de sobras de alimentos, com a finalidade de atendimento às pessoas carentes, favelas, creches, dispensários, orfanatos, escolas, associações comunitárias e assemelhados;
 - g) Executar a política e o controle do Abastecimento sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da legislação vigente.

Negócio da Empresa: Central de Soluções em Abastecimento.

Missão: Promover com sustentabilidade a segurança alimentar, organizando e equilibrando o sistema de abastecimento.

Visão: Ser referência mundial em soluções de abastecimento com qualidade e sustentabilidade até 2015.

Valores Essenciais: Ética, Inovação, Transparência, Sustentabilidade, Valorização Profissional e Justiça Social.

3.3 Breve Histórico da Entidade

As Centrais de Abastecimento são mercados atacadistas que se estruturam em espaços que reúnem vendedores e compradores, agentes públicos e informais. Têm origem no Sistema Nacional de Abastecimento – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – Sinac que

implantou, a partir da década de 70, as principais Ceasas e promoveu o estabelecimento de normas de comercialização, informações de mercado e técnicas de produção para o segmento hortigranjeiro no país. A atividade principal é o abastecimento do mercado de hortigranjeiros sendo, as atividades de serviços complementares e bens e serviços, os focos secundários.

As atividades complementares podem ser entendidas como restaurantes, lanchonetes, serviços automotivos, agências bancárias, representação comercial, serviços diversos, dentre outros. Já as atividades secundárias contemplam o comércio de embalagens, miudezas, eletroeletrônicos, vestuário, máquinas e equipamentos, papelaria, material de construção, dentre outros.

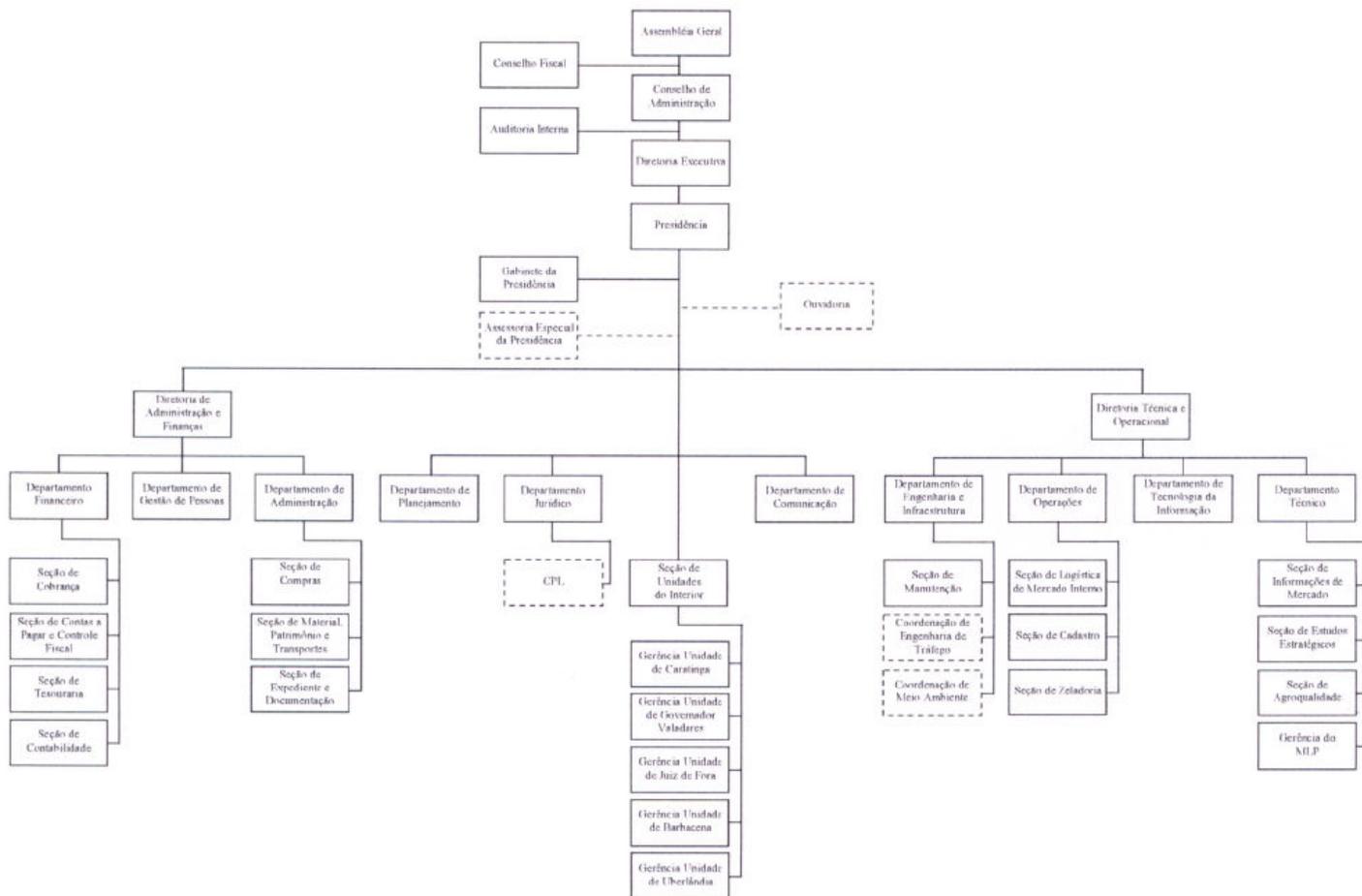
Em que pese os relevantes serviços públicos prestados, temos que entender que, na realidade a entidade visa à exploração de atividade econômica através da cessão de áreas para particulares e estes, mediante atos de mercancia, realizam a distribuição de hortigranjeiros, bem como, em alguns casos, a prestação de serviços diversificados que não os ligados ao abastecimento alimentar. Nesse diapasão, as áreas de comercialização colocadas a disposição de particulares se dão mediante instrumento jurídico prescrito no Direito Administrativo, notadamente, a concessão de uso remunerada. A concessão de uso é um contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular (pessoa jurídica) a utilização privativa de bem público para que exerça conforme sua destinação.

3.4 Ambiente de Atuação

Esta Sociedade executa a política e o controle do Abastecimento sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da legislação vigente e está inserida em um mercado que busca reunir entidades do segmento de alimentos e suplementos a produção, oferecendo espaço para negociação através de concessão de áreas delimitadas, buscando assim estabelecer um ambiente propício a transação entre vendedores, compradores e prestadores de serviços na logística da mercadoria. Estas Centrais oferece um grande mix de produtos e serviços, como frutas, legumes, verduras, cereais, farmácia, frete e outros; todos realizados pelas pessoas que freqüentam o entreposto na busca por produtos e serviços consolidando assim o ambiente favorável ao empreendedorismo. O entreposto orienta e disciplina a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, operando como centros polarizadores de abastecimento e incentivadores da produção agrícola.

Organograma

Organograma das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS





A Composição Organizacional da CEASAMINAS é constituída da seguinte forma:

I - ÓRGÃOS SUPERIORES DE DELIBERAÇÃO COLEGIADA

Assembléia Geral dos Acionistas

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

II - ÓRGÃOS DIRETORES

Presidência

Diretoria de Administração e Finanças

Diretoria Técnica e Operacional

III - ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DE ASSESSORAMENTO

Auditoria Interna

Gabinete da Presidência

Assessoria Especial da Presidência

Ouvidoria

Departamento de Comunicação

Departamento Jurídico

Departamento de Planejamento

Departamento de Tecnologia da Informação

IV - ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Departamento de Administração

Departamento de Engenharia e Infraestrutura

Departamento Financeiro

Departamento de Gestão de Pessoas

Departamento de Operações

Departamento Técnico

V - ÓRGÃOS EXECUTIVOS DESCENTRALIZADOS

Gerência Unidade de Barbacena

Gerência Unidade de Caratinga

Gerência Unidade de Governador Valadares

Gerência Unidade de Juiz de Fora

Gerência Unidade de Uberlândia

Áreas Estratégicas da Gestão

➤ Departamento de Operações (DEPOP)

Coordena e supervisiona as atividades do mercado e operacionais da CeasaMinas através do elo multifuncional com as seções de Cadastro (Secad), Zeladoria (Sezel) e da Pousada do Produtor.

Gestor Responsável: Joaquim Oscar Alvarenga

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento de Operações

Período de atuação: 04/06/2013 – 16/03/2016

➤ Departamento Técnico (DETEC)

Coordena as estratégias de indução da melhoria dos hortigranjeiros e acompanha o processo de comercialização dos produtos nas Unidades da CeasaMinas através das atividades realizadas pela Seção de Estudos Estratégicos (Seest), Gerência do MLP, Informações de Mercado (Secim), Agroqualidade, tendo como intuito, processar as informações obtidas nas

pesquisas de mercado, nos estudos estratégicos e estatísticos.

Gestor Responsável: Wilson Guide da Veiga Júnior

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento Técnico

Período de atuação: 09/01/2009 – 15/03/2016

➤ **Departamento de Administração (DEPAD)**

Coordena, supervisiona e orienta a execução das atividades das Seções de Compras (Secob), Material, Patrimônio e Transporte (Sempt), Expediente e Documentação (Sexpe), com o intuito de assegurar eficácia no desenvolvimento das ações de infraestrutura e apoio logístico.

Gestor Responsável: Paulo Geraldo Pinto de Sá

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento de Administração

Período de atuação: 09/09/15 – 15/05/2016

➤ **Departamento de Gestão de Pessoas (DEREH)**

Desenvolve e implanta políticas de recursos humanos que estejam em equidade com as empresas de porte similar e coordena as atividades do departamento de pessoal, medicina e segurança do trabalho com o objetivo de garantir aos empregados satisfação pessoal e profissional.

Gestor Responsável: Luciano Ferreira Ribeiro

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento de Gestão de Pessoas

Período de atuação: 29/08/2014 – 21/06/2016

➤ **Departamento de Engenharia e Infraestrutura (DEMFA)**

Coordena a perícia técnica de obras civis, do meio ambiente e das reformas no entreposto. Elabora projetos, laudos técnicos e vistorias almejando a manutenção da parte elétrica, hidráulica e civil da CeasaMinas.

Gestor Responsável: Ronan Siuves Ferreira

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento de Engenharia e Infraestrutura

Período de atuação: 03/04/2014 - Atual

➤ **Departamento Financeiro (DEFIN)**

Através do acompanhamento das tarefas executadas pelas seções de Contabilidade (Secon), Contas a Pagar e Controle Fiscal (Sepag), Cobrança (Secob), e Tesouraria (Setes), controla as atividades financeiras da CeasaMinas com o intuito de cumprir as normas advindas da legislação vigente e da Diretoria Executiva.

Gestor Responsável: Marco Aurélio Gontijo

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento Financeiro

Período de atuação: 05/08/2013 – 15/05/2016

➤ **Departamento de Planejamento (DEPLA)**

É responsável pela coordenação das atividades de planejamento no âmbito da CeasaMinas. Dentre suas atividades estão: a coordenação das ações e desdobramentos do Planejamento Estratégico da empresa, compilação do Relatório de Gestão e do Processo de Prestação de Contas Anual, a coordenação dos processos de padronização (sua implementação e manutenção), suporte às demais áreas da empresa nas questões relativas à gestão organizacional e assessoria direta ao Gabinete da Presidência e à Diretoria Executiva, à qual está diretamente subordinada.

Gestora Responsável: Rosinéia Veloso Coelho

Cargo Ocupado: Gestora do Departamento de Planejamento

Período de atuação: 23/06/2015 - Atual

➤ **Departamento de Tecnologia da Informação (DETIN)**

Gerencia as demandas de tecnologia da informação e acompanha a execução das atividades voltadas para o suporte técnico e treinamento dos empregados que utilizam os serviços informatizados.

Gestora Responsável: Jeane Lau Assis da Matta Machado

Cargo Ocupado: Gestora do Departamento de Tecnologia da Informação

Período de atuação: 15/07/2015 - Atual

➤ **Departamento de Comunicação (DECOM)**

Responsável pela elaboração, coordenação e execução de ações de comunicação internas e externas da empresa, o DECOM atua nas áreas de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade, eventos, mailing e assessoria de Imprensa, visando divulgar e melhorar continuamente a imagem da empresa.

Gestor Responsável: Verlan Andrade Homem

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento de Comunicação

Período de atuação: 20/03/2013 – 22/04/2016

➤ **Departamento Jurídico (DEJUR)**

Presta assessoria e elabora contratos e pareceres jurídicos; realiza defesas trabalhistas até terceira instância e defesas em ações judiciais e extrajudiciais aforadas contra a CeasaMinas e também coordena a Comissão Permanente de Licitação (CPL), buscando sempre respaldar a empresa e seus interesses nas questões judiciais.

Gestora Responsável: Carulina de Freitas Chagas

Cargo Ocupado: Gestor do Departamento Jurídico

Período de atuação: 29/09/2015 – 10/05/2016

3.6 Macroprocessos finalísticos

A estatal através de um conjunto de atividades inter-relacionada que transforma insumo (entradas) em produtos (saídas) objetiva coordenar a política de abastecimento alimentar do Estado de Minas Gerais, através de implantação, instalação e administração de entrepostos atacadista, por si e parcerias, destinadas a orientar e disciplinar a comercialização e a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios.

Os usuários da produção desta entidade se dividem em dois blocos, a saber:

1º Bloco: São os produtores agrícolas individuais ou reunidos em cooperativas que vendem seus produtos nos mercados/entrepostos organizados pela empresa e os lojistas que revendem

produtos agrícolas diversos incluídos no mesmo mercado organizado pela CeasaMinas.

2º Bloco: São os usuários dos produtos/serviços oferecidos pelos integrantes do primeiro bloco, produtores e lojistas, e os compradores.

O agrupamento dos agentes do 1º e 2º bloco em um mesmo local é a condição para o mercado acontecer em regime de livre concorrência abastecendo toda a sociedade alvo.

Para criar esses espaços econômicos, que são os mercados ou entrepostos atacadistas, nos quais se reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviço, agentes públicos e informais em uma intensa relação comercial e social realizada em curto espaço de tempo, a CeasaMinas tem como Macroprocessos finalísticos:

- a) Organização/administração do mercado de Contagem;
- b) Organização/administração do mercado de Caratinga;
- c) Organização/administração do mercado de Juiz de Fora;
- d) Organização/administração do mercado de Barbacena;
- e) Organização/administração do mercado de Uberlândia;
- f) Organização/administração do mercado de Governador Valadares.

Assim sendo, através da Organização/administração de cada um de seus entrepostos, a CeasaMinas busca atingir sua missão, qual seja, promover com sustentabilidade a segurança alimentar, organizando e equilibrando o sistema de abastecimento.

Para atingir os Macroprocessos finalísticos, a empresa utiliza-se de sua estrutura regimental, por meio de processos de apoio que são:

- a. – Desenvolvimento Institucional
 - a.1 – Desenvolvimento de pessoal;
 - a.2 – Desenvolvimento do processo de compras;
 - a.3 – Desenvolvimento do processo de informação;
 - a.4 – Desenvolvimento do processo orçamentário;

a.5 – Desenvolvimento do planejamento estratégico.

b. – Desenvolvimento Organizacional

b.1 – Administração do pessoal;

b.2 – Administração patrimonial;

b.3 – Administração financeira.

c. – Processo de Gestão

c.1 – Gestão orçamentária;

c.2 – Gestão do planejamento estratégico.

d. – Processos de Ampliação

d.1 – Gestão do crescimento patrimonial;

d.2 – Gestão do desenvolvimento dos mercados.

Os principais parceiros relacionados aos processos finalísticos desta instituição que contribuíram com a consecução das atividades desta entidade foram:

ALGUNS CLIENTES:

- Produtores Rurais do Estado de Minas Gerais
- Atacadista Netuno Ltda – Perfa Alimentos
- Nelson Vilefort Orzil – Nelson Vilefort Orzil
- Decminas Distribuição e Logística S.A. – Apoio Mineiro
- Benassi Minas Exporta. e Importação Ltda – Benassi
- Adição Distribuição Express Ltda
- DMA Distribuidora S.A.
- Instituto Mineiro de Agropecuária
- Banco do Brasil S.A.

- Futura Distribuidora de Alimentos Ltda
- Supply Distribuidora de Produtos
- Banco Bradesco S.A.
- Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A.
- CEMA – Central Mineira Atacadista
- Cerealista Nova Safra Ltda
- Distribuidora de Frutas e Legumes
- Associação Regional dos Produtores Hortigranjeiros
- Uai Higienização e Logística S.A.
- Facon Comércio de Hortifruti Ltda
- Mamata Comércio de Frutas Ltda
- Scarpinelli Produtora e Distribuidora

ALGUNS FORNECEDORES:

- Cia. de Saneamento de Minas Gerais – Copasa

Objeto: Prover soluções em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

- CEMIG Distribuição S.A.

Objeto: Prover o entreposto de energia elétrica.

- Plantão Serviços de Vigilância Ltda

Objeto: Vigilância patrimonial, através da vigilância desarmada e de operação de monitoramento de sistema CFTV.

- Conserve Serviços Gerais Ltda

Objeto: Serviço continuado de locação de mão de obra, limpeza, conservação e higienização por metro quadrado limpo.

- Vina Equipamentos e Construções Ltda

Objeto: Terceirização de serviço com fornecimento de equipamentos, materiais, uniformes e mão do obra, visando a varrição das pistas de circulação, áreas de carga e descarga, estacionamento, coleta de lixo, transporte de resíduos e serviço de lavação.

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural MG – Emater MG

Objeto: Empreitada integral, consistente na emissão de forma exclusiva de Emater, de atestados de produção.

- Prefeitura Municipal de Contagem MG

Objeto: Dispor adequadamente os resíduos sólidos com características domiciliares gerados no entreposto.

- Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio Ltda

Objeto: Administração, confecção, manuseio e fornecimento de cartão magnético com tecnologia chip para vale alimentação.

ALGUNS CONVÊNIOS:

- Convênio **97** 14/09/2015 **23/09/2015** 01 **Meses** **DECOM**

Conveniando: ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento

Objeto: Patrocínio do 29º Congresso da União Mundial dos Mercados Atacadistas, WUWM Brazilian Congress – 2015, a ser realizar em Campinas/SP, de 23 a 26 de setembro de 2015 no Royal Palm Plaza Hotel e contara com a participação de técnicos da estatal em diversas palestras técnicas e demais eventos correlatos, visando melhor capacitá-los, além de garantir divulgação institucional à marca da empresa, por meio de um estande montado no local do evento, e

exposição da logomarca d entidade em vários materiais.

- Convênio **15** 18/03/2015 **17/03/2020** 60 *Meses* **SEUNI**

Conveniada: ARPHORT – Associação Regional dos Produtores de Hortigranjeiros

Objeto: Arrecadação da taxa de R\$7,92 (sete reais e noventa e dois centavos) referente a Tarifa de Uso, sobre o valor total do carnê dos Produtores de Hortigranjeiros da CeasaMinas de Juiz de Fora, por solicitação da conveniente, a qual será posteriormente repassada para a cobertura de despesas relacionadas com 02(dois) funcionários, materiais de escritório e serviços de contabilidade. A Conveniente disponibilizara pessoal para manter convênio com a Secretária da Receita Estadual para prestação de serviço de emissão de notas fiscais avulsas de produtor rural como suporte para comprador; sendo beneficiários 160 produtores que permanentemente, comercializam na Unidade e 10.000 usuários/mês que freqüentam o interior do entreposto.

- Convênio **47** 15/06/2015 **14/12/2015** 06 *Meses* **SEZEL**

Conveniada: ASMAC – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem

Objeto: Doação de material reciclável, que está sob o domínio da CeasaMinas permitindo aos catadores de material reciclável, associados da proponente, livre trânsito nos logradouros do recinto do entreposto de Contagem, nos dia e horários definidos pela CeasaMinas, observadas as normas internas de trânsito e os critérios operacionais desta estatal, sob total responsabilidade da Asmac.

- Convênio **49** 26/03/2015 **25/09/2015** 06 *Meses* **SEUNI**

Conveniada: ASSOHORTA – Associação Regional dos Produtores Hortigranjeiros

Objeto: Desembolso de recurso para cobertura de despesas com pessoal na Unidade de Uberlândia, garantindo ações básicas de operação para o pagamento de um manipulador de alimentos com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que irá prestar serviços

diretamente na operação do Prodal – Programa de Distribuição de Alimentos através de doações disponibilizadas por varejistas, produtores e comerciantes estabelecidos no entreposto..

- Convênio **59** 12/09/2015 **11/09/2020** 60 **Meses** **SEUNI**

Conveniando: ASLOCEJF – Associação dos Lojistas da Ceasa de Juiz de Fora

Objeto: Apropriar mensalmente a quantia de R\$1.750,00 (mil e setecentos e cinquenta reais) da RDC _ Rateio das Despesas Comum, para posteriormente repassar à Conveniente, visando o pagamento das despesas do contrato de parceria firmado com o Primeiro Pelotão de Polícia Montada da 3ª Companhia de Missões Especiais.

- Convênio **64** 24/06/2015 **23/07/2015** 01 **Mês** **DECOM**

Conveniando: Sama Produções e Eventos

Objeto: Participação da CeasaMinas no evento denominado 8º Festival Internacional Andando de Bem com a Vida, a ser realizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte – MG, e divulgação de material institucional contendo a logomarca desta Sociedade.

- Convênio **24** 12/09/2015 **11/09/2020** 12 **Meses** **DEPLA**

Conveniando: ACCEASA – Associação Comercial da Ceasa

Objeto: Convênio de mútua cooperação com repasse mensal de verba, R\$10.000,00, para contribuir com as melhorias de qualidade de vida, através de ações na área de saúde, através do Posto de Saúde.

- Convênio **12.518** 21/03/2014 **31/12/2017** 45 **Meses** **DETEC**

Conveniando: SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto: A delegação pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos da gestão administrativa, financeira e operacional, á Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A das unidades do Mercado Livre do Produtor - MLP e das demais áreas pertencentes ao Estado inclusive o Pavilhão 4, localizadas CEASAMINAS, discriminadas na lei Estadual nº 12.422, de dezembro de 1996, e no Decreto Estadual nº .40.963, de 22 de março de 2000.

➤ Convênio **98** 21/10/2014 **20/11/2014** 01 *Mês* **DECOM**

Conveniando: AMIS – Associação Mineira de Supermercados

Objeto: Participação da estatal na 28ª edição do Congresso e Feira Supermercadista e da Panificação (SUPERMINAS), por meio de estande próprio, conforme projeto constante do Plano de Trabalho anexo. O evento será realizado no Pavilhão Expominas, em Belo Horizonte/MG.

➤ Convênio **04** 23/12/2014 **22/12/2019** 60 *Mês* **DETEC**

Conveniando: Prefeitura Municipal de Maravilhas

Objeto: Comodato de conjunto de bens móveis, qual seja, calibradora de tomate, mesa, cadeira giratória, cadeira simples, computador e impressora multifuncional instalada no Barracão do Produtor do município.

➤ Convênio **51** 27/05/2015 **26/05/2020** 60 *Mês* **DEREH**

Conveniando: Banco do Brasil S.A.

Objeto: Regular o estabelecimento pelo Banco, dos critérios para abertura de depósito em garantia – bloqueado para movimentação, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela CeasaMinas aos saldos e extratos de todos os eventos. Os contratos firmados entre a CeasaMinas e a empresa terceirizada serão albergados pelo depósito em garantia – bloqueado

para movimentação.

- Convênio **106** 23/10/2014 **22/10/2019** 60 *Mês* **DETIN**

Conveniando: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE

Objeto: Estabelecer as bases de cooperação comum entre os partícipes para possibilitar as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CeasaMinas, mediante adesão às condições previstas neste instrumento, compartilhar dos serviços de tecnologia da informação e da infraestrutura disponibilizados pela rede IP multisserviços criada por meio do Decreto nº 45.006 de 09/01/2009.

- Convênio **107** 23/10/2014 **22/10/2019** 60 *Mês* **DETIN**

Conveniando: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE

Objeto: Estabelecer as bases de cooperação comum entre os partícipes para possibilitar as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CeasaMinas, mediante adesão às condições previstas neste instrumento, compartilhar dos serviços de tecnologia da informação e da infraestrutura disponibilizados pela rede IP multisserviços criada por meio do Decreto nº 45.006 de 09/01/2009.

3.7 Composição Acionária do Capital Social

Este item está evidenciado na DMPL no item 7.12 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei 6.404/76.

3.8 Participação em Outras Sociedades

NÃO SE APLICA

3.9 Principais Eventos Societários Ocorridos no Exercício

NÃO SE APLICA

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

❖ CeasaMinas

- Negócio: Central de soluções em abastecimento
- Missão: Promover com sustentabilidade a segurança alimentar, organizando e equilibrando o sistema de abastecimento.
- Visão: Ser referência mundial em soluções de abastecimento com qualidade e sustentabilidade.
- Valores:
 - Ética
 - Inovação
 - Transparência
 - Sustentabilidade
 - Valorização profissional
 - Justiça Social

Pelo Regimento Interno da CeasaMinas, a Diretoria Técnica por meio de seus departamentos e seções é a responsável pela execução das diretrizes que norteiam a missão da CeasaMinas. Ela está assim estruturada:

A Diretoria Técnica e Operacional – DIRTEC – é responsável pela coordenação dos seguintes Departamentos e respectivas seções:

1 - Departamento de Engenharia e Infraestrutura – DEMFA

- 1.1 - Seção de Manutenção – SEMAM
- 1.2 - Coordenação de Engenharia de Tráfego – CET
- 1.3 - Coordenação de Meio Ambiente – COMAM

2 - Departamento de Operações – DEPOP

- 2.1 - Seção de Logística de Mercado Interno – SELMI
- 2.2 - Seção de Cadastro – SECAD
- 2.3 - Seção de Zeladoria – SEZEL

3 - Departamento Técnico – DETEC

- 3.1 - Seção de Informações de Mercado – SECIM
- 3.2 - Seção de Estudos Estratégicos – SEEST
- 3.3 - Seção de Agro qualidade – SEAGRO
- 3.4 - Gerência do MLP – GEMLP

4 - Departamento de Tecnologia da Informação – DETIN

5 - Seção de Unidades do Interior - SEUNI

- 5.1 – Gerência da Unidade de Uberlândia
- 5.2 – Gerência da Unidade de Juiz de Fora
- 5.3 – Gerência da Unidade de Governador Valadares
- 5.4 – Gerência da Unidade de Caratinga
- 5.5 – Gerência da Unidade de Barbacena

O Planejamento Estratégico da CeasaMinas foi elaborado para o período de 2012-2015.

Até o ano de 2014, as ações desenvolvidas foram pautadas principalmente na área técnica, ou seja, procurou-se desenvolver e aprimorar os instrumentos necessários à comercialização, serviços de informação de mercado, estatística, classificação e padronização de produtos, de forma a promover a oferta de produtos de acordo com os preceitos da segurança alimentar.

A partir de 2015 buscou-se trabalhar questões estruturais da empresa tais como: Mapeamento de possíveis passivos trabalhistas existentes na empresa com consequente apresentação de proposta de saneamento das possíveis irregularidades encontradas; Equilíbrio do resultado financeiro dos Ativos do Estado no âmbito da CeasaMinas; Estruturação do plano de mobilidade na Unidade da CeasaMinas Contagem; Apresentação de estudo para avaliação a respeito da viabilidade de retirada da CeasaMinas do PND e Elaboração de Regulamento de Mercado específico para cada Unidade da CeasaMinas

4.1.1 Informações Sobre o Programa de Trabalho e as Estratégias de Execução

O planejamento da Gestão Estratégica para a CEASAMINAS consistiu em análise e preparo das informações existentes, entrevistas com os diretores e workshop de formulação da estratégia.

O workshop aconteceu nos dias 12 e 13 de março de 2015, na cidade de Lagoa Santa, Minas Gerais, onde se reuniram diversos técnicos da CeasaMinas, para elaboração dos objetivos estratégicos para a empresa para o biênio 2015-2016.

4.1.2 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

❖ **TEMA: POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**

Objetivo: Remanejamento de pessoas capacitadas atendendo as necessidades da empresa e interesse pessoal do funcionário.

Meta: Apresentar uma política de remanejamento.

Objetivo: Capacitação do Regulamento de Mercado da CeasaMinas.

Meta: Capacitar o corpo funcional da CeasaMinas iniciando pelos Orientadores de Mercado e Gerentes do Interior, sobre as normativas do Regulamento de Mercado da CeasaMinas.

Indicador: Número de pessoas capacitadas

Objetivo: Diagnóstico e proposição de solução de passivos trabalhistas

Meta: Realizar um mapeamento de possíveis passivos trabalhistas existentes na empresa com consequente apresentação de proposta de saneamento das possíveis irregularidades encontradas.

❖ **TEMA: NOVAS ADMINISTRAÇÕES E REFORMAS**

Objetivo: Implantação de sede para Novas Administrações em Uberlândia, Juiz de Fora e Contagem.

Meta: Apresentar um projeto de parceria público/privada para implantação das novas sedes.

❖ **TEMA: ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS DOS ATIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO ÂMBITO DA CEASAMINAS**

Objetivo: Equilíbrio financeiro dos Ativos do Estado no âmbito da CeasaMinas.

Meta: Apresentar um projeto para ajustar as despesas às receitas arrecadadas em cada uma das Unidades.

Indicador: Lucro Operacional por Unidade.

Objetivo: Organizar o trânsito e potencializar novas receitas no MLP da Unidade de Contagem

Meta: Implantação de estacionamento e área para cobrança e marcação no MLP na CeasaMinas Contagem

❖ **TEMA: CONTROLE DE TRÁFEGO E TRÂNSITO DA UNIDADE DE CONTAGEM**

Objetivo: Estruturar o plano de mobilidade na Unidade da CeasaMinas Contagem

Meta: Apresentação de proposta de edital para conceituar o termo de referência para licitação

❖ **TEMA: REGULAMENTO DE MERCADO DE TODAS AS UNIDADES**

Objetivo: Elaboração de Regulamento de Mercado específico para cada Unidade da CeasaMinas.

Meta: Elaborar o Regulamento de Mercado

❖ **TEMA: RECOLHIMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS EM TODAS AS UNIDADES**

Objetivo: Tratamento de Resíduos nas Unidades da CeasaMinas

Meta: Apresentar propostas práticas e plano de trabalho com custos financeiros para o recolhimento e destinação dos resíduos sólidos gerados nas unidades da CeasaMinas.

❖ **TEMA: FONTES DE ENERGIA ALTERNATIVA**

Objetivo: Implantação de micro usina de energia solar

Meta: Reduzir custos com energia convencional

Indicador: Custo unitário da energia

❖ **TEMA: EXPANSÃO DE TODAS AS UNIDADES DA CEASAMINAS**

Objetivo: Ocupar as áreas ociosas das unidades da CeasaMinas

Meta: Apresentar proposta de plano de trabalho para ocupação dos platôs.

Indicador: Receitas de Processos Licitatórios de Áreas Próprias, Tarifas de Uso e redução de RDC.

Objetivo: Abertura de Capital da CeasaMinas/Regras de Governança Corporativa

Meta: Apresentar proposta para abertura do capital e regras de governança corporativa da CeasaMinas

❖ **TEMA: PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO PND**

Objetivo: Retirada da CeasaMinas do PND.

Meta: Apresentar um estudo para avaliação a respeito da viabilidade de retirada da CeasaMinas do PND

❖ **TEMA: FLEXIBILIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO DA
CEASAMINAS RD/PRESI/044/2012**

Objetivo: Avaliação da Flexibilização dos Contratos de Concessão de Uso conforme RD 44/2012

Meta: Contratação de escritório especializado para dar subsídio à Diretoria Executiva para

tomada de decisão.

❖ **TEMA: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL**

Objetivo: Digitalização de documentos - GED

Meta: Apresentar um projeto para digitalização dos documentos no sistema GED.

Objetivo: Aproximação institucional da empresa com outros segmentos com atividades correlatas à CeasaMinas.

Meta: Apresentar um projeto de gastronomia visando essa aproximação.

4.1.3 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Após o workshop realizado, quando da elaboração dos objetivos estratégicos para a empresa para o biênio 2015-2016, entre os dias 12 e 13 de março de 2015, a Diretoria da CeasaMinas promoveu um novo encontro no início do mês de junho de 2015 para avaliação do desenvolvimento das ações definidas no mês de março. Nesse encontro foram definidas novas ações a partir dos resultados obtidos.

No entanto, o processo a partir daí apresentou uma descontinuidade. A empresa teve 2 (dois) Presidentes e 2 (dois) Diretores Financeiros. Aliado a isso, a empresa enfrentava no segundo semestre de 2015, dificuldades financeiras que não permitiam desenvolver as ações traçadas, o que levou a Diretoria Executiva da época optar pela interrupção da execução dos objetivos definidos até que, a situação financeira melhorasse e a empresa pudesse retomar as ações.

4.1.4 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

O propósito do planejamento pode ser definido como o desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas que proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos organizacionais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente, eficiente e eficaz. O exercício sistemático do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório e, conseqüentemente, provocar o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos, desafios e metas estabelecidos para a Organização.

O planejamento estratégico é a função que determina um meio sistemático para a tomada de decisões, visando garantir o sucesso da organização em seu ambiente atual e futuro. É um processo dinâmico, através do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar por meio de um comportamento pró-ativo, levando em conta a análise de seu ambiente, em consonância com a sua razão de existir, a fim de construir o seu futuro desejado.

Nesse sentido, os objetivos estratégicos para o biênio 2015-2016 foram concebidos a partir das necessidades que a empresa apresentava no início de 2015, de forma que, através da estruturação das atividades de apoio, a empresa fosse capaz de alcançar os objetivos traçados em 2012.

São ações que visam garantir o sucesso da organização em seu ambiente atual e futuro, assim definido como o caminho que a empresa precisa trilhar, no biênio 2015-2016, para conseguir realizar a sua missão institucional.

4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

O projeto foi idealizado para ser executado da seguinte forma:

1. Cada tema escolhido terá um técnico responsável para seu desenvolvimento com utilização da plataforma do Stratec;
2. O Departamento de Planejamento ficará responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento do trabalho desse técnico com reuniões individuais mensais;
3. O Departamento de Planejamento ficará responsável pela organização e coordenação de reuniões gerais bimestrais envolvendo todos os responsáveis com cada tema preferencialmente fora do recinto da CeasaMinas, para tanto deverá contar com o apoio do Departamento Administrativo e de Comunicação;
4. O Departamento de Planejamento ficará responsável pela organização e coordenação de reuniões bimestrais com a Diretoria Executiva para acompanhamento de desenvolvimento dos temas que será registrado em DIREX para conseqüente envio aos Conselhos Fiscal e de Administração;
5. No prazo de 6 (seis) meses deverá acontecer novo encontro com todos técnicos para

avaliação dos resultados obtidos e;

6. A divulgação dos resultados para a administração, usuários do Entrepasto, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento, CGU será dinâmica conforme suas realizações no prazo máximo de 6 (seis) meses.

4.3 Desempenho Orçamentário

O Orçamento de receitas e despesas para o exercício orçamentário de 2015 foi aprovado pela Diretoria Executiva da CeasaMinas, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Decreto nº 8.383, de Dezembro de 2014 e pela Lei 13.080 de 2/1/15.

4.3.1 Informações Sobre a Realização das Receitas

As receitas da CeasaMinas são resultantes da concessão à iniciativa privada, por meio de processos licitatórios, de áreas em seus diversos entrepostos.

De 2013 a 2015, a empresa apurou as seguintes receitas:

Receitas CeasaMinas 2013 - 2015			
Classificação	Valores em R\$		
	2013	2014	2015
Receita Bruta Serviços e Concessões de Uso	37.172.606,00	44.248.679,00	40.290.651,00
Receitas financeiras	2.065.254,00	2.528.475,00	2.046.938,00
Dividendo recebido	17.768,00	1.026,00	-
Recuperação de despesas e outras	975.921,00	2.347.308,00	854.224,00
Total	40.231.549,00	49.125.488,00	43.191.813,00

Elaboração: Departamento de Planejamento - CeasaMinas

As receitas de Concessões de Uso representam mais de 90% das receitas da Estatal. Essas receitas por sua vez, são fortemente influenciadas pela realização ou não de concessões de áreas próprias ainda ociosas.

De 2013 para 2014, as concessões de áreas ociosas apresentaram uma variação de 94,5%, passando de R\$ 5.239.386 para R\$ 10.189.357, em decorrência da licitação de área visando a “expansão” do Entrepasto de Contagem no valor de R\$ 7.000.000.

Em 2015, com apuração de R\$ 3.764.971 na rubrica acima mencionada, a receita da empresa recuou, apresentando redução de 9% com

relação ao ano de 2014.

4.3.2 Informações Sobre a Realização das Despesas

No período janeiro/dezembro, encerrando o exercício de 2015, os dispêndios globais se comportaram no mesmo ritmo previsto na proposta orçamentária, 100,1%>=100,0%. Com apenas uma exceção, as despesas variaram dentro dos limites toleráveis.

À exceção da conta “Outros Serviços”, todas as demais contas de despesa em 2015 ficaram abaixo da programação orçamentária.

E essa conta somente apresentou valores acima do programado, porque se tratou de uma eventualidade, um fato superveniente de uma decisão judicial que nos impôs a necessidade de uma provisão na conta “Provisão para Contingências Fiscais” de quase R\$ 2.500.000,00.

➤ Pessoal e Encargos

O grupo como um todo atingiu um percentual de realização de 97%.

➤ Prestação de Serviços Técnico, Administrativo e Operacional

O grupo como um todo apresentou um percentual de realização de 96%, abaixo, portanto, da programação anual.

➤ Tributos e Encargos Parafiscais

Apresentaram um percentual de realização de 98%, abaixo, portanto, da programação anual.

➤ Outros Serviços

Apresentou um percentual de realização de 154%, acima, portanto, da programação anual.

Essa variação teve origem na provisão de R\$ 2.482.219, feita em decorrência de valor bloqueado pela Vara da Fazenda Pública em atendimento ao Processo Judicial 0079.10.028819-4.

➤ Dispêndios Indiretos com Pessoal Próprio

Apresentaram um percentual de realização de 93%, abaixo, portanto, da programação anual.

➤ Utilidades e Serviços

Apresentaram um percentual de realização de

95%, abaixo, portanto, da programação anual.

➤ **Materiais e Produtos**

Apresentaram um percentual de realização de 82%, abaixo, portanto, da programação anual.

➤ **Propaganda e Publicações Oficiais**

Apresentaram um percentual de realização de 64%, abaixo, portanto, da programação anual.

4.3.3 Informações Sobre a Realização dos Investimentos

I – Orçamento de Investimento (OI)

O ativo fixo previsto para o exercício orçamentário de 2015, após ajuste com base na MP 666, de 30-12-14, foi fixado em R\$ 2.528.000. Sua realização até o mês de dezembro foi de R\$ 1.523.734, correspondendo a 60,3%, deixando assim de cumprir a totalidade prevista na proposta orçamentária para todo o exercício de 2015. Orçamento de Investimentos da CeasaMinas abrange três ações, a saber:

1. Manutenção, Adequação e Expansão da Infraestrutura Operacional:

De um orçamento de R\$ 1.800.000, realizamos no período de janeiro-dezembro percentual de 52,6%, inferior ao ritmo de 100,0% previsto, totalizando valor de R\$ 946.970.

1.1 Investimentos na Unidade de Contagem:

A previsão orçamentária era de R\$ 968.123, no entanto, foram realizados investimentos da ordem de R\$ 761.962, ou seja, 78,7% do planejado.

- ✓ Obras concluídas: Pátio Logístico para veículos, Posto de Fiscalização do Entrepasto e Grupo Gerador a Diesel;
- ✓ Obra em andamento: Ampliação do Pátio do MLP (Mercado livre do produtor) no valor de R\$170.000. Essa obra será reprogramada para o exercício de 2016.

1.2 Investimentos nas Unidades do Interior:

A previsão orçamentária era de R\$ 831.877, no entanto, foram realizados investimentos da ordem de R\$ 185.804, ou seja, 22,2% do planejado.

- ✓ Obras concluídas: Plataforma do GPI no Entrepasto de Juiz de fora, valor de R\$ 129.012 e Terreno em Gov. Valadares, despesas (iniciais) cartoriais valor de R\$ 55.996.
- ✓ Obras previstas e não realizadas: Subestação de energia no entreposto de Uberlândia-MG, licitação ganha pela Empresa Eletrid – Eletricidade Industrial Ltda. no valor de R\$ 320.994,45 e Cobertura do GPI de Juiz de Fora MG, contrato também em fase de assinatura com a empresa W.I. Construções Ltda. – ME, no valor de R\$ 423.397,17. Essas obras serão reprogramadas para o exercício de 2016.

2. Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento:

Os investimentos em informática também não alcançaram a meta prevista para o período, de um total previsto de R\$ 100.000,00 realizou-se 43%, ou seja, R\$ 42.808. Os investimentos previstos e não realizados no orçamento em referência serão incluídos na reprogramação do orçamento de 2016.

3. Manutenção, Adequação e Aquisição de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos:

Com orçamento de R\$ 628.000 essa rubrica apresentou para o período apurado uma realização de R\$ 533.955, ou seja, um percentual de execução de 85%.

As principais aplicações da rubrica são: aquisição de sete veículos, objetivando substituição de veículos locados e frotas em fase de baixa produtividade no valor R\$ 427.237,00; equipamentos para o Barracão de Maravilhas – MG, valor de R\$ 59.900,00 e vários investimentos de pequenos valores.

A programação orçamentária não foi cumprida em sua totalidade em função da baixa disponibilidade de caixa em 2015 e da morosidade dos processos licitatórios.

4.4 Desempenho Operacional

A viabilização de um abastecimento alimentício eficiente pelo país é função precípua das Ceasas. Através dos entrepostos, busca-se sanar as deficiências de abastecimento decorrentes da heterogeneidade do país em termos climáticos, geológicos, econômicos, sociais e culturais

Atualmente, o Complexo CEASAMINAS administra seis entrepostos, localizados nos

municípios de Contagem (Grande Belo Horizonte), Uberlândia, Juiz de Fora, Caratinga, Governador Valadares e Barbacena e os através de convênio de mútua cooperação possui a gestão administrativa, financeira e operacional do Mercado Livre do Produtor que está presente em todas as seis Unidades e o pavilhão quatro da Unidade de Contagem.

Em 2015, foram ofertados 2.367.144 toneladas de produtos no âmbito dos seis entrepostos da CEASAMINAS.

Os dados apurados apontam para um volume ofertado de 9,4% a menos que o verificado em 2014. No entanto, não é possível afirmar com segurança que tal redução foi verdadeira, pois, no último trimestre de 2015, a realização dos serviços de estatística foi prejudicada pelo movimento grevista dos servidores. Operando em escala mínima de trabalho, a portaria do entreposto contava apenas com um colaborador, o que inviabilizou o recolhimento de notas fiscais e romaneios de todos os veículos que adentraram à Central portando mercadorias. Essa perda de informações fez com que os registros da oferta fossem inferiores ao volume efetivamente colocado à disposição dos compradores, assim sendo, a oferta de 2015 pode ter sido até superior a observada em 2014, daí a dificuldade de se afirmar se a variação negativa apurada foi real.*

Tabela I - Volume Total Ofertado aos Entrepostos da CeasaMinas

Grupo	Volume (kg)			VARIÇÃO % 2015/2014*
	2014	2015	(%) Total	
Hortaliças	996.808.907	917.786.361	38,8	-7,9
Folha, Flor e Haste	82.837.980	78.273.214	3,3	-5,5
Fruto	384.517.407	356.007.281	15,0	-7,4
Raiz, Bulbo, Tubérculo e Rizoma	529.453.520	483.505.866	20,4	-8,7
Frutas	825.440.139	787.550.868	33,3	-4,6
Brasileira	797.082.042	763.356.725	32,2	-4,2
Importada	28.358.097	24.194.143	1,0	-14,7
Aves e Ovos	68.411.557	63.782.568	2,7	-6,8
Hortigranjeiros	1.890.660.603	1.769.119.797	74,7	-6,4
Cereais	56.556.245	49.569.928	2,1	-12,4
Produtos Diversos	666.261.633	548.454.422	23,2	-17,7
Total Geral	2.613.478.481	2.367.144.147	100,0	-9,4

Fonte: Seest/Defec/CeasaMinas

epr.

* Estatística prejudicada em função do movimento grevista - volume de oferta apurado em 2015 não representa o efetivamente colocado a disposição dos compradores.

Presente em todas as unidades do Complexo CEASAMINAS, o MLP se reveste de extrema importância para o sistema de abastecimento, na medida em que aproxima o comprador do produtor rural que lida diretamente com o cultivo. Nesse sentido, tem também enorme importância social.

A oferta de produtos no MLP, em todas as seis unidades do Complexo, teve um crescimento de 5,1% em relação a 2013, em relação a 2014 teve uma redução de 3,3%. No espaço, ofertaram-se em 2014, 701.420.207 toneladas de produtos, 26,8% do volume total da CEASAMINAS e em 2015 ofertou-se 678.270.775.

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

A Estrutura orgânica de controle de governança da CeasaMinas é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Auditoria Externa Independente.

O Conselho de Administração, órgão superior de orientação e controle da Administração da Companhia se regerá segundo as disposições dos artigos 11º, 12º e 13º do Estatuto Social, os quais dispõem sobre sua composição, funcionamento e competências e segundo seus atos próprios.

O Conselho Fiscal da CEASAMINAS se regerá segundo as disposições dos artigos 23º e 24º do Estatuto Social, os quais dispõem sobre sua composição, funcionamento e competências; e por seu próprio Regimento Interno.

A Auditoria Interna – AUDIN é composta de um Chefe da Auditoria Interna, cargo de Recrutamento Amplo, mas cujo preenchimento deve obedecer às determinações do § 5º do artigo 15 do Decreto Federal nº 4.304, de 16 de julho de 2002; e equipe de Auditores, cuja contratação se dará através da realização de Concurso Público.

À Auditoria Interna – AUDIN – compete:

- i) Dar assistência à Diretoria da empresa por meio das constatações, comprovações, avaliações e sugestões realizadas nos assuntos auditados periodicamente e demais assuntos de sua competência;

- ii) Dar assistência aos Colegiados dos Conselhos Fiscal e de Administração por meio de análises e pareceres sobre assuntos financeiros, orçamentários, contábeis, de pessoal, operacional e outros, objeto de Auditorias Internas, Externas e da Secretaria Federal de Controle/MF;
- iii) Acompanhar as auditorias periódicas da Secretaria Federal de Controle Interno fornecendo os dados e as informações necessárias da AUDIN e junto às demais áreas da CEASAMINAS;
- iv) Elaborar o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna;
- v) Acompanhar e emitir pareceres dos trabalhos elaborados pela Auditoria Externa contratada visando interar-se dos pontos auditados, constatações e sugestões;
- vi) Analisar a execução correta dos procedimentos adotados pelos diversos setores e unidades da empresa;
- vii) Revisar e avaliar a adequação e aplicabilidade dos controles contábeis, financeiros e operacionais;
- viii) Emitir relatório sintetizando o resultado das auditorias internas efetuadas apontando os fatos anormais eventualmente ocorridos e que por sua espécie sejam objetos de estudo e tomada de posições para fortalecimento dos controles utilizados na proteção do patrimônio da empresa;
- ix) Realizar auditorias administrativas, operacional, contábil, financeira e orçamentária e verificar o cumprimento das normas e legislação vigentes;
- x) Promover auditoria preventiva, orientando as áreas no sentido de buscar a melhoria contínua dos processos;
- xi) Examinar e opinar sobre as consistências e a adequação das demonstrações econômico-financeiras e a prestação de contas anual da empresa;
- xii) Emitir pareceres sobre as tomadas/prestações de contas efetuadas no âmbito da CEASAMINAS;
- xiii) Acompanhar as diligências e o atendimento às solicitações dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno da União e das auditorias

independentes.

5.2 Informações Sobre os Dirigentes e Colegiados

DIRETORIA	CARGO			TELEFONE		FAX	Email
GUSTAVO ALBERTO FRANÇA	DIRETOR PRESIDENTE			3399-2002		3394-1206	gustavo.fonseca@ceasaminas.com.br
EDILBERTO JOSÉ SILVA	DIRETOR TÉCNICO - OPERACIONAL			3399-2004		3394-1206	
JULIANO MAQUIAVELI CARDOSO	DIRETOR FINANCEIRO			3399-2005		3394-1206	
Conselho de Administração	Mandato		DDD	TELEFONE		FAX	Email
	Data Início	Data Término		Residencial	Trabalho		
CLÁUDIO LUÍS GOMES DE OLIVEIRA	26/07/2013	25/07/2016	31	84438137	33933933		claudio.luis1965@hotmail.com
ARNO JERKE JÚNIOR	23/04/2015	23/04/2018	61	33126366	32182574		diafi@conab.gov.br
AUGUSTO CÉSAR MENDONÇA DE SOUSA	23/04/2015	23/04/2018	61	20204320	33472274		augusto.souza@planejamento.gov.br
GUSTAVO ALBERTO FRANÇA	19/06/2015		31	99862131			
KATIA TEREZINHA COELHO DA ROCHA	19/06/2015	19/06/2018	61	92188329	32182800		katiarochoa1@hotmail.com
MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15/02/2015	15/02/2016					
Conselho Fiscal	Mandato		DDD	TELEFONE		FAX	Email
	Data Início	Data Término		Residencial	Trabalho		
MARIA AUXILIADORA DOMINGUES	09/10/2015	25/04/2016	61	32721133	6218-2772		maria.domingues@agricultura.gov.br
RICARDO DA COSTA NUNES	09/10/2015	25/04/2016	61		3412-6673		ricardo.nunes@fazenda.gov.br
SÔNIA MARIZA ALVES DE SOUZA	09/10/2015	25/04/2016	61	3233-0248	6218-2598		soniamariza.alves@agricultura.gov.br

(*) CCE: número máximo de empregados definido pela Resolução nº 8, de 08/10/96, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE)

Fonte: Dereh



5.3 Política de Designação de Representantes nas Assembléias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedade de Propósito Específico

NÃO SE APLICA.

5.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT contempla as ações propostas para o exercício em curso, abordando todas as unidades do organograma da empresa. As ações desenvolvidas são: acompanhamento dos setores através de relatórios e pareceres, com estrita observação ao cumprimento das normas de controle interno, analisando procedimentos contábeis, indicadores financeiros, planilhas com demonstrações de resultados e legislação pertinente.

No Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT foram registradas todas as ações executadas no exercício tais como: planilhas de controle de contratos e convênios, licitações e compras, com o objetivo de demonstrar e organizar as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna. Com relação aos controles internos, destacamos o aprimoramento do conhecimento da equipe de auditoria, através da participação em cursos e seminários e cursos à distância promovidos por entidades profissionais. Além da observação do conjunto de atividades interligadas ao Sistema Administrativo.

A avaliação do modelo de governança deve-se espelhar no planejamento estratégico da empresa, promovido pela administração anterior que retrata as ações de todos os departamentos da estrutura organizacional da empresa.

Quadro A.5.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UPC.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UPC, porém, **em sua minoria**.
- (3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UPC, porém, **em sua maioria**.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UPC.

5.5 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Segundo dispõe a portaria em questão, compete ao Gestor da Unidade Prestadora de Contas - UPC, caso não esteja em conformidade com a portaria mencionada, apresentar as justificativas para tal. O Software do sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) não foi implantado nesta unidade.

Considerando que a unidade da Ceasaminas é uma empresa estatal de economia mista, o sistema aqui adotado foi a instituição de uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar criada por Ato Administrativo da Diretoria Executiva da empresa. Os procedimentos para implantação do sistema CGU-PAD foi iniciado em 2016 visto que conforme orientação da Chefe de Divisão da Corregedoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o sistema CGU-PAD encontra-se devidamente implementado para atender esta Entidade. Assim sendo apresentamos os resultados obtidos em 2015.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO 2015

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Ceasaminas é uma Comissão Permanente, instituída por meio de uma norma interna da empresa, denominada Resolução de Diretoria – RD (documentos em anexo), destinada estritamente à apuração das supostas práticas de infração disciplinares. Nos termos do art. 16 do Regulamento Interno da Ceasaminas, a Comissão será composta por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, todos empregados da Ceasaminas.

Desses membros, o Presidente da Comissão deve ser indicado diretamente pelo Diretor Presidente da empresa, dentre os advogados concursados e/ou contratados antes de 05/10/1988, lotados no Departamento Jurídico da empresa. Os demais 4 (quatro) membros são nomeados pela Diretoria Executiva, de uma lista quádrupla eleita pelos empregados, sendo 2(dois) titulares e 2(dois) suplentes.

No exercício de 2015, a Comissão Permanente de Sindicância da Ceasaminas atuou mediante provocação das autoridades competentes da empresa. As denúncias realizadas à Comissão e os pedidos de apuração que nos foram encaminhados motivaram, inicialmente, a instauração de procedimentos de sindicância investigativa, para melhor esclarecimento dos fatos denunciados e colheita de informações e documentos.

A grande maioria das denúncias apresentadas à Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar não apresenta os fatos de forma suficiente clara ou definida, não contendo mínimos indícios de autoria e materialidade. E ao final, quase sempre, percebe-se não se tratar de infração disciplinar ou descumprimento de dever funcional.

Dessa forma, por prudência, nesses casos a Comissão opta sempre pela prévia realização de sindicância investigativa. Durante a Sindicância investigativa, a Comissão solicita documentos aos diversos departamentos e seções da empresa, requer informações e geralmente ouve como testemunhas os funcionários que, conforme os fatos que estão sendo esclarecidos, possam contribuir para sua elucidação, por terem, de alguma forma, participado deles ou terem informações sobre eles.

Conforme tabela em anexo, em 2015 foram instaurados 5 (cinco) procedimentos de Sindicância investigativa. Desses cinco, 4 (quatro) tiveram como conclusão a recomendação de arquivamento, por não ter sido detectada pela Comissão a prática de infração disciplinar. Ou seja, não foi instaurado processo administrativo disciplinar nesses casos.

O quinto procedimento não foi concluído em 2015, tendo seu curso continuado no exercício 2016.

Quanto às normas que regem tais procedimentos, a Comissão, além do regulamento próprio existente na empresa (em anexo), em relação ao qual já foi detectada a necessidade de reforma/revisão do texto, baseia-se no Manual geral do Processo Administrativo da



1



Controladoria Geral da União, bem como no Manual específico de Direito Disciplinar para empresas estatais, também da Controladoria Geral da União. Ambos estão disponíveis no site e encontram-se sempre com versões atualizadas.

Além dessas normas, a Comissão tem sua atuação sempre pautada pela observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Em casos de omissão do regulamento da Ceasaminas, damos preferência à observância desses princípios, ao disposto nos manuais da CGU, e até mesmo às orientações doutrinárias e jurisprudenciais majoritárias. Por se tratar de uma empresa constituída sob a forma de S/A, sujeita portanto ao regime de direito privado, e tendo em vista que o regime aplicável ao seu quadro de pessoal é o regime celetista, a Comissão não costuma recorrer às disposições da Lei 8.112/90, a qual é aplicável aos servidores públicos civis da união, os quais são estatutários e não celetistas, como no caso da Ceasaminas.

Quanto à implantação do sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, informamos que esse ainda não foi definitivamente implantado na Ceasaminas. Contudo, as tratativas para essa efetiva implementação já foram iniciadas junto a funcionárias responsáveis no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme e-mails em anexo. Inicialmente, a Comissão teve várias dúvidas sobre a aplicabilidade do sistema à Ceasaminas, porquanto essa é uma sociedade de economia mista integrante da Administração Pública Federal Indireta, constituída sob a forma de S/A e sujeita ao regime jurídico aplicável às empresas de direito privado. Superada essa parte, já entramos em contato com os responsáveis no MAPA por acompanhar a implementação desse sistema, para verificar os treinamentos e procedimentos disponíveis para tanto, estando em fase de preparação para a realização efetiva da implantação desse sistema.

É o relatório, conforme solicitado.



Carulina de Freitas Chagas
Presidente



Edson Gomes da Costa
(1º Secretário)



Geovan da Silva Pereira
(2º secretário - suplente)

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Constituída pela RD/Presi/034/2013, posteriormente alterada pela RD/Presi/020/2014

ANO: 2015

PROCEDIMENTO	Nº	ANO	INÍCIO	TÉRMINO	FATO APURADO	CONCLUSÃO	MOTIVO
Sindic.investigativa	01	2015	06.01.15	09.04.15	Apuração responsabilidade pela contratação com empresa impedida de licitar e contratar na esfera federal.	Arquivamento	Inexistência infração disciplinar
Sindic.investigativa	02	2015	06.01.15	09.04.15	Apuração de responsabilidade pelo pagamento de despesas assumidas sem cobertura contratual.	Arquivamento	Inexistência infração disciplinar
Sindic.investigativa	3	2015	25.02.15	24.04.15	Apuração de irregularidades no contrato 138/13 da Visual Sistemas Eletrônicos Ltda.	Arquivamento	Inexistência infração disciplinar
Sindic.investigativa	4	2015	28.07.15	02.09.15	Apuração do desaparecimento do termo 11º aditivo do Contrato nº 18/2011 Constr. Dr. Paraopeba.	Arquivamento	Inexistência infração disciplinar
Sindic.investigativa	5	2015	22.12.15		Transmissão de guia GFIP fora do prazo.	Proc. em curso	em andamento



5.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

5.6.1 – Base Normativa da Remuneração

A sustentação referente a remuneração dos Administradores e membros de colegiado desta empresa é fundamentada no Estatuto Social e legislação pertinente.

5.6.2 – Objetivos da Política ou Prática de Remuneração

NÃO SE APLICA

5.6.3 – Composição da Remuneração

Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, constante do Ofício nº 18217/2016-MP, de 18 de abril de 2016, e tendo em vista inciso IV, do artigo 8º do Decreto nº 578 de 26/11/2015, definiu a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da seguinte forma:

- ✓ Fixou em até R\$1.186.908,28 (Hum milhão, cento e oitenta e seis mil, novecentos e oito reais e vinte e oito centavos) a remuneração global a ser paga aos administradores dessa Empresa, no período compreendido entre abril deste ano e março do ano seguinte;
- ✓ Vedou expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT na sua respectiva data-base;
- ✓ Vedou o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembléia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei 6.404/76, art. 152.

5.6.4 – Principais Indicadores de Desempenho que São Levados em Consideração na

Determinação de Cada Elemento da Remuneração

NÃO SE APLICA

5.6.5 – Como a Remuneração é Estruturada para Refletir a Evolução dos Indicadores

de Desempenho

NÃO SE APLICA

5.6.6 - Como a Política ou Prática de Remuneração se Alinha aos Interesses da Unidade

NÃO SE APLICA

5.6.7 – Existência de Remuneração Suportada por Subsidiárias, Controladas ou Controladores Diretos ou Indiretos

NÃO SE APLICA

5.6.8 – Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à Ocorrência de Determinado Evento Societário, tal como a Alienação do Controle Societário da Companhia

NÃO SE APLICA

5.6.9 – Plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações

NÃO SE APLICA

5.6.10 – Remuneração Variável

I – Metas Corporativas

O objeto do presente Termo é o de estabelecer o Plano de Metas e as condições de participação dos Diretores nos resultados do mesmo, como instrumento de governança corporativa no que diz respeito aos sistemas de controle e monitoramento estabelecidos pelos acionistas da empresa com a finalidade de viabilizar a sustentabilidade e os objetivos de longo prazo da empresa. O programa ampara-se em orientações estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e na Lei 6.404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

Com base nos princípios da transparência, equidade, controle e prestação de contas e responsabilidade corporativa, fica estabelecido que a participação dos Diretores da CeasaMinas no Programa de Remuneração Variável Anual estará condicionada ao seguinte fator:

a) Cumprimento do Plano de Metas estabelecido.

As metas corporativas foram definidas para atendimento à Perspectiva Econômica e Financeira, sendo seus indicadores:

1. Indicador corporativo sobre Desempenho Econômico

1.1 Retorno do Capital (ROI)

1.1.1 Meta - Atingir o Retorno do Capital de 20% (vinte por cento).

- 1.1.2 Conceito – Retorno do Capital é a razão entre o EBTIDA do exercício corrente e o passivo oneroso do exercício anterior (somatório do patrimônio líquido com o total de empréstimos e financiamentos, inclusive Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC – e debêntures).

1.2 Lucro Líquido sobre Ativo

1.2.1 Meta - Atingir o Lucro Líquido sobre Ativo de 10% (dez por cento).

1.2.2 Conceito – Corresponde ao resultado líquido da entidade sobre o total de ativo médio. Expressa o retorno líquido do ativo.

1.3 Retorno do Patrimônio Líquido

1.3.1 Meta - Atingir a Taxa de Remuneração do Patrimônio Líquido de 13% (treze por cento).

1.3.2 Conceito – Retorno do Patrimônio Líquido é a razão entre o lucro obtido no ano pelo Patrimônio Líquido Médio do mesmo ano.

2. Indicador de Orçamento de Investimento

2.1 Conta 4105 – Manutenção, Adequação e Expansão da Infraestrutura Operacional

2.1.1 Meta - Atingir o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) de realização para a conta 4105 referente à manutenção, adequação e expansão da infraestrutura operacional da empresa.

2.2 Conta 4103 – Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática,

Informação e Teleprocessamento

2.2.1 Meta - Atingir o percentual de 93% (noventa e três por cento) de realização para a conta 4103 referente à manutenção, adequação e aquisição de ativos de informática, informação e teleprocessamento da empresa.

2.3 Conta 4102 – Manutenção, Adequação e Aquisição de bens, veículos, máquinas e equipamentos

2.3.1 Meta - Atingir o percentual de 86% (oitenta e seis por cento) de realização para a conta 4102 referente à manutenção, adequação e aquisição de bens, veículos, máquinas e equipamentos empresa.

II – Metas Individuais por Diretoria

1. Indicadores corporativos de execução de política pública

Para atendimento à Perspectiva da Sociedade caberá à *Diretoria Técnica Operacional* a execução de políticas públicas voltadas para o negócio e a missão da empresa.

Caberá à essa Diretoria a junção da Seção de Agroqualidade, Coordenação de Meio Ambiente e Prodal Banco de Alimentos visando a produção de trabalhos voltados para a Segurança Alimentar. Como forma de se apurar a efetividade das ações a serem desenvolvidas foram definidos os seguintes indicadores:

1.1 Segurança Alimentar

1.1.1 Volume Produtos Hortigranjeiros Doados pelo Prodal

Meta – Aumentar em 15% (quinze) o volume de produtos hortigranjeiros doados pelo Prodal em relação ao ano anterior.

1.1.2 Volume de Produtos Hortigranjeiros Descartados pelo Prodal

Meta – Reduzir para 20% (vinte) o percentual de produtos hortigranjeiros descartados pelo Prodal em relação ao ano anterior.

1.1.3 Captação Recursos para projetos Prodal

Meta – Aprovação de no mínimo, 2 (dois) projetos junto a instituições especializadas para

obtenção de recursos para promoção de investimentos em segurança alimentar.

1.1.4 Instituições atendidas pelo Prodal

Meta – Aumentar em 5% (cinco) o número de instituições atendidas pelo Prodal em relação ao ano anterior.

1.1.5 Capacitação Produtores Rurais

Meta – Realizar capacitações direcionadas a no mínimo 400 (quatrocentos) produtores rurais ligados a associações/cooperativas que comercializam na Unidade Grande BH em assuntos ligados à comercialização e pós-colheita de frutas e hortaliças.

1.1.6 Capacitação da Rede Varejista

Meta – Realizar 12 (doze) capacitações direcionadas à rede varejista da Região Metropolitana de BH em assuntos ligados à comercialização e pós-colheita de frutas e hortaliças.

1.1.7 Publicação de Trabalhos Técnicos

Meta - Elaboração de 6 (seis) artigos técnico-científicos sobre a temática de uma central de abastecimento.

1.1.8 Qualidade Produtos

Meta – Implantar Programa de acompanhamento mensal de qualidade de 4 (quatro) produtos comercializados na CeasaMinas, Unidade Grande BH.

2. Indicadores corporativos de eficiência operacional

Em atendimento também à Perspectiva Econômica e Financeira caberá à *Diretoria Administrativa Financeira* a execução dos indicadores de eficiência operacional da empresa:

2.1 Despesa operacional sobre Receita operacional

2.1.1 Meta – Atingir um percentual de 80% (oitenta) por cento para a relação Despesa Operacional/Receita Operacional.

2.1.2 Conceito – Receitas Operacionais são aquelas decorrentes das operações normais

da empresa. As Despesas Operacionais são aquelas necessárias à exploração das atividades da empresa.

2.2.3 Meta – Implantar um Programa de Desligamento Incentivado (PDI) visando a redução dos gastos com pessoal que atualmente corresponde a mais de 50% das despesas operacionais da empresa.

2.2.4 Meta – Implantar um Programa de Readequação do quadro funcional da empresa visando à melhoria de produtividade dos funcionários.

3. Indicador corporativo de expansão empresarial

Em atendimento também à Perspectiva Econômica e Financeira caberá ao *Diretor Presidente* a execução dos indicadores de expansão empresarial da empresa:

3.1 Reserva para Expansão

3.1.1 Meta – Promover a expansão por meio do Processo Licitatório de Áreas Próprias no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Parágrafo Único: O Diretor Presidente deverá encaminhar e aprovar junto aos órgãos competentes, proposta para que o lucro líquido apurado no exercício seja destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros (RRL) para a promoção da expansão da Estatal por meio de recursos próprios.

4. Indicador de Avaliação Colegiada

4.1 Avaliação Qualitativa do Conselho Administração

4.1.1 Meta – Questionário respondido pelo Conselho de Administração (CA) sobre o desempenho colegiado e individual de cada da Diretoria Executiva, tendo em vista o papel estratégico do CA e sua atuação fiscalizadora.

Parágrafo Único: O Presidente da CeasaMinas enquanto membro do Conselho de Administração não poderá participar na condição de avaliador de desempenho da Diretoria Executiva.

5.7 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA						
Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
1 10/01/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Dezembro/2014	Posição do Saldo de Bancos em Dezembro/2014	Relatório informativo	-	-
2 12/02/15	Sede/ Administrativa	Acompanhamento das recomendações feitas pela Auditoria Interna	-	Relatório informativo	-	-
3 22/02/15	DEMFA	Verificação do cumprimento das normas da empresa e demais legislações pertinentes	Designação de fiscal de contrato por meio de cláusula contratual	Recomendamos que a designação de fiscal de contrato seja feita através de portaria, informando a sua responsabilidade.	Regularizado recomendação acatada 08/10/2015	Regularizado
			Entendemos que apenas a subestação de energia tem um Plano de Manutenção Preventiva, através do contrato nº34/2014, com a empresa Watt Service Instalações Elétricas Ltda.	Recomendamos que seja feito um plano de manutenção preventiva para todas as atividades de manutenção executadas pela seção de manutenção.	Regularizado em 30/06/2015.	Regularizado
			Os pavilhões da Ceasaminas não possuem Linha de Vida (um equipamento de segurança para manutenção em altura), desrespeitando a NR 35. Já houve, inclusive, uma denúncia no Ministério do Trabalho.	Recomendamos implementar o mais rápido possível as normas de segurança do Ministério do Trabalho, em especial a NR35.	Em processo de regularização A contratação foi realizada por meio de processo licitatório.	Serviço está em execução previsão de finalização 5 anos
			Utilização de um caminhão pipa de aproximadamente 10.000 litros, para transportar água da área da manutenção até o local da obra. O medidor da manutenção registra o consumo de água que é alocado como custo da Administração.	Recomendamos que em futuras licitações deve-se prever todos os custos com a obra, inclusive a água a ser utilizada.	Recomendação Acadatata	Regularizado
			A Ceasaminas tem Engenheiros recebendo menos que o Salário Mínimo Profissional. Consequentemente, a empresa está sujeita às penalidades estabelecidas em Lei.	Recomendamos que seja cumprida com a legislação atual, reajustando o salário dos funcionários, passando a Empresa a pagar o salário-mínimo profissional, para todos os Engenheiros.	O Sindicato dos Engenheiros entrou na justiça contra a CeasaMinas está bob júdice	Em litigio
			Entendemos que cabe ao DEMFA fiscalizar o projeto das instalações para construção, devendo ainda obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, às de segurança das instalações, ao código de postura Municipal, às do Corpo de Bombeiros e às exigências do órgão ambiental competente.	Recomendamos observar o que determina a legislação ambiental.	Regularizado. O DEMFA mantém toda observação possível em relação à legislação ambiental.	15/07/15

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
4 24/02/15	DETEC/ SECIM	Verificação dos informativos que compõem os dados estatísticos e informação de mercado, com o objetivo de analisar as atividades desenvolvidas na formação de parâmetros para orientação do mercado, atendimento ao usuário e execução das normas e procedimentos adotados pela empresa.	Considerando as atribuições do DETEC (artigo 12, item I, do Regulamento de Mercado) deve-se introduzir, no Relatório de Gestão, projetos desenvolvidos, acordos, convênios, termos de compromissos e outras atividades inerentes às suas atribuições.	Introduzir, no relatório de gestão, outras atividades em consonância com artigo 12 do Regulamento de Mercado, abrangendo todas as áreas de competência da Diretoria Técnica;	Regularizado no Relatório de Gestão 2014/2015, que está sendo elaborado pelo DEPLA.	29/05/2015
			Os testes realizados na apuração dos dados apresentaram divergências. As causas, segundo entendimento da auditoria, estão relacionadas à adequação dos formulários às exigências estatísticas, ou seja: Dificuldade dos Produtores Rurais e Motoristas, no preenchimento dos formulários, assim como os romaneios apresentam informações incompletas. O preenchimento incorreto reflete no resultado.	Realizar ações que facilitem o preenchimento do romaneio e introduza mais informações como: peso junto ao campo embalagem do produto e atualização periódica de novos produtos inseridos no romaneio;	Regularizado	30/06/2015
				Orientar os produtores e transportadores quanto a maneira correta de preenchimento dos formulários, com informações claras e legíveis;	Regularizado	03/06/2015
5 09/03/15	DETIN	Sistema Integrado de Gestão, com o objetivo de verificar as informações geradas, buscando verificar a coerência dessas informações do sistema com o que foi previsto no planejamento.	O sistema em operação nos Caixas dos MLP's do Interior é antigo, sem contrato de manutenção, está obsoleto e necessita de substituição.	Recomendamos que seja feita a implantação do sistema em operação dos caixas nas Unidades do Interior, sendo que foi licitado, considerando o licenciamento para todas as unidades, portanto não representa acréscimo no custo de software.	O DETIN informa que o sistema de caixa já opera em Contagem, e está programado para setembro sua implantação na Unidade Juiz de Fora. Posteriormente, será elaborado um cronograma para implantação nas demais unidades do interior.	30/09/2015 reprogramado
6 11/03/15	DEPAD/ SEMPT	Inventário físico do Almoxarifado 2014	Os materiais constantes da requisição de Unidades do interior, quanto extrapolam a viabilidade de remessa por malote, ficam aguardando pelo transporte de funcionários da empresa, que fazem visitas constantes às unidades.	Criação de uma forma de pronto atendimento às Unidades do Interior.	De acordo com explanação Chefe da Seção das Unidades do Interior tem atendido em função do custo/benefício.	03/06/15
			As condições de preservação de determinados materiais sensíveis à umidade e ao calor deveriam ter um ambiente controlado, a exemplo dos cartuchos de impressoras, papéis para impressão, CDs, DVDs, canetas, contadores, disjuntores, fusíveis termoeletrônicos e outros;	Aquisição de gabinete ou rack com unidade de controle de umidade e temperatura ou, pelo menos, armário fechado adaptado com filtro de ar de entrada e coolers, para armazenagem de produtos sensíveis a umidade e calor.	Regularizado parcialmente mudança de utilização das fitas Tad modelo lto-5 PEDIDO DE ESTUDO CONSTRUÇÃO SALA COFRE Inviável em função do alto custo	Aguardando melhor situação financeira da CeasaMinas
						-

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
7 19/03/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Janeiro/2015	Posição do Saldo de Bancos em Janeiro/2015	Relatório informativo	-	-
8 25/03/15	DEPAD/ SEMPT	Inventário do Ativo Imobilizado 2014	Constam na relação de bens patrimoniais considerados "sucata", segundo a Comissão, cerca de cinco mil itens. Dentro deste contexto, encontra-se bens baixados e pendentes de baixa. São bens considerados inservíveis.	De acordo com o propósito do Departamento Administrativo, sugerimos agilizar o descarte dos bens sucateados na forma da lei, em face da grande quantidade acumulada, inclusive aqueles do interior, na própria unidade, por meio de doação para OSCIP's;	regularizado leilão realizado em 28/07/2015	05/08/15
			O SEMPT, utiliza nomenclatura diferente na Relação de Bens Patrimoniais.	Adotar nomenclatura do Organograma para identificar as seções dos bens no Relatório Patrimonial, estabelecer uma forma padrão para identificar o produto dentro do patrimônio;	Será regularizado com o novo organograma, que está sendo elaborado pelo GABIN e pelo DEPLA.	pendente
			As caixas de coleta da Ouvidoria nas Unidades do Interior estão alocadas no centro de custos da Ouvidoria.	De acordo com sugestões anteriores, a comissão reitera o pedido para que as caixas sejam incluídas no centro de custos das unidades, sob a responsabilidade do Gerentes.	Regularizado. Foi elaborado novo termo de responsabilidade, regularizando a situação.	15/09/2015 reprogramado
			Pouca divulgação da Ouvidoria no interior, para que qualquer cidadão possa apresentar a sua sugestão, reclamação, denúncia ou qualquer outro tipo de manifestação perante a empresa.	Colocar as caixas em pontos de fácil acesso para o cidadão manifestar as suas atitudes nas unidades do interior;	recomendação acatada	Regularizado 15/06/2015
9 06/04/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Fevereiro/2015	Posição do Saldo de Bancos em Fevereiro/2015	Relatório informativo	-	-
10 06/04/15	CPL	Processos Licitatórios de março/2015	Não localizamos, na pasta da Concorrência 10/2015, comprovante de publicação do edital em jornal diário de grande circulação, conforme determina a Lei nº 8.666/93, art. 21, III.	Os avisos contendo os resumos dos editais devem ser publicados no Diário Oficial da União (no caso de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal) e em jornal diário de grande circulação do Estado (Lei 8.666/93, art. 21).	A CPL informa que a publicação foi realizada conforme determinação legal, mas que, por um lapso, não foi juntada ao processo. A referida publicação foi juntada ao processo.	Regularizado de imediato
			A CeasaMinas, comumente, utiliza a modalidade Concorrência para suas licitações de concessão de uso	Reiteramos nossa recomendação, acerca da análise de aplicabilidade do Acórdão 2050/2014-Plenário, do TCU à Ceasaminas: "É recomendável a utilização de pregão eletrônico para a concessão remunerada de uso de bens públicos."	A CPL informa que está tomando as providências para que seja utilizada a modalidade de Pregão Eletrônico e Pregão Presencial.	Regularizado Edital publicado regularizado 10/09/2015

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
10 06/04/15	CPL	Processos Licitatórios de março/2015	A CeasaMinas repassa parte dos valores apurados nas licitações de concessão de uso para os particulares, no caso de transferência de áreas por meio de nova licitação	Reiteramos nossa recomendação, acerca da análise de aplicabilidade do Acórdão 2050/2014-Plenário, item VII, do TCU, à Ceasaminas: "Nesses termos, razoável determinar à Ceagesp que se abstenha de repassar parte dos valores apurados nas licitações para concessão de uso de bem público a particular, a qualquer título. Conquanto não seja objeto desta auditoria, os indícios de irregularidade no repasse de valores públicos a particulares, pela Ceasa Minas, sociedade de economia mista federal, desafiam o Tribunal a fiscalizar as licitações e contratos correspondentes."	Esta aguardado o Relatório final do TCU Quanto à cessão de valores, a CPL informa que esta medida não compete a ela, uma vez que a formatação atual é fruto de Resolução de Diretoria, e apenas a Diretoria pode alterá-la.	Ato de Gestão. Depende de Decisões da Diretoria
11 14/04/15	DEFIN/SETES	Inventário do Caixa 2014	A comissão fez a apuração dos saldos em 05/01/2015 e as Unidades do interior informaram os valores nas seguintes datas: Uberlândia em 05/01/2015; Juiz de Fora em 02/01/2015; Governador Valadares em 31/12/2014; Barbacena em 02/01/2015; e Caratinga em 06/01/2015.	A Comissão de Inventário de Caixa deve realizar seus trabalhos com uma antecedência maior, para que os trabalhos sejam realizados entre os dias 30 e 31 de dezembro.	O trabalho é realizado mediante a Resolução da Diretoria constituindo a Comissão. Fica na dependência desse prazo. Pendente de Regularização em função da Greve que ocorreu nos meses de 10, 11 e 12/2015	Serão tomadas as providências necessárias no próximo inventário
12 16/04/15	DEFIN/ SECON	Análise dos principais índices financeiros do Balanço da CeasaMinas dos exercícios de 2014	-	Relatório informativo	-	-
13 28/04/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Março/2015	Posição do Saldo de Bancos em Março/2015	Relatório informativo	-	-
14 30/04/15	Sede/ Administrativa	Acompanhamento das recomendações feitas pela Auditoria Interna	-	Relatório informativo	-	-
15 27/04/15	CPL	Auditoria do processo licitatório da Concorrência 07/2014 (Expansão CEASAMINAS), com o objetivo de verificar o cumprimento da legislação de mais normas pertinentes.	Observar a Recomendações do Acórdão 2050/2014 e 1944/2014 do Tribunal de Contas	Estamos aguardado o relatório final do Tribunal de Contas	Estamos aguardado o relatório final do Tribunal de Contas	O assunto está sob análise do TCU
16 16/05/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Abril/2015	Posição do Saldo de Bancos em Abril/2015	Relatório informativo	-	-
17 01/06/15	Extraordinário/ Contratos Fundação Cefetminas	Compilação dos fatos mais relevantes referentes aos contratos nº 36/2002 e 104/2010, celebrados com a Fundação Cefetminas, em atendimento a uma solicitação do Conselho Fiscal		Relatório informativo	-	-

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
18 26/05/15	CPL	Processos Licitatórios de abril/2015	Verifica-se na solicitação de contratação que a descrição da finalidade da compra do serviço não especifica, com clareza, a justificativa da necessidade e aplicabilidade do que se pretende adquirir.	Orientar aos encarregados de pedido de licitação, maiores informações sobre suas demandas, com especificações completas do que se pretende adquirir e a justificativa da necessidade e aplicabilidade do produto	Regularizado 02/2016. A Diretoria Financeira está filtrando todos os pedidos de compras somente depois é que passado o processo para a CPL.	Regularizado Será sanado com a contratação de um Estagiário 14/08/2015
			Problemas na autuação do Pregão Eletrônico 44/2014: a) duplicidade de numeração nas folhas de nº 18-19-20; b) interrupção da numeração do processo, encerrou com o nº 628 e reiniciou com os nºs 621 a 670 no final.	Retificar a numeração do processo no Pregão Eletrônico nº 044/2014	A CPL informa que o equívoco foi corrigido.	Regularizado
19 02/06/15	PRODAL/ SEAGRO	Acompanhamento das atividades dos técnicos, da aplicação das normas da empresa das atividades desenvolvidas.	Duas instituições estão com seus cadastros físicos pendentes de regularização.	Atualização dos arquivos das entidades beneficiadas	Foi apresentado para a AUDIN um relatório com todas as instituições cadastradas no Programa	Regularizado
20 30/06/15	CPL	Processos Licitatórios de maio/2015	As atas das sessões das Concorrências nº35/2015 e nº39/2015 não foram assinadas pelos membros da Comissão de Licitações.	Os pareceres e/ou documentos integrantes do processo licitatório devem conter a assinatura dos respectivos responsáveis.	A CPL informa que o equívoco foi corrigido.	Regularizado
21 30/06/15	DEFIN / SEPAG	Seleção de algumas empresas fornecedoras de bens ou serviços, para verificar se os pagamentos, a apuração dos tributos e os recolhimentos estão sendo efetuados em consonância com as normas e legislação pertinentes.	Diversas empresas tem apresentado Notas Fiscais incompletas e com pendências para regularização.	Atribuir, aos fiscais de contrato o acompanhamento de contratos e conferência das notas fiscais relativas às compras e serviços	É necessário uma atuação mais eficiente dos Fiscais de Contrato no recebimento do Serviço ou produto.	Regularizado 30/09/2015
			Notas fiscais entregadas com atraso e com documentação incompleta. Notas dos setores da própria empresa também chegam com atraso, especificamente aquelas relativas ao serviço de manutenção de veículos.	Orientar os Fiscais de Contratos e Setores responsáveis, quanto a entrega das notas fiscais dentro do prazo e observar os documentos incompletos perante o fornecedor	Constatamos que diversas empresas tem apresentado as Notas Fiscais dos serviços prestados incompletas, com pendências para regularização, dentro do prazo estabelecido pela CeasaMinas. Algumas notas dos Setores responsáveis da nossa organização, por vezes chegam, também com atraso, especificamente, aquelas relativas a serviços de manutenção de veículos, citadas em relatórios anteriores por período que extrapolam os vencimentos.	Regularizado 11/2015 Nomeado um Interventor trabalho concluído e entregue a PRESI 19/08/2015

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
21 30/06/15	DEFIN / SEPAG	Notas Fiscais com atraso de pagamento por negligência do fornecedor de serviço	A empresa Transimão tem apresentado, mensalmente todas as notas fiscais referentes aos serviços prestados desde 2014, mas os pagamentos são retidos por falta de documentos de regularidade fiscal que, apesar de solicitados pela Seção de Pagamentos, não são apresentados.	Solucionar os pagamentos da empresa Transimão Transportes Urbanos e Turismo Ltda e evitar protestos em cartório, causado por atraso no recebimento da nota fiscal,	Devem ser tomadas as providências necessárias para regularização da situação	Aguardando apresentação das Certidões negativas para pagamento das Notas Fiscais.
22 03/07/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Maio/2015	Posição do Saldo de Bancos em Maio/2015	Relatório informativo	-	-
23 30/06/15	Unidade Governador Valadares	Verificação "in loco", quanto aos procedimentos de rotina e funcionamento da unidade, assim como os controles internos e aplicação das normas da empresa e legislação pertinente	Ocupação de área no MLP por produtores com atestados de produção vencidos.	Os orientadores de mercado devem conferir as guias de romaneio de entrada de mercadorias com atestado de produção, a fim de regularizar os atestados vencidos.	EMATER não atende o Município. A Ceasaminas deve estudar a solução do caso.	Em negociação com a Emater uma vez que não é todas as unidades tem Emater 04/2016
			Há cinco hidrantes no MLP e Pavilhão de Lojas, dos quais dois estão deteriorados, sem mangueiras e com vazamentos. Os outros três apresentam sinais de desgastes pelo tempo e alguns estão sendo utilizados para limpeza do MLP. Os extintores estão em plenas condições de uso e atualizados na manutenção, com validade até 12/2015.	Maior atenção quanto a regularização dos meios de prevenção contra incêndio.	A recomendação do Corpo de Bombeiros é manter os hidrantes fechados e utilizados só em caso de emergência. Porém, há ataque de vândalos e deteriora os hidrantes.	Regularizado 10/082015
			Os orientadores de mercado não possuem registro ativo no CREA-MG, em desacordo com a legislação e com o edital do concurso da CEASAMINAS	Regularização dos demais funcionários junto ao CREA-MG e encaminhar ao DEREH da documentação que comprove o registro regular, para arquivamento na pasta de prontuário dos funcionários;	Orientadores de Mercado devem-se filiar ao CREA_MG DEHEH PROCADO	A espera do relatório
			O cadastro de produtores fica prejudicado pela alegação de falta de emissão por parte da EMATER de atestados de produção nas cidades em que se encontra a maioria dos produtores.	Sugerimos ao Gerente da Unidade, juntamente com o SEUNI, analisar a viabilidade de deslocar os orientadores de mercado para suprir as deficiências da EMATER.	SEUNI deve intervir com a Administração para resolver este assunto	Matéria a ser analisa na DIREX de setembro 2015
			O mercado possui um sistema de monitoramento através de câmeras que grava as imagens que ficam armazenadas por certo tempo. Estas câmaras pertencem a Associação dos Produtores. É necessário um sistema de gravação permanente, ou que as gravações efetuadas sejam arquivadas por um período de no mínimo seis meses, em caso de necessidade de comprovação de roubos em processo judicial.	Sugerimos que o Setor de Informática avalie a possibilidade de transmissão das imagens de Governador Valadares para a Unidade de Contagem através da internet, possibilitando o acompanhamento das operações no mercado em tempo real;	O SEUNI deve verificar junto ao DETIN se há possibilidade de atender esta recomendação .	As câmeras pertencem as associações e as mesmas entendem que este procedimento não é interessante para as mesmas

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
23 30/06/15	Unidade Governador Valadares	Verificação "in loco", quanto aos procedimentos de rotina e funcionamento da unidade, assim como os controles internos e aplicação das normas da empresa e legislação pertinente	Verificamos que há um estoque insuficiente de caixas de numeração 6424 e não há estoque de caixas de numeração 6438. Os produtores que tem uma quantidade pequena de caixas 6438, que vão ao MLP não levam suas caixas para a higienização pois não há caixas para fazer a troca, sendo que também há a comercialização de repolho em caixas de madeira.	Informar à comissão de banco de caixa a constante falta de caixas plásticas no banco de caixas de Governador Valadares. Assim fica impossível fiscalizar, já que não tem caixa para atender aos clientes, conversamos com o gerente do banco de caixas e ele nos pediu um prazo até março para adequar a nossa realidade e necessidade.	Pendências diversas a resolver junto a concessionários que devem ser levadas à Administração para solucionar (devolução de lojas, pagamentos pendentes, acordos, problemas com banco de caixa, etc)	AUDIN irá fazer nova avaliação quando auditar a unidade novamente.
			O local de coleta e distribuição de alimentos encontra-se em condições precárias com o espaço pequeno, sem estrutura para manuseio e higienização dos produtos. E o trabalho dos voluntários está sendo realizado do lado de fora do PRODAL, pois o seu interior já se encontrava cheio de doações.	Sugerimos que se faça uma programação para investimento no PRODAL, com vistas à melhoria do atendimento da população carente, estruturação do local e incentivo à coleta de doações por parte dos colaboradores.	Segundo nossa avaliação, o local de coleta e distribuição de alimentos encontra-se em condições precárias com o espaço pequeno, sem estrutura para manuseio e higienização dos produtos.	Regularização com fechamento do Prodal
			Lojistas em situação de inadimplência com a CEASAMINAS.	A inserção de empresas com boa capacidade de investimento e administração pode incrementar o comércio e trazer retorno para a unidade. Entretanto, vai depender do poder de convicção da comissão e propostas que interessam aos investidores. Sem investimento a unidade não sobrevive porque alguns empresários ali instalados, não conseguem pagar as despesas regularmente.	Recomendamos que nos casos de inadimplência o SEUNI, o Diretor Técnico Operacional e a SECOB e a Diretoria Financeira, juntos acionem o DEJUR para fazer a notificação extrajudicial, cobrança judicial e finalmente ação judicial para reintegração de posse.	A CeasMinas irá regularizar a situação inserindo os inadimplentes no SERASA
24 24/07/15	CPL	Processos Licitatórios de junho/2015	O parecer da Comissão de Preço Mínimo, que definiu o valor mínimo para a licitação, não foi assinado por todos os membros.	Os pareceres e/ou documentos integrantes do processo licitatório devem conter a assinatura dos respectivos responsáveis.	A Comissão de Preço Mínimo providenciou as assinaturas faltantes.	Regularizado
			Não localizados no processo, comprovante de publicação do edital em jornal diário de grande circulação, conforme determina a Lei nº 8.666/93, art. 21, III. Constam no processo os comprovantes de publicação do edital e de sua retificação no <i>Diário Oficial da União</i> e no site da Ceasa.	Os avisos contendo os resumos dos editais devem ser publicados no Diário Oficial da União (no caso de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal) e em jornal diário de grande circulação do Estado (Lei 8.666/93, art. 21).	A CPL informa que o aviso de edital foi devidamente publicado em um jornal de grande circulação local e que, por um equívoco, o extrato da publicação não foi juntado ao processo. O comprovante de publicação foi, então, anexado ao processo.	Regularizado
			O contrato foi assinado em 24/11/2014 e seu termo resumido foi publicado no <i>Diário Oficial da União</i> em 17/06/2015, não sendo respeitado o prazo definido pela Lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único.	A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial deve ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data (Lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único).	Item será regularizado nos processos licitatórios vindouros.	Regularização

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
24 24/07/15	CPL	Processos Licitatórios de junho/2015	O processo se iniciou a partir de um e-mail enviado pela Tim Celular S.A. ao presidente da Comissão de Preço Mínimo da Ceasaminas, informando que a empresa necessitava da área objeto da licitação, para a instalação de equipamentos, visando melhorar a qualidade de seu sinal de telefonia móvel.	Ficar atento às determinações da Lei 8.666/93, art. 3º.	A CPL informa que a licitação não foi processada com base nas necessidades da TIM Celular S.A, já que a área poderia ser explorada por qualquer licitante como bem lhe aprouvesse. A TIM apenas levantou a possibilidade de concessão de uso de área para exploração de telefonia. A CPL reitera que o processo foi transparente e que deu margem à participação do maior número de concorrentes possível, permitindo, inclusive, a participação de empresas a constituir. Nenhum cláusula restringia a competição ou direcionava o resultado. Qualquer empresa poderia participar do certame.	Regularizado
			O Edital não prevê visitas técnicas a empresas interessadas, para conhecimento da área licitada. Foram disponibilizados croquis, que poderiam ser consultados diretamente na pasta da Concorrência nº 51/2014, na sala da Comissão de Licitações; ou enviados via fax.			
			Os croquis presentes no processo, com as especificações da área licitada, também foram elaboradas pela Tim Celular S.A. Os croquis especificam as adequações e melhorias a serem feitas na área, bem como a disposição dos equipamentos a serem instalados pela Tim Celular S.A. Portanto, é razoável supor que esses croquis tiveram como base as necessidades da própria Tim Celular S.A			
			A consulta ao engenheiro eletricista da Ceasaminas, Eduardo de Souza (Pregão Eletrônico 29/2015), que conferiu e aprovou o Atestado de Capacidade Técnica da licitante vencedora, foi feita por meio de um pequeno pedaço de papel, sem identificação nem maiores especificações.			
		Não localizamos, junto ao processo do Pregão Eletrônico 22/2015, a documentação exigida pelo item 8.1.3.10 do edital.	A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (Lei 8.666/93, art. 41).	A CPL informa que a empresa possui a documentação exigida, embora a mesma não tenha sido enviada. A CPL, então, entrou em contato com a empresa, que enviou os documentos.	Regularizado	
25 27/07/15	CPL	Processos Licitatórios de julho/2015	A Ceasaminas expediu a RD/PRESI/38/15 alterando o parágrafo 13º do Artigo 26 da RD/PRESI/44/12. Entretanto, as alterações do ato normativo não interferiram no processo de transferência entre concessionários. Estes são realizadas por meio de processos licitatórios, na modalidade de Concorrência, incluindo no Edital os valores percentuais que o licitante deverá pagar para CeasaMinas e ao concessionário detentor do direito de uso, contrário o entendimento do TCU	Segundo o ACÓRDÃO Nº 2050/2014 – TCU – Plenário, de acordo com o voto do relator, os concessionários não devem usufruir de parte dos valores apurados nas licitações.	Quanto à cessão de valores, a CPL informa que esta medida não compete a ela, uma vez que a formatação atual é fruto de Resolução de Diretoria, e apenas a Diretoria pode alterá-la.	Ato de Gestão. Depende de Decisões da Diretoria. Processos estão suspensos por decisão da Presidência. Aguarda Relatório final do TCU

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
25 27/07/15	CPL	Processos Licitatórios de julho/2015	Parecer da Comissão de Preço Mínimo, que definiu o valor mínimo para a licitação, não assinado por todos os membros.	Providenciar assinatura do membro da Comissão de Preço Mínimo.	A Comissão de Preço Mínimo providenciou as assinaturas faltantes.	Regularizado
			Licitante não apresentou documento de constituição da empresa no ato da assinatura do contrato, no processo da Concorrência 06/2015	Inclusão do documento faltante.	O documento foi apresentado pela empresa ao SECAD.	Regularizado
			Pedido de autorização para abertura de licitação da Concorrência 72/2015 com redação inadequada. Trata-se de reforma e não construção, como foi redigido. A cópia do contrato no processo não foi assinada pelo licitante concorrência.	Adequação do pedido de autorização para abertura de licitação, e recolhimento de assinatura da licitante vencedora	O SECAD se comprometeu a adequar os pedidos de autorização para abertura de licitação e a recolher a assinatura faltante.	O item será novamente verificado em relatórios futuros
			Os Termos de Desistência de Concessão não foram incluídos nos processos de Concorrência (54 e 61/2014).	Inclusão dos documentos faltantes.	A CPL informa que os Termos de Desistência foram juntadas ao processo.	Regularizado
26 27/07/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Junho/2015	Posição do Saldo de Bancos em Junho/2015	Relatório informativo	-	-
27 13/08/15	Extraordinário/ DEPOP/ SEZEL	Execução do contrato da Vina Equipamentos e Construções Ltda, cujo objeto é o fornecimento de equipamentos, materiais, uniformes e mão de obra e execução dos serviços de varrição, lavagem, coleta e transporte de lixos e resíduos.	Análise dos Termos Aditivos do contrato N°19/2014 e das alterações processadas, tais como prazo, valores contratuais em decorrência de homologação e aplicação de Convenções Coletivas de Trabalho.	Sem recomendações	-	-
28 24/08/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Julho/2015	Posição do Saldo de Bancos em Julho/2015	Relatório informativo	-	-
29 25/08/15	Extraordinário/ Banco de Caixas	Auditoria nos Bancos de Caixas de Ceasaminas, a pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inicialmente, foi realizada auditoria no Banco de Caixas da Unidade Contagem, no processo da Concorrência 84/2009, com o objetivo de verificar o cumprimento da lei 8.666/93 e demais normas pertinentes	Não foi construída a área de 5.000 m ² , prevista para o 1º e 2º módulos, conforme estabelece a Cláusula 4.1.1 do Contrato de LIC AE 007-09. Faltam portanto nessa etapa (5.000 – 3.029,40) 1.970,60 m ² .	Recomendamos que seja comunicado a empresa Uai Higienização e Logística S.A, para concluir os 1.970,60 m ² de galpão que estão faltando.	Aguardando resposta	Prejudicado com incêndio da empresa
			Edital não estipular prazo para construção dos 3º e 4º módulos. A Cláusula 4.1.3.3 do Contrato de LIC AE 007-09 deixa a construção dos módulos remanescentes a critério do Concessionário.	Recomendamos nos próximos Editais de Licitação, evitar a falha em estipular prazo para o término da construção, bem como especificação detalhada de tipo de galpão (aberto/fechado), especificação de material, projeto básico e executivo.	Aguardando resposta	Prejudicado com incêndio da empresa

29 25/08/15	Extraordinário/ Banco de Caixas	Auditoria nos Bancos de Caixas de Ceasaminas, a pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inicialmente, foi realizada auditoria no Banco de Caixas da Unidade Contagem, no processo da Concorrência 84/2009, com o objetivo de verificar o cumprimento da lei 8.666/93 e demais normas pertinentes	O Departamento de Engenharia não acompanhou a execução da obra, segundo eles, por se tratar de Contrato de Concessão de Uso. No edital não está especificado em detalhes o tipo nem o padrão de construção	Recomendamos que o Departamento de Engenharia aprove os projetos antes de sua execução.	Aguardando resposta	Recomendação acatada
			5.000 caixas plásticas foram ressarcidas para a CeasaMinas através da cobrança de RDC – Recuperação de Despesas Comuns da Unidade de Uberlândia. Portanto, a princípio, estão faltando 5.000 caixas, e essa situação será confirmada na auditoria que será realizada na Unidade de Uberlândia	Recomendamos que seja definido critérios claros de pagamento da RDC – Recuperação de Despesas de Custeio.	A Diretoria empossada recentemente está realizando novos estudos para atingir a recomendação da auditoria	Data prevista para regulamentação maio de 2016
			Contradição entre a data dos recibos, a maioria de 11/03/2013, e o despacho do Gestor do DEPOP: "As caixas foram sendo repassadas na medida em que eram fabricadas. Houve uma demora na definição do tipo de instrumento que seria celebrado entre as partes. Em anexo recibos solicitados." Se as caixas foram repassadas a medida em que eram fabricadas, então os recibos deveriam ser todos do exercício de 2012, época em que elas foram distribuídas para as associações.	Recomendamos seguir uma ordem lógica e cronológica de Termos de Permissão de Uso, ou seja, primeiro assina o termo e depois passa a ser executado.	Recomendação acatada	Regularizado
			Caixas plásticas foram remetidas à CEASA/Uberlândia e recebidas por: Associação dos Comerciantes da Ceasa de Uberlândia – ACCU, Associação Regional dos Produtores Hortigranjeiros – ASSOHORTA, Cooperativa dos Agricultores de Uberlândia e Região – COOPERAF, LOGIK – Higienização de Caixas Plásticas Comércio e Serviços Ltda.	Atenção ao que determina o Decreto nº99.658/90. Doações de patrimônio só podem ser feitas a entidades classificadas como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. E não temos conhecimentos que as Associações que assinaram o Termo de Permissão de Uso se enquadram nessa classificação.	A AUDIN através de uma Correspondência Interna alertou que os contratos estão vencendo que será necessário uma tomada de decisão.	Aguardando resposta 30/03/2016
30 08/09/15	DEFIN/SETES	Auditoria na Seção de Tesouraria, focalizando os aspectos relevantes de sua atuação, as disponibilidades, pagamentos e recebimentos, com o objetivo de verificar os controles internos, responsabilidades de cada função e aplicação das normas da empresa e legislação pertinente.	Despesas com alimentação pagas através do Fundo Fixo.	Enquanto não houver norma expressa a respeito dessa matéria ou jurisprudência consolidada do TCU, a CGU recomenda que se adote a interpretação mais rigorosa e a conduta mais cautelosa. Dessa forma, despesas realizadas com alimentação não devem ser custeadas por Suprimento de Fundos. Entendemos que a forma como estas despesas estão sendo pagas contraria a orientação da CGU. Poderia ser feito um contrato de fornecimento com previsão de gasto anual e com fornecimento periódico, com pagamento de fatura mensal.	Recomendação acatada de imediato	Recomendação acatada
31 21/09/15	Sede/ Administrativa	Apresentação de minuta do PAINT/2016 – Plano Interno das Atividades da Auditoria Interna, para apreciação da DIREX, CONFIS e CONSAD	-	-	-	-

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
32 18/11/15	DEFIN / SECOB	Auditoria na Seção de Cobrança, focalizando os aspectos relevantes de sua atuação, o controle dos recebimentos, com o objetivo de acompanhar os controles internos, procedimentos e aplicação das normas da empresa e legislação pertinente, sobre os seguintes tópicos: Procedimentos de Cobrança; Inadimplência; Créditos a Receber	Divergências entre a conciliação contábil e o relatório de inadimplência	Consideramos necessário um entrosamento entre a Seção de Cobrança e Contabilidade para definição de padrões que possam acertar esse pontos divergentes.	Foram transferidos alguns funcionários de setor objetivando regularizar a situação	Iremos verificar regularização na próxima auditoria que está programada no PAINT de 2016
			Alto índice de inadimplência, principalmente no entreposto de Contagem, com valores muito elevados.	Sugerimos que a Administração adote medidas capazes de solucionar alguns casos, por meio de entendimentos com os concessionários, através de cumprimento de acordos e outros meios de ordem jurídica.	Foi firmado um contrato entre a CeasaMinas e a SERASA em 02/2016	Os inadimplentes terão o seu nome incluído no SERASA
33 18/11/15	DEPOP / SECAD	A CPL remete, mensalmente, à Auditoria Interna, os Processos Licitatórios concluídos para serem analisados. Nos meses de agosto e setembro/2015 a Auditoria recebeu 110 processos que permaneceram na CPL e SECAD, aguardando contratos de concessão de uso de lojas licitadas por meio de concorrência pública.	Concessionários em inadimplência com a Ceasaminas	Sugerimos que a Administração determine ao Departamento competente que tome as providências necessárias para solução desses casos, uma vez que envolvem quantias significativas na receita da empresa, em inadimplência e contribuições mensais obrigatórias.	Foi firmado um contrato entre a CeasaMinas e a SERASA em 02/2016	Os inadimplentes terão o seu nome incluído no SERASA
			Processos licitatórios sem Contrato de Concessão de Uso; processos licitatórios com documentação incompleta; pessoas físicas vencedoras de licitações não cumprindo o prazo de 180 dias para constituir empresa; pessoas físicas, não regularizadas, tomando posse da área licitada e pagando contribuições como pessoa física	Os processos, objeto desta auditoria, devem ser revistos, ordenados e concluídos de conformidade com as normas de licitações, como também, notificados quanto ao descumprimento do prazo estabelecido e regularização da empresa nos órgãos competentes.	Foi trocado o chefe da Seção de Cadastro e estão trabalhando em regime de força tarefa para regularizar a situação.	Em abril de 2016 iremos realizar uma nova auditoria na área para verificar a evolução dos trabalhos
34 25/09/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Agosto/2015	Posição do Saldo de Bancos em Agosto/2015	Relatório informativo	-	-
35 06/10/15	Sede/ Administrativa	Acompanhamento das recomendações feitas pela Auditoria Interna	-	Relatório informativo	-	-
36 06/11/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Setembro/2015	Posição do Saldo de Bancos em Setembro/2015	Relatório informativo	-	-
37 10/11/15	DEPAD/ SEMPT	Inventário do Ativo Imobilizado	Com a finalidade de ser proativa, a Auditoria alerta a Comissão de Inventário do Ativo Imobilizado a respeito das recomendações dos relatórios de auditoria referente ao inventário realizado em anos anteriores	Relatório informativo	-	-

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
38 14/12/15	Extraordinário/ Contrato 52/2014 (Serviços de vigilância)	Atendendo a solicitação do Diretor Presidente da Ceasaminas, realizamos auditoria no contrato 52/2014, da empresa Plantão Serviços de Vigilância Ltda, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas e legislação vigente.	Não podemos fazer a conferência das especificações técnicas e a qualidade dos equipamentos de CFTV instalados e que estão em funcionamento estão de acordo com o que foi contratado, pois não temos conhecimento técnico, no caso de Engenheiro Eletricista.	Recomendamos que seja contratada uma empresa especializada, para que possa fazer o trabalho de verificação e conferência para atestar se as especificações técnicas e a qualidade dos equipamentos instalados e que estão em funcionamento estão de acordo com o que foi contratado.	O Fiscal do Contrato entendeu ser desnecessário uma vez que as câmeras estão atendendo bem as necessidades da empresa	Iremos fazer mais uma análise da situação para verificar se o esclarecimento procede
			Arquivo com as imagens gravadas é mantido pela Plantão, que repassa à Ceasaminas as imagens requisitadas.	Recomendamos que periodicamente, todas as imagens gravadas pela Plantão (Central de Segurança), sejam recolhidas pela CeasaMinas, que deverá constituir um arquivo ou banco de dados para armazenar estas informações. Assim, as informações gravadas não se perderão ao final do contrato.	O Fiscal do Contrato entende que as imagens necessárias estão devidamente arquivadas	Iremos fazer mais uma análise da situação para verificar se o esclarecimento procede
			Aditivos não padronizados, que, por vezes, não explicitam os detalhes referentes aos acréscimos de valor, nem sua justificativa técnica	Recomendamos que sejam padronizados os aditivos contratuais, a fim de conter explícito no corpo do aditivo os detalhes a que se referem os acréscimos de valor, bem como a justificativa técnica para a sua realização.	Considerando esta situação não é possível aplicar o princípio da padronização	regularizado
			Não anexação das C.I.'s, Ofícios e planilhas com base de cálculo aos respectivos aditivos contratuais	Recomendamos que sejam anexadas aos aditivos contratuais as C.I.'s, Ofícios, planilhas com base de cálculo, que deram origem aos mesmos.	Recomendação acatada	regularização de imediato
			Funcionários da Plantão fazendo horas extras habitualmente e valores de horas extras pagos em duplicidade, fora da folha de pagamento, sem o recolhimento dos devidos encargos.	Recomendamos ao fiscal do contrato ficar atento as cobranças inclusas nas faturas que extrapolam os serviços contratados.	Recomendação acatada	regularização de imediato
			Divergências entre o valor do que foi contratado e o realizado			
			Divergência na quantidade de vigilantes contratados			
39 13/12/15	DEFIN	Saldo Médio dos Bancos em Outubro/2015	Posição do Saldo de Bancos em Outubro/2015	Relatório informativo	-	-
40 30/12/15	Extraordinário / DEPAD / SECOP	Sumário relativo aos registros e recomendações da Auditoria Interna, quanto ao Processo de Compras e Serviços autorizados, por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitações, para conhecimento do Conselho Fiscal	A pasta de Consulta de Preços de Mercado - CPM foi apresentada, a esta Auditoria com algumas incorreções. Segundo a Seção de Compras, o sistema de informação não permite a emissão de segunda via, por esse motivo a impressão da cópia fica incompleta. Entretanto, o resumo geral define no estatuto se o pedido foi aceito ou cancelado, esta declaração foi confirmada pelo DETIN, esclarecendo que o procedimento está correto.	Diante destes fatos, orientamos ao Setor de Compras quanto à organização desses documentos, devendo verificar os procedimentos com relação ao desdobramento das compras e imprimir as cópias logo após a conclusão do processo, para evitar estas falhas.	Recomendação acatada	regularização de imediato

Relatório nº e data	Área	Documento/Finalidade	Constatação	Registro/Recomendação	Situação	Data de regulamentação
41 30/12/15	Extraordinário / MLP	a solicitação do Diretor Financeiro da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A., realizamos auditoria nas planilhas de controle de venda de carnês, realizada no MLP.	Durante a greve dos funcionários da Ceasaminas, os Assessores Especiais da Presidência fizeram a venda de carnês no MLP com um controle próprio, que era encaminhado ao setor de cobranças, SECOB, que ficou responsável pelo recebimento dos valores em dinheiro. Encontramos divergências na numeração dos carnês e nos valores, além de pagamentos que não coincidem com os valores das vendas	Recomendamos que a comissão confronte os documentos que estão em sua posse com o relatório apresentado objetivando esclarecer todas divergências apontadas.	Recomendação acatada	Data prevista para regularizada 04/04/2016



5.8 Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados

A PLR, implantada desde 2005, é uma forma de incentivar a qualidade e a produtividade dentro das empresas, através da remuneração variada. Funciona como uma ferramenta de gestão, formalizando a parceria entre empregados e a empresa. Através da elaboração de um plano de metas e o engajamento de todos para seu cumprimento, a empresa ganha qualidade e produtividade e os empregados têm acesso a mais renda.

Atualmente, o programa estabelece apenas metas coletivas para toda a empresa e possibilita a distribuição do lucro líquido da empresa no exercício em questão de forma linear a todos os empregados da empresa.

O programa de Remuneração Variável Anual dos Diretores iniciado em 2014, estabelece Plano de Metas para o exercício em questão e as condições de participação nos resultados da Entidade, como instrumento de governança corporativa no que diz respeito aos sistemas de controle e monitoramento estabelecidos pelos acionistas da empresa com a finalidade de viabilizar a sustentabilidade e os objetivos de longo prazo da empresa. O programa ampara-se em orientações estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

E condição fundamental, com base nos princípios da transparência, equidade, controle e prestação de contas e responsabilidade corporativa, estabelecer que a participação dos Diretores no Programa de Remuneração Variável Anual do exercício e condicionada ao Cumprimento do Plano de Metas estabelecido e aprovado pelos Acionistas.

5.9 Participação Acionária de Membros de Colegiados da Entidade

NÃO SE APLICA

5.10 Estrutura de Gestão e Controle de Demandas Judiciais

Atualmente, o controle dos processos é feito por meio de planilhas que separam as ações cíveis das trabalhistas. Há ainda uma divisão das ações cíveis entre aquelas em que a CeasaMinas é autora e aquelas em que a CeasaMinas é ré. Essa planilha identifica o autor, o número do processo, a vara, a situação atual da ação, se já houve condenação e o seu valor, bem como a avaliação da possibilidade de êxito em possível, provável e remota.

Contudo, estamos migrando esse controle de processos judiciais para um sistema informatizado: Romasoft (<http://www.romasofttecnologia.com.br/>). Após o cadastro de todas as

ações judiciais o sistema possibilitará maior controle e maior rapidez no controle das informações, bem como possibilidade de emissão de vários tipos de relatórios, conforme a informação que se deseja consultar.

5.11 Informações Sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada

A sistemática de contratação da empresa de auditora foi na modalidade de licitação 'Convite' sendo a vencedora do certame a empresa ACE Auditoria e Consultoria Empresarial, com endereço na Rua da Bahia, 1443 – 6º andar, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte – MG, CEP 30.160-011, CNPJ-20.763.801/0001-16.

Objeto:

Primeiro – Prestação de serviços de Auditoria Independente, conforme os termos do Convite 05/2011, Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; Lei nº 6.404, art. 163, § 4º, bem como dos demais dispositivos legais aplicáveis à empresa. Os serviços serão prestados mensalmente pelo período de 12 meses. O pagamento pela execução será realizado mensalmente, sendo o preço Unitário R\$4.160,00 totalizando anual o valor de R\$49.920,00.

Segundo – Serviços solicitados que não estejam contemplados no objeto do edital, mas intrínseco a atividade de auditoria.

Unidade: 150 horas trabalhadas.

O pagamento será realizado por hora técnica de trabalho executada, sendo o valor unitário R\$115,00 totalizando o total de horas solicitadas R\$17.250,00.

Observação: O valor estimado para este item não gera para a Contratante a obrigação de sua execução na totalidade, sendo improcedente, portanto, qualquer pleito da Contratada nesse sentido.

Total global: R\$67.170,00

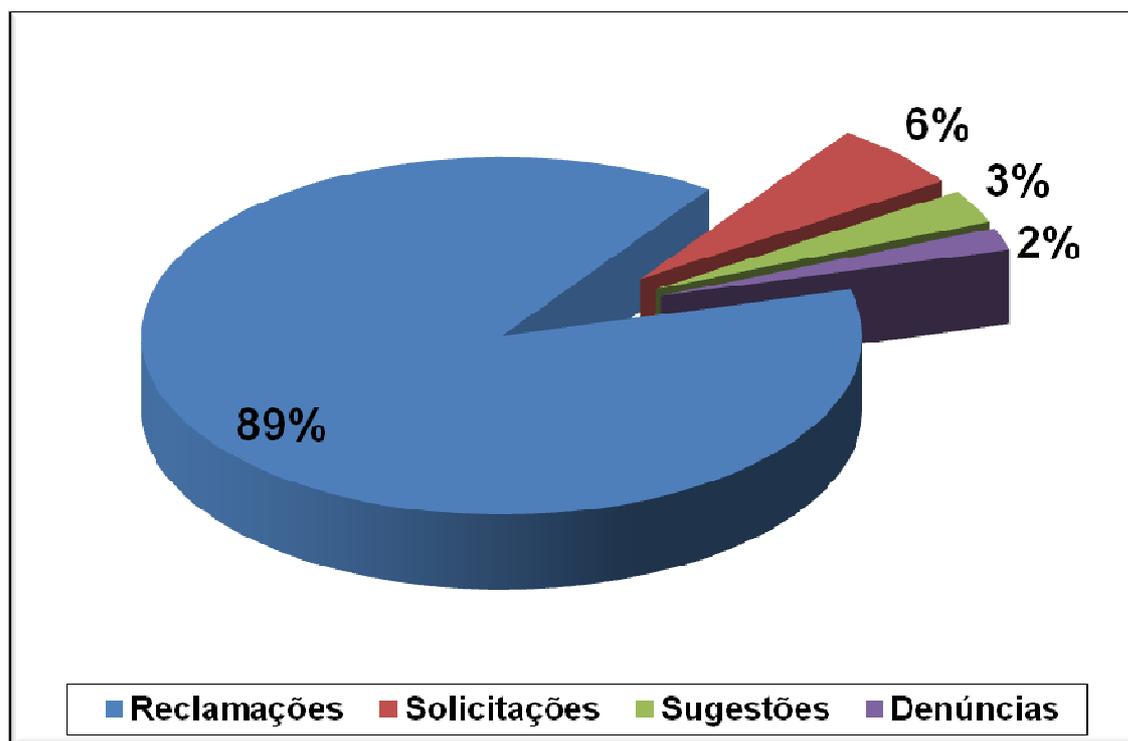
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso do Cidadão

O canal de acesso utilizado por esta Sociedade para relacionar com o Cidadão tem sido a Ouvidoria que apresentou as seguintes atividades:

No ano de 2015 foram recebidas 99 (noventa e nove) manifestações, distribuídas entre as modalidades: Sugestões, Denúncias, Reclamações e Solicitações. A maior parte nesse exercício foi relativa às Reclamações, que foram bem expressivas no período com 89% (oitenta e nove por cento) do total de manifestações; seguido pelas Solicitações que perfizeram 6% (seis por cento) do total; Sugestões perfizeram 3% (três por cento); e apenas 2% (dois por cento) relativos a Denúncias.

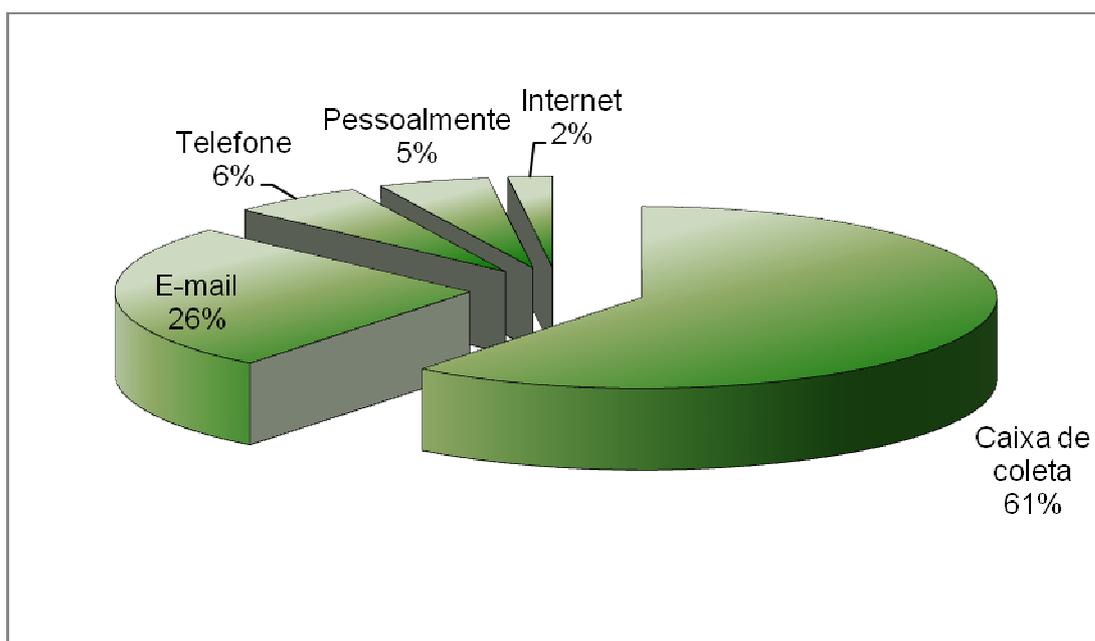
Gráfico 1



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2015)

O atendimento da Ouvidoria é realizado por meio de telefone, fax, e-mail, internet, caixa de coleta, carta e pessoalmente sobre questões para as quais as áreas específicas não atentaram; negocia soluções com essas pessoas e dá encaminhamento, sendo que cada caso tem uma conclusão, relatório e arquivamento.

Gráfico 2

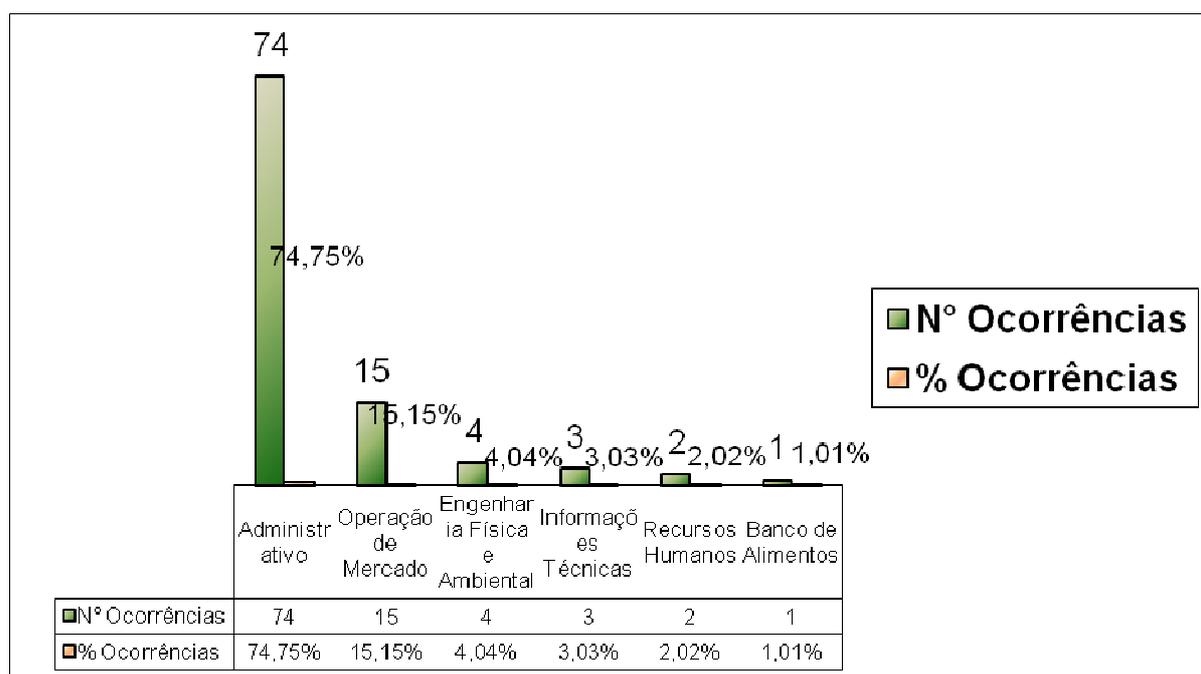


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2015)

O gráfico 2 demonstra que em 2015, a maioria das manifestações foi enviado por meio de Caixa de Coleta, representando 61% (sessenta e um por cento) do total. Essa representatividade se deu por manifestações feitas em conjuntos por produtores na unidade da CeasaMinas em Barbacena.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são divididas em grupos específicos classificados por assuntos. Os grupos de assuntos estão classificados de acordo com a pertinência temática da competência de cada setor da CeasaMinas.

Gráfico 3

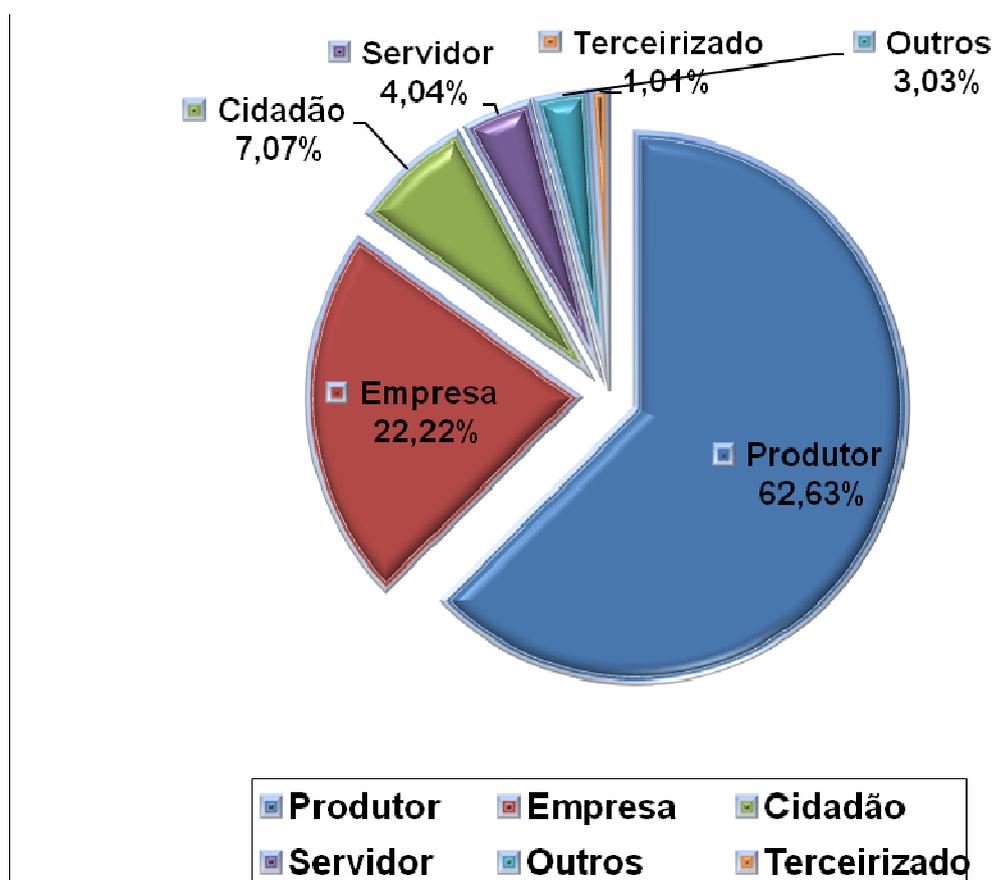


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2015)

O gráfico 3 demonstra que em 2015 a maioria das manifestações recebidas, 74,75% (setenta e quatro vírgula setenta e cinco por cento), foram pertinentes ao Grupo de Assuntos denominado ADMINISTRATIVO. O Grupo BANCO DE ALIMENTOS representou apenas 1,01% (um vírgula zero um por cento) do total de manifestações.

Os usuários da Ouvidoria também tem a sua classificação e conseqüente análise sobre sua atuação conforme a seguir:

Gráfico 4



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2015)

O gráfico 4 mostra o perfil do usuário que demandou atendimento da Ouvidoria da CeasaMinas em 2015, com destaque para Produtor com 62,63% (sessenta e dois virgula sessenta e três por cento).

O prazo de resposta do setor consultado é de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que justificado, e que o prazo de resposta ao ouvinte é de 07 dias úteis, sendo que todos os prazos são contados a partir da data de encaminhamento da manifestação à área competente.

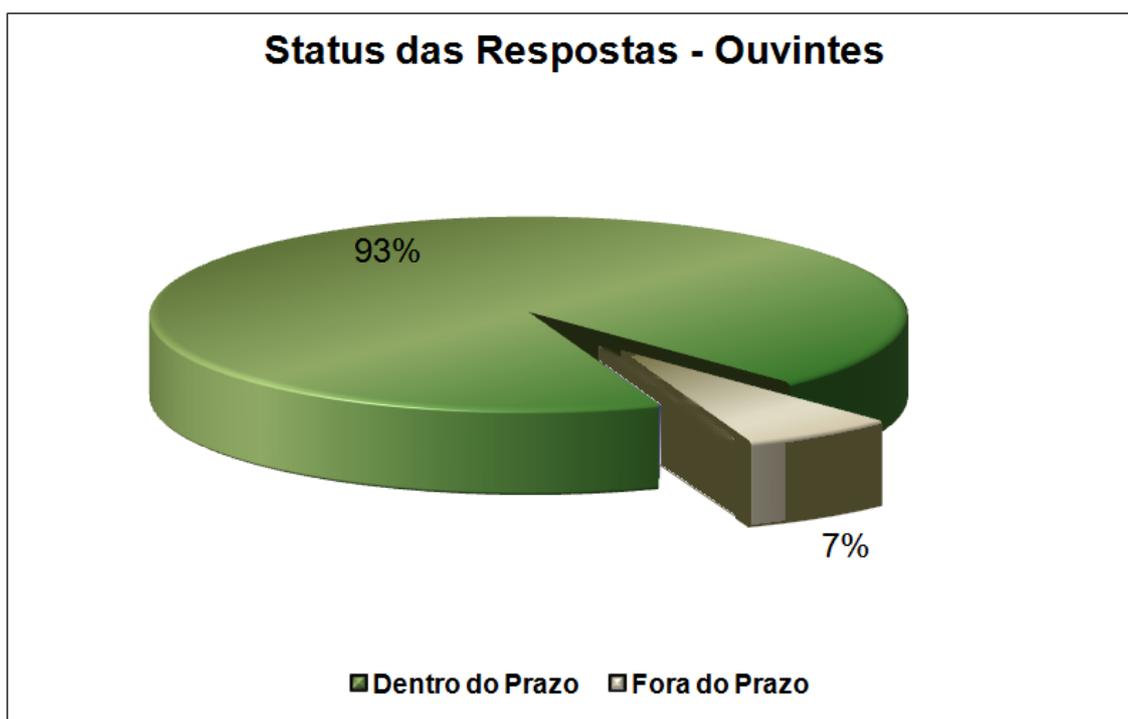
Gráfico 5



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2015)

O gráfico 05 demonstra que 89% (oitenta e nove por cento) das demandas foram respondidas pelas áreas consultadas dentro do prazo. As demandas não atendidas no prazo determinado se devem, em grande parte pela ausência do responsável pelo setor, seja por motivo de viagens ou de férias. As demandas que ainda estão em atendimento se referem, em parte, a manifestações enviadas ao final do exercício e outras devido à necessidade de melhor análise por parte das áreas consultadas.

Gráfico 6



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2015)

À proporção de 93% (noventa e três por cento) do total de manifestações, respondidas dentro do prazo, a Ouvidoria conseguiu atender ao manifestante a contento, não obstante os atrasos cometidos pelas áreas consultadas.

No exercício das funções institucionais da Ouvidoria da CeasaMinas, observou-se que no período de 2015 em relação a 2014 houve um aumento de 230% (duzentos e trinta por cento) o aumento observado em relação ao exercício anterior se deve a um evento específico relativo à Unidade da CeasaMinas de Barbacena. No ano de 2015 foram registradas 99 (noventa e nove) manifestações, sendo na modalidade Reclamações 89%, Solicitações 6%, Sugestões 3% e Denúncias 2%.

Esta Entidade tem trabalhado no intuito de agregar valor às demandas apresentadas buscando sempre a melhoria do serviço público prestado aos agentes internos e externos.

6.2 Mecanismo de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

A Entidade em conformidade com o que dispõem a Lei 12.527 de 18/11/2011 disponibiliza as informações relevantes no site www.ceasaminas.com.br referentes a relatório anual de atividades da auditoria interna, agenda da diretoria executiva, relatório de gestão, relação de empregados,

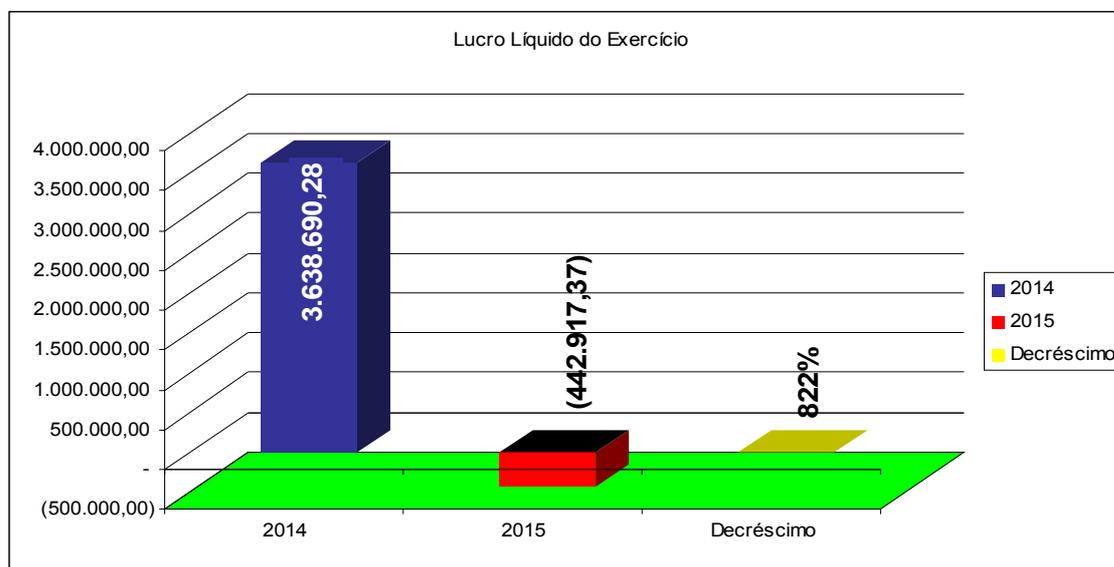
balanço patrimonial, CeasaMinas em números (informações gerais sobre a Unidade), licitações, ouvidoria, concurso público, comissão de ética, plano estratégico, regulamento de mercado, conjunturas, informações de mercado e outras.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho Financeiro do Exercício

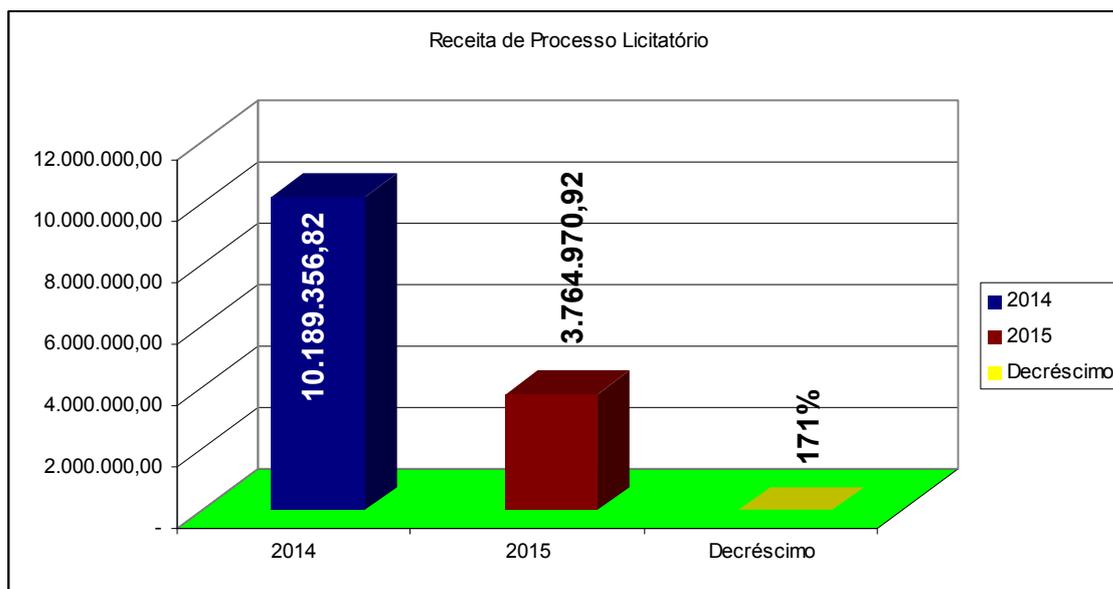
O desempenho financeiro apresentado por esta Unidade no exercício de 2015 foi negativo, quando comparado com o ano anterior, nota-se que houve redução no lucro líquido da empresa em 822% conforme demonstrado no gráfico 1. A rubrica que mais influenciou para que o desempenho fosse negativo foi a receita de processo licitatório que teve seu valor realizado em 2014 em R\$10.189.356,82 e em 2015 foi de R\$3.764.970,92 apresentado um decréscimo de 171% o que comprometeu o resultado da Unidade, conforme gráfico 2.

Gráfico 1



Fonte: Secon

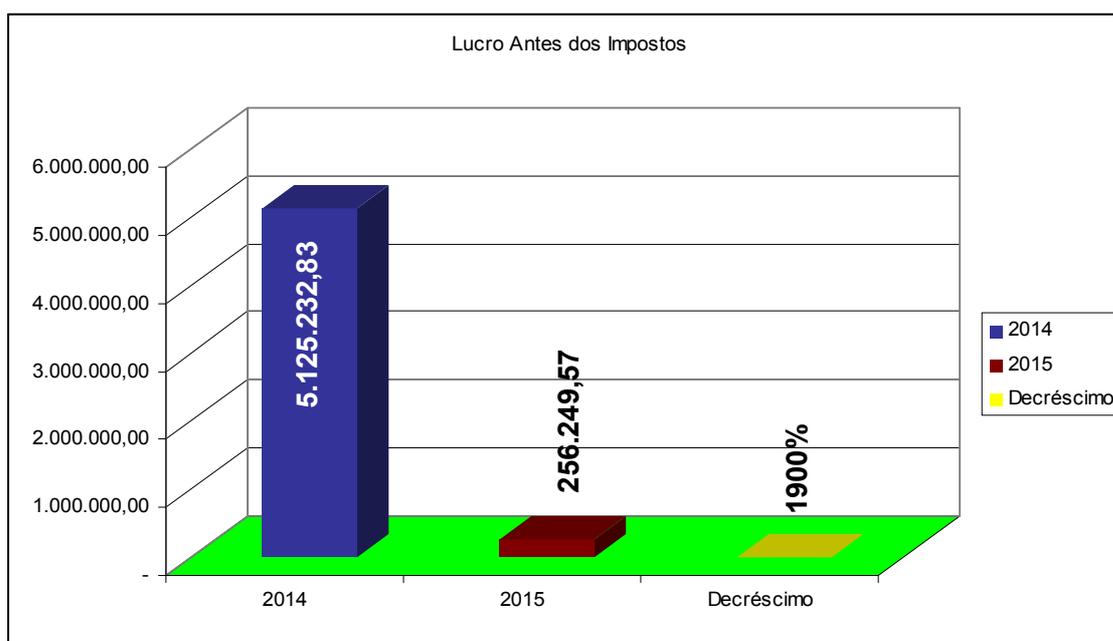
Gráfico 2



Fonte: Secon

O modelo adotado de governança aponta para a necessidade de aprimorar, visto que no exercício de 2015 apresentou lucro antes dos impostos e prejuízo após os tributos incidentes sobre o lucro evidenciando desequilíbrio fiscal, conforme demonstrado no gráfico 3 e 1.

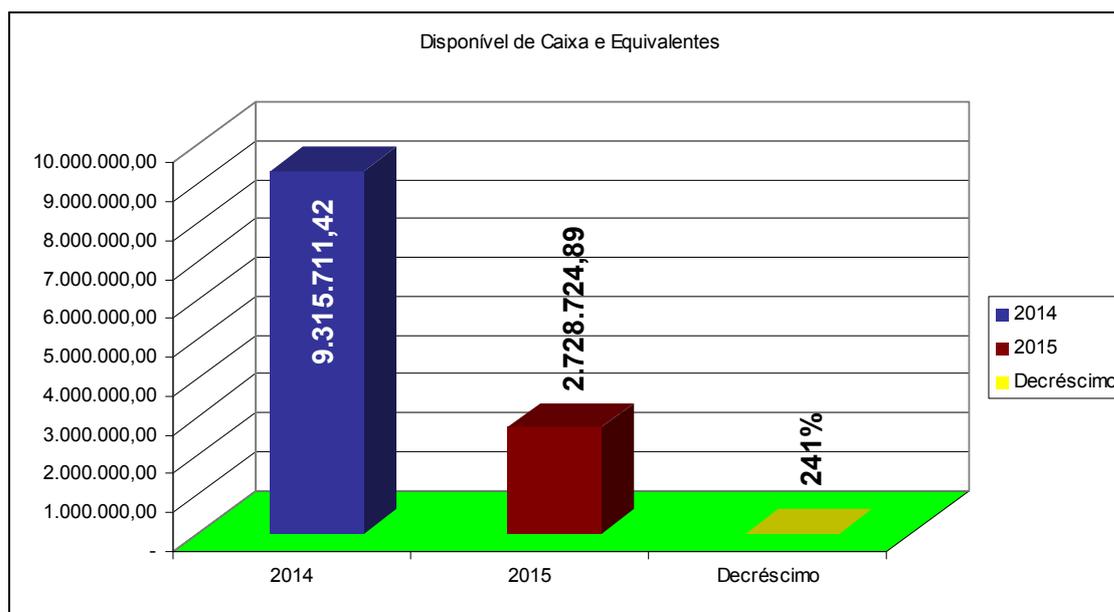
Gráfico 3



Fonte: Secon

Importante observa a redução nas disponibilidades, evidenciada no Balanço Patrimonial, que apresentou decréscimo de 241%, demonstrado no gráfico 4, sendo que do montante reduzido 44% refere-se a retenção de valor por decisão judicial.

Gráfico 4



Fonte: Secon

A Unidade Prestadora de Conta vem desenvolvendo estudos na busca de melhoria das suas atividades operacionais como readequação das tarifas praticadas e a otimização dos serviços contratados, objetivando desempenho financeiro para o próximo exercício positivo e agregação de valores aos acionistas e colaboradores.

7.2 Informações sobre as Medidas para Garantir a Sustentabilidade Financeira dos Compromissos Relacionados à Educação Superior

NÃO SE APLICA

7.3 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O tratamento das quotas de depreciações do patrimônio da Unidade Prestadora de Conta foi calculado pelo método linear com base nas taxas estipuladas pela vida útil do bem observado o artigo 183 parágrafos 3º da Lei 6.404/76. A Sociedade, na forma do CPC 27, procedeu a revisão dos créditos utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos itens que compõem seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Os resultados obtidos nesta revisão não apresentam divergência em relação às taxas de depreciação aplicadas anteriormente, nem qualquer necessidade de constituição de provisão quanto à perda em relação ao valor recuperável destes ativos.

7.4 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

NÃO SE APLICA

7.5 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO 2014 (em Reais)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		15.501.700	19.197.934
Disponibilidades Imediatas	4	242.589	739.342
Aplicações Financeiras	5	2.061.070	8.360.582
Contas a Receber de Clientes	6	9.386.538	6.632.391
Valores a Recuperar	31	866.259	1.132.903
Adiantamento de Férias a Empregado		494.968	447.874
Impostos e Encargos a Recuperar	33	215.226	451.921
Almoxarifados	34	325.767	372.326
Despesas Exercícios Seguintes	35	1.909.283	1.060.595
Não Circulante		30.943.887	27.930.358
Realizável a Longo Prazo		5.355.959	2.691.642
Créditos em Cobrança Judicial	9	-	228.226
Créditos a Recuperar	10	714.184	697.433
Depósito e Ação Judicial	36	4.641.775	1.765.983
		25.587.928	25.238.716
Investimentos	8(i)	248.892	248.975
Imobilizado Líquido	8 (ii)	24.695.166	24.223.458
Intangível	11	643.870	766.283
Total do Ativo		46.445.587	47.128.292

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

**BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E
31 DE DEZEMBRO 2014 (em Reais)**

PASSIVO	Notas explicativas	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		8.740.237	10.664.245
Fornecedores	37	2.833.376	1.999.748
Obrigações Tributárias e Previdenciárias Salários, Provisões e Contribuições	12	1.932.882	3.031.441
Sociais	30	2.385.580	2.048.868
Juros Sobre o Capital Próprio	21	19	1.397.128
Participações dos Empregados		-	207.120
Financiamento e Empréstimos	7	577.007	577.007
Outras Obrigações Contas a Pagar	13	1.006.112	1.402.933
Creditos Vinculados		5.261	-
Não Circulante		7.772.658	6.088.438
Financiamento e Empréstimos	7	192.335	769.342
Provisão para Contingências	14	6.542.606	5.139.291
Credores por Caução	26	194.450	179.805
Credito Estado de Minas Gerais		843.267	-
Patrimônio Líquido		29.932.692	30.375.609
Capital Social	15	26.137.900	26.137.900
Reserva Legal	16	1.306.195	1.306.195
Reserva de Lucro para Expansão	38	2.931.514	2.931.514
Prejuízo do Exercício		(442.917)	-
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		46.445.587	47.128.292

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contagem, 31 de Dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (em Reais)

	Notas Explicativas	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		(442.917)	3.633.710
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e Amortização	39	1.291.305	1.226.586
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidoso	24	596.134	548.106
Encargos financeiros provisionados – Caução		14.645	11.972
Diferido contabilizado no resultado		(4.801)	(1.239)
		1.454.366	5.419.135
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(2.754.147)	(882.367)
Valores a recuperar	32	(266.644)	(327.687)
Adiantamento de Férias a Empregado		47.094	(77.050)
Impostos e encargos a recuperar	33	236.695	107.167
Almoxarifado	34	(46.559)	(50.178)
Outros			
Despesas para o próximo exercício	35	(848.688)	(185.164)
Valores a recuperar		-	-
Segregação de Caixa – Mercado Livro do Produtor		-	-
Variação do Ativo Não Circulante		(3.013.529)	(1.731.237)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	37	833.628	(69.811)
Impostos a Recolher	12	(1.098.559)	879.497
Obrigações Tributárias	12	336.712	429.487
Dividendos Propostos/JCP	12	(1.397.109)	211.699
Participação dos Empregados	21	(207.120)	1.177.960
Variações Participações de Empregados		-	205.173
Imposto de renda e contribuição social	12	(396.821)	366.283
Outras obrigações contas a pagar	13	(396.821)	(621.933)
Variação do Passivo Não Circulante		1.684.220	(50.414)
Variação Líquida de Atividades Operacionais		(7.287.648)	(618.575)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	8 (ii)	(1.517.531)	(305.987)
Baixa de Ativos Imobilizado		(22.458)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.539.989)	(305.987)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Financiamento e Empréstimo	7	577.007	569.384
Pagamento de Dividendos		-	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		577.007	569.384
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVAL. CAIXA		(6.796.264)	5.063.957
DISPONIBILIDADES			
Saldo inicial		9.099.923	4.035.967
Saldo final		<u>2.303.659</u>	<u>9.099.923</u>
		(6.796.264)	5.063.956

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ – 17.504.325/0001-04
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 E 31 DEZEMBRO DE 2014 (em Reais)**

	Notas explicativas	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		31.234.220	36.177.952
Serviços e Concessionários de Uso	40	31.234.220	36.177.952
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA		(2.006.616)	(2.439.442)
Imposto Faturado	41	(2.006.616)	(2.373.856)
Serviços Cancelados	41	-	(65.586)
LUCRO BRUTO		29.227.604	33.738.510
DESPESAS OPERACIONAIS		(28.124.596)	(26.874.509)
Pessoal	17	(11.919.412)	(11.522.675)
Encargos Sociais	25	(4.329.820)	(4.059.889)
Outros Proventos	19	(2.387.148)	(2.382.947)
Material de Consumo	32	(588.068)	(530.716)
Serviços e Seguros	18	(19.203.806)	(19.035.591)
Despesas Impostos e Taxas	23	(435.071)	(540.836)
Despesas de Depreciação	39	(1.099.502)	(1.109.276)
Despesas de Amortização	39	(191.803)	(117.310)
Provisões Despesas Operacionais	24	(3.078.353)	(548.105)
Subtotal		(43.232.983)	(39.847.345)
Recuperações de Despesas	18	13.433.762	10.747.906
Despesas Financeiras	22	(346.568)	(274.298)
Receitas Financeiras	20	2.021.194	2.499.227
Subtotal		15.108.387	12.972.835
LUCRO OPERACIONAL		1.103.008	6.864.001
Outras Receitas	28	122.010	69.135
Outras Despesas	29	(968.769)	(1.812.883)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		256.250	5.120.252
(-) Contribuição Social		(194.684)	(361.301)
(-) Imposto de Renda		(504.483)	(918.122)
LUCRO APÓS IMPOSTOS		(442.917)	3.840.830
(-) Participações dos Empregados		-	(207.120)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(442.917)	3.633.710
Lucro Líquido por ação do Capital Social no final do exercício		-0,0883	0,7244

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2015 E 31/12/2014 (em Reais)						
CNPJ – 17.504.325/0001-04						
Eventos	Capital Social	Reserva Lucro para Expansão	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.593.213	4.089.801	112.335	1.124.510	-	27.919.859
Lucro Líquido do Exercício					3.633.710	3.633.710
Reserva Legal				181.686	(181.686)	-
Dividendos Propostos					(1.397.110)	(1.397.110)
Reserva de Lucro		2.054.914			2.054.914	-
Aumento Capital c/ Reservas – AGO 29/04/2014	3.544.687	(3.432.351)	(112.335)			-
Reversão Dividendos – AGO – 29/04/2014		219.150				219.150
Saldo em 31 de dezembro de 2014	26.137.900	2.931.514		1.306.196	-	30.375.609
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício					(442.917)	(442.917)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	26.137.900	2.931.514	-	1.306.196	(442.917)	29.932.692

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Nota nº. 01 – Contexto Operacional

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A CEASAMINAS, sociedade de economia mista, capital fechado controlada pela União, tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. As demonstrações contábeis da empresa consolidam o movimento financeiro das unidades localizadas nos municípios de Barbacena/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Governador Valadares/MG, Juiz de Fora/MG, Caratinga/MG e Contagem/MG. Excluído as áreas reservadas aos Mercados Livres dos Produtores inseridos nos entrepostos referidos, apresentadas em conjunto no Anexo I, parte integrante as demonstrações.

Nota nº. 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Com a promulgação da Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei nº6.404/76 sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IASB) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Nota nº. 03 – Principais Práticas Contábeis

a) As disponibilidades compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer tempo pela Sociedade. Essas aplicações são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o respectivo valor de mercado;

b) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência;

c) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado;

d) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real trimestral à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social calculada à alíquota de 9%;

e) As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) previsto pela Constituição Federal, e os respectivos encargos estão registrados em conta de provisão segundo o regime contábil da competência;

f) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações e desconsideradas as de êxito remoto.

g) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço. E auditado por auditoria independente.

Nota nº. 04 – Disponibilidade Imediata

Os saldos das Disponibilidades Imediatas estão representados pelos recursos no final dos exercícios após suas respectivas movimentações, como segue:

Descrição	2015	2014
Fundo Fixo	17.550	27.100
Numerário em Transito	11.729	22.031
Bancos Contas Movimento	213.310	690.211
Total	242.589	739.342

Nota nº. 05 – Aplicações Financeiras

O valor contábil líquido das aplicações financeiras da Sociedade aproxima-se do valor mercado, devido a seu vencimento no curto prazo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, como segue:

Nota nº. 06 – Conta a Receber de Clientes

O saldo em 31 de dezembro demonstrou as operações com clientes no período e está evidenciando os valores relevantes. Para cada cliente é feito um contrato de TCC – Termo de Contrato Concessão, através de processo de licitação na forma da Lei 8.666/93, por um período de 20 ou 25 anos, como segue:

Descrição	2015	2014
Banco do Brasil S/A	52.392	44.189
DHF Produtos Alimentícios Ltda.	83.757	74.022
CEMA – Central Distribuidora Ltda.	462.328	404.232
DMA Distribuidora Ltda.	43.391	40.087
Decminas Distribuidora e Serviços Ltda.	334.529	304.443
Flex Distribuidora Ltda.	261.705	259.504
Diversos Clientes + 660 Usuários	9.788.713	6.392.238
(-) Provisão p/Credito Liquidação Duvidosa	(1.640.277)	(886.324)
Total	9.386.538	6.632.391

Nota nº. 07 - Financiamento e Empréstimo

A CEASA MINAS, através de seus administradores contraiu financiamento e empréstimo bancário, junto ao Banco do Brasil S/A, em 15 de março de 2012. O crédito diferido no valor de \$ 2.452.280 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta reais), destinou-se ao financiamento de benfeitorias que foi realizada no lote urbano localizado em Uberlândia/MG, na BR 050 KM 76 – S/N – Bairro Santa Mônica com área de 150.185 m² e serviu para construção do Pavilhão GP III – 2.632 m². Com prazo para pagamento de 51 meses e 9 meses de carência, com vencimento da primeira amortização em 28 de fevereiro de 2013. Que esta demonstração do balanço patrimonial da CEASA MINAS, Curto Prazo \$ 577.007 e no Não Circulante - Exigível a Lango Prazo \$ 192.335 – Totalizando \$ 769.342 em 2015.

Nota nº. 08 – Imobilizado

Em 2015 a sociedade implementou poucos investimentos em ativo imobilizado, e ativos de natureza tecnológica e empreendimento imobiliário:

(i) – Investimentos

Os investimentos em ações de outras companhias e investimento decorrentes incentivos fiscais foram vendidos e convertidos em Títulos de NTN – P, e estão registrados pelo custo de aquisição e ajustado ao valor de mercado.

(ii) – Imobilizado

A CEASA MINAS, ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², às margens da BR 040 KM 688, no município de Contagem/MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação está pendente de regularização legal e contábil, assim como a regularização dos imóveis construídos por terceiros no local. O Imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das suas respectivas quotas de depreciações, calculadas pelo método linear com base nas taxas estipuladas pela vida útil do bem observado ao artigo 183 parágrafos 3º da Lei 6.404/76. Por força do acordo Decreto nº. 40.963, de 22/03/2000, em seu Anexo 13, que regulamenta o parágrafo único do artigo 2º da Lei 12.422, de 27/12/1996, firmado entre a UNIÃO e o ESTADO DE MINAS GERAIS, o patrimônio de propriedade do Estado está inserido no total do grupo, segregado na conta denominada Bens do Estado de Minas Gerais, o que vem ao encontro com o Art. 179 – IV da Lei 6.404.76, alterada pela Lei 11.638/07. A Sociedade, na forma do CPC 27, procedeu a revisão dos créditos utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos itens que compõem seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Os resultados obtidos nesta revisão não apresentam divergência em relação às taxas de depreciação aplicadas anteriormente, nem qualquer necessidade de constituição de provisão quanto à perda em relação ao valor recuperável destes ativos. Considerando o estudo efetuado, a administração da instituição entendeu que não há necessidade de modificação dos critérios utilizados anteriormente para o exercício de 2015. Depois e feito o teste de recuperação pode ser demonstrado, como segue:

Descrição	Bens do Imobilizado Líquido					Taxa de Depreciação
	2014	Aquisição	Baixa Transferência	Depreciação	2015	
Terrenos	626.726	55.996	-	-	682.721	-
Edificações	19.472.378	146.106	-	-556.022	19.062.462	2% a 4%
Urbanizações	762.184	-	-	-47.882	714.302	4%
Instalações	1.119.940	6.933	-	-62.076	1.064.797	4%
Veículos	91.304	426.337	-	-118.651	398.989	20%
Máquinas e Equipamentos	999.613	121.237	-937	-178.463	941.450	10%
Máq. E Escritório	2.012	-	-76	-321	1.615	10%
Móveis e Utensílios	78.162	11.858	-11.954	-67.175	10.891	10%
Telecomunicações	16.900	13.244	-71	-6.536	23.538	10%
Informática	104.373	31.873	-2.687	-62.376	71.184	10%
Outras Imobilizações	6.883	-	-6.883		0,0	0%
Outros (*)	942.983	704.097	76.137	-	1.723.217	0%
Imobilizado Líquido	24.223.458	1.517.531	53.679	-1.099.502	24.695.166	-
Bens Estado MG	-				-	-
Total	24.223.458	1.517.531	53.679	-1.099.502	24.695.166	-

(*) A rubrica “Outros” comporta investimentos em ativos permanentes pendentes da conclusão dos serviços de engenharia pertinentes.

Nota nº. 09 – Créditos em Cobranças Judiciais

O saldo líquido, registrados no Não Circulante, grupo Ativo Realizável a Longo Prazo em 2015, referem-se aos valores nominais das parcelas a receber de usuários inadimplentes em processo judicial de cobrança.

Nota nº. 10 – Créditos a Recuperar

O saldo refere-se a depósitos resultantes de ações e recursos judiciais, movidas contra a Sociedade, por ex-funcionários de empresas terceirizadas, contratadas por processo licitatório,

que prestaram serviços às empresas licitadas, a CEASA MINAS, responde solidariamente, trata-se de serviços de: Guarda e Vigilância, Manutenção, Conservação e Limpeza, e saldo residual de Convênio com o Estado de Minas Gerais nº. 1.2024/06, e estão excluído o Mercado Livro do Produtor – MLP e estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Coliseu Segurança Ltda.	580.795	560.623
Orbe Administração e Serviços Ltda.	301.906	301.906
SEAPA – Convênio 1.2024/06		765.462
Albina Conservação e Serviços Ltda.	554.344	554.344
Outras	290.550	293.971
(-) Provisão p/Credito Liquidada Duvidosa	(1.013.411)	(1.778.873)
Total	714.184	697.433

Nota nº. 11 – Intangível

Os valores registrados no Intangível provem da segregação do imobilizado do exercício anterior, que com o advento da Lei 11.368/07, que alterou a Lei 6.404/76, permitiu o evento e registra a Marca Vita Sopa, instituição ligada ao SERVAS, que por sua vez executa serviços sociais do Governo de Minas e está instalada dentro do Entrepasto da Sociedade em Contagem/MG. E registro de aquisições do Sistema ERP – RM Sistema Corpore e Tecnologia e sistemas auxiliares de caixa.

Descrição	2015	2014
Marcas e Patentes	1.025	1.025
Licença e Software – ERP	1.191.795	1.191.795
(-) Amortização	(548.950)	(426.527)
Total	643.870	766.283

Nota nº. 12 – Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Em 31 de dezembro, as obrigações a pagarem registram as movimentações dos períodos e estão compostos como segue:

Descrição	2015	2014
ISSQN Retido na Fonte	122.850	88.532
COFINS a Recolher	124.697	490.599
PIS a Recolher	27.062	106.495
IRRF Retido na Fonte	240.598	207.730
CSLL/PIS Retido na Fonte	555.411	294.581
Contribuição Sindical	2.268	2.199
Sub –Total	1.072.886	1.190.136
INSS/FGTS a Recolher	753.748	738.462
Sub –Total	1.826.634	1.918.598
IRPJ a Recolher	59.739	765.370
CSLL a Recolher	46.509	337.472
Sub -Total	106.248	1.102.842
Total	1.932.882	3.031.441

Nota nº. 13 – Outras Obrigações Contas a Pagar

Trata-se do reconhecimento de obrigações para com Terceiros (Associações), referente a valores retidos, e dos concessionários permissionários relativo a saldo da Conta Gráfica da RDC – Recuperações das Despesas Comuns, recebidos a maior em períodos anteriores, e dívida contraída por construções de edificações através de terceiros nas áreas especiais de nº. 11 e 30 do entreposto de Contagem/MG, e áreas AE-01 de Governador Valadares/MG e Caratinga/MG, como seguem:

Descrição	2015	2014
RDC Concessionários Permissionários -	28.353	438.935
Créditos Terceiros – Associações	523.202	554.360

Eurolux Industrial Ltda.	267.565	267.565
Eficiência S/A	107.496	-
Elo Construtor e Incorporador Ltda.	-	4.503
Outras	79.496	137.570
Total	1.006.112	1.402.933

Nota nº. 14 – Provisão para Contingências

A CEASA MINAS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhistas. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CEASA MINAS, guardam conformidade com previsões legais e regulamentares, constitui provisão para contingências para as quais existem prováveis riscos. A Administração acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências.

a) - Ações Tributárias dizem respeito a tributos federais e municipais, tais quais Contribuições Previdenciárias INSS, ISSQN e Multas por Atraso de obrigações acessórias. A CEASA MINAS foi autuada administrativamente, pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para recolhimento de contribuições previdenciárias sobre compensação no período de 09 a 12/2009, e 13/2009, pela CEASA MINAS de encargos sociais referentes a férias mais 1/3 constitucional, salário-maternidade e indenização paga nos primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho, por entender que essa verbas tem natureza indenizatória, e impetrou mandato de segurança por seu corpo jurídico, valor de \$ 1.137.110 em 2014, e \$ 2.468.532 em 2015.

b) – Ações Trabalhistas é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, próprios ou de prestadores de serviços relacionados com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos e indenizações. Totalizando (2015 – \$ 266.716).

c) – Ações Cíveis estão relacionadas com as suas operações, produtos e serviços. De um modo geral têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral. Trata-se ação em trâmite na justiça federal na seção judiciária de Minas Gerais na comarca sede, ou seja, Belo Horizonte.

Processo 0079.001997180, em (2015 \$ 2.491.247), e (2014 – \$ 2.491.247). Em 31 de dezembro, o saldo para contingências era composto como segue:

(a) As Provisões estão assim apresentadas:

(i) Composição por classificação de Risco Provável

Descrição	2015	2014
Contingências Tributárias	3.785.641	1.317.110
Contingências Cíveis	2.491.247	2.491.247
Contingências Trabalhistas	266.716	252.885
Convênio nº. 1.2398/2014/2015 – SEAPA/MG	0,0	1.074.068
Total	6.542.606	5.139.291

(ii) Composição por classificação de risco possível

As provisões contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão, Resolução CMN nº 3.823/2009:

a) – Ações Tributárias trata-se de execução fiscal proposta pelo Município de Contagem/M, em face da CEASA MINAS, cobrando valores supostamente devidos a título de ISSQN. A CEASA MINAS apresentou execução de pré-executividade no auto da referida execução e ofereceu imóvel em garantia. A exceção de pré-executividade está pendente de julgamento até a presente data. Ainda não teve início o prazo para oferecer embargos à execução. Em 2015 totalizando \$ 4.186.549 (2014 – \$ 4.186.549).

b) – Ações Cíveis e Trabalhista, A administração da CEASA MINAS, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essas causas judiciais como probabilidade de perda possível, 1) - Processo 0079-08457754-7 – 1ª Instância 2ª Comarca de Contagem/MG, trata-se de ação em que a seguradora de concessionários pagou o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 em outubro de 2006. Agora a seguradora demanda em face da CEASA MINAS para ser ressarcida já que se sub-rogou nos direitos à indenização paga pela mesma. Valor \$ 2.840.319 em 2015 (2014 –\$ 2.840.319). 2) – Processo 0079.07.36146-2 1ª Instância 1ª

Vara de Contagem/MG, trata-se de ação de indenização a Concessionário, o valor atribuído como de execução é R\$ 5.000.000 refere-se a ressarcimento de perda com o incêndio do Pavilhão 6 em outubro de 2006. Valor \$ 5.000.000 em 2015 (2014 -\$ 5.000.000). 3) – Processo 0105.03.095398-5 1ª Instância 5ª Vara de Governador Valadares/MG, trata-se de ação de indenização por furto de veículo na dependência do entreposto de Governador Valadares/MG, Valor \$ 200.000 em 2015 (2014 -\$ 200.000). 4) – Processo 0035693-80-2010-8-13-0188 1ª Instância 2ª Vara de Nova Lima/MG, ação de indenização trata-se de demanda de responsabilidade civil em decorrência de homicídio ocorrido nas dependências do MLP – Mercado Livre do Produtor, Contagem/MG. Valor \$ 275.337 em 2015 (2014 -\$ 275.337). 5) – Processo nº. 0024.98.063208-7 área de 49.500 m2 dado em garantia (Uberlândia/MG). Relativos a essa natureza de ordem patrimonial, material, trabalhistas e indenizatórias em 2015, totalizando (2015 \$ 17.245.110) (2014 – \$ 13.512.610). O departamento jurídico da empresa acompanha sistematicamente os processos em curso.

Descrição	2015	2014
Contingências Tributárias	4.186.549	4.186.549
Contingências Cíveis	12.048.156	8.315.656
Contingências Trabalhistas	1.010.405	1.010.405
Total	17.245.110	13.512.610

Nota nº. 15 – Capital Social Subscrito

O Capital Social realizado em 31 de dezembro é de R\$ 26.137.900 (vinte e seis milhões, cento e trinta e sete mil e novecentos reais), representados por 5.016.339 (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, criado na forma da Lei Estadual nº. 5.577 de 20 de outubro de 1970 e da escritura pública, lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Belo Horizonte/MG, Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante à acionistas minoritários, distribuído como não á intenção da administração de modificá-lo.

Descrição	Numero de Ações	Valor (R\$)
União Federal	4.994.632	26.024.794
Prefeitura M. de Juiz de Fora/MG	19.152	99.792

Prefeitura Municipal de Caratinga/MG	2.549	13.282
Rondon Pacheco	1	5,2
Alysson Paulinelli	1	5,2
Abílio Machado	1	5,2
Fernando Antônio R. Reis	1	5,2
Luiz Fernando Cirne Lima	1	5,2
Victor de Andrade Brito	1	5,2
Total	5.016.339	26.137.900

Nota nº. 16 – Reserva Legal

A reserva legal foi constituída a razão de 5% do lucro apurado nos exercícios, em atendimento ao disposto no Art. 26, do Estatuto da Companhia, totalizando o montante de R\$ 1.306.196 (um milhão e trezentos e seis mil, cento e noventa e seis reais), em 31 de dezembro de 2015.

Nota nº. 17 – Pessoal

O saldo em 31 de dezembro registrou as despesas com salário e encargos com pessoal próprio da Sociedade e faz jus ao plano de cargos e salários que teve influência relevante na composição salarial e está composto, como segue:

Descrição	2015	2014
Ordenados	7.892.803	7.971.134
Gratificações	837.562	808.330
Biênio / Quinquênio	175.763	175.946
Férias e 13º Salário	2.000.875	1.982.701
Outros	1.012.409	584.564
Total	11.919.412	11.522.675

Nota nº. 18 – Recuperações de Despesas

No exercício de 2015, os valores das despesas operacionais e relacionadas com as receitas exclusivas dos permissionários que foram reembolsados, tais como, energia elétrica, água, dentre outras.

Descrição	2015	2014
Conta Serviços e Seguros	(19.203.806)	(19.035.591)
Valores Reembolsados	13.433.762	10.747.906
Total das Despesas	(5.770.044)	(8.287.685)
Demais Despesas Operacionais	(21.661.415)	(18.861.121)
Despesa Financeira	(346.568)	(274.297)
Total das Despesas	(22.007.983)	(19.354.418)
Despesas do Exercício	(27.778.027)	(27.423.103)

Nota nº. 19 – Outros Proventos

Referem-se a despesas como benefícios Vale-Alimentação e Vale-Transporte ao corpo funcional e pessoal próprio, em 31 de dezembro e pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Vale-Transporte/Alimentação	1.368.324	1.129.134
Instrução e Treinamento	50.822	137.132
Previdência Complementar	123.669	98.428
Auxílio Estagiário	315.516	199.219
Assistência Médica e Social	329.523	274.581
Diária e Hospedagem	27.680	154.279
Demais Despesas	171.614	390.174
Total	2.387.148	2.382.947

Nota nº. 20 – Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro, o saldo final registrado está representando, a movimentação financeira originária de aplicações financeiras e multas e correção monetária aplicada aos usuários, como segue:

Descrição	2015	2014
Receitas Financeiras Aplicações	779.922	393.914
Receitas Variações Monetárias	428.364	276.756
Receitas Multas Contratuais	226.744	195.811
Descontos Obtidos	18.133	1.172.237
Juros Ativos	567.727	436.711
Outras Receitas Financeiras	304	23.798
Total	2.021.194	2.499.227

Nota nº. 21 – Juros Sobre o Capital Próprio

Não houve provisionamento no exercício de 2015.

Nota nº. 22 – Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro, o saldo final registrado está representado, como segue:

Descrição	2015	2014
Despesas Variações Monetárias	175.367	160.182
Despesa Bancaria	53.527	21.828
Despesa de Juros Passivos	6.375	6.975
Descontos Concedidos	26.761	52.421
Multas Contratuais e Atraso	80.653	30.992
Outras Despesas Financeiras	3.885	1.900
Total	346.568	274.298

Nota nº. 23 - Impostos e Taxas

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com impostos e taxas da Sociedade nos períodos e estão demonstrados, como segue:

Descrição	2015	2014
Imposto Sindical – Patronal	20.077	18.509
IPVA/IPTU	164.802	182.311

INSS – Terceiros	6.330	26.958
Impostos e Taxas	24.799	27.980
Despesas Legais e Judiciais	219.063	285.078
Total	435.071	540.836

Nota nº. 24 – Provisões Despesas Operacionais

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. Reflexos da Nota nº. 06, Nota nº. 14.

Nota nº. 25 – Encargos Sociais

O saldo em 31 de dezembro registrou os encargos sociais da Sociedade no período e refletem as obrigações com encargos sociais sobre folha de pagamento e está representado, como segue:

Descrição	2015	2014
INSS	2.678.948	2.553.615
FGTS e FGTS Art. 22	967.424	841.621
Encargos sobre Férias e 13º Salário	683.448	664.653
Total	4.329.820	4.059.889

Nota nº. 26 – Credores por Caução

Em 31 de dezembro, os saldos de obrigações com Credores por Caução eram compostos, como segue:

Descrição	2015	2014
Orbe Administração e Serviços Ltda.	134.120	124.021
TOTVS Sistemas S/A	56.726	52.455
Outros	3.604	3.329
Total	194.450	179.805

Nota nº. 27 – Privatização

A Empresa está incluída no PND – Programa Nacional de Desestatização - pelo Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, com vista à sua privatização.

Nota nº. 28 – Outras Receitas

Em 31 de dezembro o saldo de Outras Receitas é composto como segue e foram registradas as operações não relacionadas com a atividade da sociedade o ganho de capital em ajuste a valor de mercado de investimentos, e reflete o efeito do ganho contabilização no resultado e recuperação de seguro patrimonial e outros abaixo discriminado:

Descrição		2014
Receita Eventual – Recuperação de Seguro dos Ativos Imobilizados	8.555	29.316
Receita Eventual – Recuperação com IPTU	-	39.819
Ganho de Capital – Alienação Imobilizado	113.455	-
Total	122.010	69.135

Nota nº. 29 - Outras Despesas

Em 31 de dezembro o saldo de Outras Despesas é composto como segue e foram registradas as operações com despesas não relacionadas com a atividade da sociedade com doações a razão de 2% do lucro operacional a OSCIP, convênios com as mesmas.

MLP – Mercados Livres dos Produtores/MG

O Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária - e Abastecimento – SEAP/MG, e Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASA MINAS. Considerando a Lei Estadual nº. 12.422 de 27 de dezembro de 1996, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências e Decreto Estadual nº. 40.963, de 22 de março de 2000, que regulamenta o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996, que autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais. A fazer reservas das áreas destinadas aos Mercados Livres dos

Produtores de Minas Gerais – MLP, bem como as portarias de acesso as mesmas. Firmam Convênio de nº. 1.2398, de 21 de março de 2014, de Mútua Cooperação Administrativa, Financeira e Operacional, bem como gerir despesas e receitas diretamente pelo convênio arrecadada e operações relacionadas, até o ano de 2017. Por força da cláusula décima quarta, subcláusula única, com redação “Os eventuais déficit apurados nos períodos de que trata o caput desta cláusula serão de inteira responsabilidade da CEASA MINAS e não poderão ser deduzidas do Fundo de Reserva”. Conforme Anexo I peça constante e integrante destas demonstrações contábeis. O déficit apresentado é de \$ 843.267 e refletiram na Nota nº. 14 e dos resultados nos períodos com segue:

Descrição	2015	2014
Contribuições e Doações	77.550	158.188
Perda de Capital – Valor Bursatil de Ações	-	-
Perda Eventuais – Convênios “BB Mais”	-	456.760
Convênios – Instituto Ceasa minas	47.950	123.867
Convênio nº 1.2398/2014 – SEAPA/MG – Anexo I	843.267	1.074.068
Total	968.769	1.812.883

Nota nº. 30 – Salários, Provisões e Contribuições Sociais.

O saldo em 31 de dezembro, refere-se as provisões de férias acrescidos de 1/3 legal e encargos incidentes sobre as mesmas nos períodos, como segue:

Descrição	2015	2014
Provisão de Férias	1.762.294	1.579.188
Encargos Sociais	623.286	469.680
Total	2.385.580	2.048.868

Nota nº. 31 – Valores a Recuperar

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com créditos a recuperar que foram compostos, por acordos de curto prazo com clientes e reconhecimento de receitas de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público/MG, em contrato assinados por

processo de licitação conforme Lei 8.666/93, até presente data, com prazo de recebimento de até 6 meses, como segue:

Descrição	2015	2014
Cheques Devolvidos	5.628	6.305
Acordos de Clientes	847.865	1.114.521
Devedores Diversos	12.766	12.077
Processos Licitatórios	-	-
Total	866.259	1.132.903

Nota nº. 32 – Material de Consumo

O saldo em 31 de dezembro registrou os gastos com material de consumo no período aplicado na manutenção das atividades da Sociedade e representadas pelas mais relevantes, como segue:

Descrição	2015	2014
Manutenção e Conservação	147.301	163.084
Material de Expediente	187.969	192.693
Limpeza	93.724	87.665
Outras	189.074	87.274
Total	588.068	530.716

Nota nº. 33 – Impostos e Encargos a Recuperar

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com imposto a recuperar devido, a reabertura do balanço adotou a opção pelo pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, em exercícios anteriores, com conseqüente redução e economia de imposto, gerando direitos tributários para futura compensação. Conforme quadro abaixo:

Descrição	2015	2014
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica	116.832	302.094
CSLL – Contribuição Social Lucro Líquido	73.316	128.853
PIS/COFINS/CSLL/IR a Compensar	22.744	18.572
Salário Família e Maternidade	78	2.402
IRRF – Imposto de Retido na Fonte	2.256	-
Total	215.226	451.921

Nota nº. 34 – Almoxarifado

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com o almoxarifado e o material destinado para garantir as atividades operacionais no período e está composto, como segue:

Descrição	2015	2014
Material de Conservação	163.818	152.979
Material Consumo/Escritório	136.404	201.648
Material de Limpeza	25.545	17.699
Total	325.767	372.326

Nota nº. 35 – Despesas Exercício Seguinte

O saldo em 31 de dezembro, registrou as operações com despesas do exercício seguinte e o resultado devedor da Conta Gráfica da RDC - Recuperação de Despesa Comum e a empresa Eurolux Industrial Ltda. Nota – 16, refere-se a aquisições de lâmpadas de LED para o entreposto de Contagem/MG, que será reembolsado pela CEMIG – Cia Energia de Minas Gerais S/A, no exercício de 2015, e está compostos como segue:

Descrição	2015	2014
Anuidade e Assinaturas	25.070	17.540
Prêmios e Seguros	35.766	16.283
Operações Unidade Barbacena/MG	1.565.699	1.462.527

Resultado RDC – Recuperação	1.118.416	282.287
Despesa Comuns		
Vale Transporte e Alimentação	236.517	181.427
Eurolux Industrial Ltda. – Nota - 13	437.565	437.565
(-) Provisão p/Credito Liquidação Duvidosa	(1.509.750)	(1.337.034)
Total	1.909.283	1.060.595

Nota nº. 36 – Depósito e Ação Judicial

O saldo em 31 de dezembro registrou as ações movidas por ex-funcionário da sociedade no período na conta Depósito e Ação Judicial e as relevantes são demonstradas, em Retenções Valores Judiciais Trabalhistas - 21/01/2010 – \$ 73.698, 18/01/2011 – \$ 138.988 – 17/05/2011 – \$ 14.994 – 13/04/2012 – \$ 5.635 – 01/06/2012 – 5.635 – Ação Trabalhista Benedito Mestieire - 30/10/2007 – \$ - 4.994 – 10/03/2008 – \$ 9.987 – 07/11/2008 – \$ 111.497 – Ação Trabalhista Jarbas Diniz Filho – 26/03/2015 – \$ 8.183. Ações Diversas até 31/12/2011 – R\$ 118.943 – 03/09/2012 – R\$ 8.308, em 31/05/2013, Ação Civil Processo 0079.001997180 Comercial Triunfo Ltda. Prefeitura Municipal de Contagem processo de cobrança ISSQN Retido na Fonte, como segue:

Descrição		2014
Retenções das Contas Bancárias	241.322	241.322
Benedito Mestieire	126.878	126.878
Prefeitura Municipal de Contagem/MG	2.482.218	-
Comercial Triunfo Ltda.	1.015.674	1.015.674
Diversos	775.683	382.109
Total	4.641.775	1.765.983

Nota nº. 37 – Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro, da conta fornecedora de curto prazo da Sociedade com todos mantendo contrato através de processo licitatório na forma da lei 8.666/93, para fornecimento de material e prestação de serviços e registrou as operações e demonstramos os relevantes para efeito de esclarecimentos nos períodos, como segue:

Descrição	2015	2014
CEMIG S/A – Energia Elétrica MG	440.223	208.887
EGS Elevadores Ltda.	61.000	-
ZAPP Automação e Serviços Ltda.	60.858	
COPASA – MG	210	131
CEMIG S/A – Distribuição S/A	615.569	543.599
Conservo Serviços Gerais Ltda.	651.208	688.306
Plantão – Serviços de Vigilância Ltda.	237.649	263.990
KCR Comércio Equipamentos Ltda.	-	89.591
Diversos menos relevantes	766.659	205.244
Total	2.833.376	1.999.748

Nota nº. 38 – Reservas de Lucros para Expansão

O saldo em 31 de dezembro, da conta reserva de lucro para expansão da sociedade é o resultado das suas operações. E está contabilizado na conta reserva de lucro para expansão. Está vinculado a novos investimentos de exercícios passados.

Nota nº. 39 – Depreciações / Amortizações

O saldo em 31 de dezembro registrou a depreciação e amortização, com contrapartida no imobilizado da sociedade e está representado, como segue:

Descrição	2015	2014
Despesa de Depreciação	302.422	292.926
Despesa de Depreciação Lei 10.865/04	797.080	816.350
Despesa de Amortizações	191.803	117.310
Total	1.291.305	1.226.585

Nota nº. 40 – Receitas Operacionais Bruta

É o efeito dos registros dos períodos com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recursos da sociedade, são originaria de Contrato de Concessão de Uso em obediência a Lei 8.666/93, e outros serviços utilizados para a manutenção do abastecimento em Minas Gerais, e representado pelas contas relevantes, como segue:

Descrição	2015	2014
Tarifa de Uso – Boxe	23.637.003	20.954.356
Pesagem de Veículos	127.144	119.462
Tarifa de Transferência	1.246.348	2.080.367
Tarifa de Administração	2.201.154	1.938.239
Processos Licitatórios	3.764.970	10.186.765
Diversas	257.601	898.763
Total	31.234.220	36.177.952

Nota nº. 41 – Dedução da Receita Bruta

O saldo em 31 de dezembro registrou a dedução da receita bruta e contabilizou os impostos e contribuições sociais, incidentes sobre a receita bruta e estão líquidos já compensados os créditos não-cumulativos, e as vendas canceladas e estão assim representados:

Descrição	2015	2014
PIS/PASEP	356.258	540.411
COFINS	1.650.358	1.833.445
Vendas Canceladas	-	65.586
Total	2.006.616	2.439.442

Contagem, 31 de dezembro de 2015.

Administradores:

Gustavo Alberto França Fonseca

Diretor Presidente

CPF 038.178.516-50

Juliano Maquiaveli Cardoso

Diretor Financeiro

CPF 774.611.776-72

Edilberto José Silva

Diretor Técnico Operacional

CPF 600.578.156-15

Názio Veloso da Silva

CRC/AM 006457/O-0 T-MG

Contador CPF 357.779.316-34

7.6 Informações sobre as Operações de Financiamento

As informações referentes a este item estão disponíveis no tópico 7.5 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 6.404/76 E Notas Explicativas na nota de número 07.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

Estrutura de Pessoal da Unidade

8.1.1.1 Informações Específicas sobre o Pessoal Lotado na Coordenação-Geral de Inovações Tecnológicas – CGIT/MCTI

NÃO SE APLICA

8.1.1.2 Informações Específicas sobre a Estrutura de Pessoal

Quadro – Estrutura de Pessoal Específica do Pessoal Lotado no Departamento de Tecnologia da UPC – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	259	250	2	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	259	247	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	259	247	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	13	13	6	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	272	263	8	7

Fonte: Dereh

OBS: O regime jurídico dos empregados da CEASAMINAS é CLT, e não estatutário, ou seja somos empregados públicos e não servidores públicos

Quadro – Situações que reduzem a força de trabalho da UPC – Situação em 31/12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0

3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: Dereh

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva da UPC (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Carreira, Temporários e sem Vínculo com Administração Pública	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	9
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	0
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	0

Fonte: Dereh

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	6	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	6	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	13	13	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	38	38	4	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	38	38	4	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	51	51	10	4

Fonte: Dereh

Quadro – Quantidade de servidores da UPC por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	15	50	33	45	47
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	15	50	33	45	47
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	3	17	23	19	11
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	2	4	3	1
2.3. Funções Gratificadas	0	15	19	16	10
3. Totais (1+2)	18	67	56	64	58

Fonte: Dereh

Quadro – Quantidade de servidores da UPC por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	0	0	12	44	67	72	16	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	12	44	67	72	16	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	2	20	29	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	3	9	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	1	17	20	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	12	44	69	92	45	1	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Dereh

Quadro – Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	NA	NA
1.2. Proporcional	NA	NA
2. Em Atividade	NA	NA
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: Dereh

Quadro – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UPC

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2015	2014		
Analista de Informática	0	1	0	0
Nutricionista	0	1	0	0
Não há	0	0	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão				
Não há empregados terceirizados ocupando vaga de empregado efetivo, situação regularizada com realocações.				

Fonte: Dereh

Quadro – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Não há					
Não há					
Não há					

Fonte: Dereh

Quadro – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Não há			
Não há			
Não há			

Fonte: Dereh

8.1.2 Demonstrativo das Despesas Com Pessoal

Quadro 8.1.2 - Quadro de despesas de pessoal no exercício de referência e no anterior

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade										
Exercícios	2015	12.928.526,21		520.477,10						
	2014	12.494.761,70		389.598,12						
Servidores de Carreira Sem Vínculo com o Órgão da Unidade										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores Sem Vínculo com a Administração Pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores Cedidos com ônus										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores com Contrato Temporário										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2015	3.884.605,30		984.209,65						

	2014	3.754.273,05	939.919,83							
--	------	--------------	------------	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Dereh

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

As ações da CeasaMinas voltadas para seus colaboradores são realizadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas – DEREH – e visam atender as legislações trabalhistas vigentes.

O DEREH é responsável por propor, estruturar e implantar políticas de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, por supervisionar, orientar e zelar pelo cumprimento da Legislação Trabalhista, do Código de Ética e das demais Normas Internas da Empresa e por promover ações relacionadas à administração de cargos e salários, avaliação de desempenho, treinamento e desenvolvimento de pessoas, cadastro de empregados, folha de pagamento, controle de ponto, programação e controle de férias, política de benefícios e segurança e medicina do trabalho;

Estrutura Organizacional

A CeasaMinas conta com um quadro de pessoal limitado e aprovado pelo DEST, estabelecido pela Portaria nº. 1.139/2001, de 30 de outubro de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Sua estrutura organizacional e suas respectivas competências se dá da seguinte forma:

Conselho de Administração: fixar a orientação geral dos negócios da companhia; fiscalizar a gestão dos diretores; aprovar e modificar o regimento interno; aprovar e alterar as propostas anuais de orçamento. Em síntese, cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais, estatutários e regulamentares, as decisões da Assembléia Geral dos acionistas e suas deliberações. O Conselho de Administração é composto por cinco conselheiros e, em 2013, pela primeira vez, um empregado efetivo da CeasaMinas passou a fazer parte dese Conselho.

Conselho Fiscal: fiscalizar os atos dos diretores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; analisar o balancete e demais demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. O Conselho Fiscal é composto por cinco conselheiros.

Diretoria Executiva – executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando for o caso, mediante expedição de normas e instruções gerais e específicas; promover o planejamento das atividades da empresa, consubstanciando-o em planos de ação, a curto e longo prazo, nos quais estejam consignados com os orçamentos, programas, projetos e demais medidas necessárias à consecução dos objetivos do Governo Federal. A Diretoria Executiva é composta por três diretores, a saber: Diretor Financeiro, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Presidente.

Assessores – assessorar a Diretoria-Executiva em todos os assuntos inerentes à empresa, por meio de pareceres e informativos, visando o suporte técnico para tomada de decisões;

desenvolver programas e projetos destinados ao cumprimento das diretrizes e das metas estabelecida pela Diretoria-Executiva da empresa; manter a Diretoria-Executiva permanentemente informada e atualizada nos assuntos de interesse da empresa, elaborando relatórios técnicos e participando de reuniões periódicas, visando a otimização da gestão.

Chefias de Departamento e Auditoria – estabelecer e garantir o cumprimento das políticas e atividades pertinentes relacionadas à gestão da área correlata, coordenando os setores sob sua responsabilidade, supervisionando, orientando e acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos, pessoalmente, por meio de reuniões periódicas ou analisando relatórios para certificar sobre o cumprimento das diretrizes estabelecidas; informar à Diretoria Executiva quaisquer anormalidades surgidas em suas respectivas áreas que possam comprometer o melhor desempenho da empresa; sugerir à Diretoria Executiva normas e procedimentos ou racionalização de serviços e despesas, elaborando pareceres técnicos para melhoria na qualidade dos serviços e minimização dos custos operacionais.

Corpo Técnico – executar as atividades inerentes à sua função sob a orientação e determinação de sua chefia imediata para atendimento das solicitações dos clientes internos e externos; elaborar estudos de viabilidade por meio de análise de informações de sua área de atuação para subsidiar sua Gerência e Coordenação nas tomadas de decisões; analisar documentação interna e externa, produzindo relatórios objetivos visando à apresentação de soluções às demandas surgidas no setor; representar a CeasaMinas junto aos diversos órgãos externos para resolver as questões pertinentes à sua área de atuação para cumprir determinação da Diretoria Executiva; prestar assessoria a sua chefia imediata e mediata fornecendo esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos de seu setor, para garantir a qualidade na execução dos serviços prestados.

Admissão para cargo efetivo – Concurso Público

A admissão na CEASAMINAS para cargo efetivo é precedida de aprovação em concurso público, em conformidade com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal e edital prévio que especifica as necessidades da organização no momento, observada a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

O procedimento de ingresso na CEASAMINAS ocorre de forma imparcial e justa, de forma que todas as pessoas que preencham os requisitos necessários possam participar, selecionando, assim, profissionais qualificados para compor a força de trabalho desta instituição.

No ano de 2015, não ocorreu a admissão de empregados concursados, uma vez que o concurso, realizado em 2009, teve seu prazo de validade expirado em 2013.

Acompanhamento funcional

Treinamento introdutório

No primeiro dia de trabalho, são passadas para os empregados, estagiários e jovens aprendizes informações gerais sobre a CeasaMinas, como: histórico, negócio, missão, visão, valores, organograma, benefícios, normas, direitos e deveres, além do vídeo institucional.

Avaliação do Contrato de Experiência

Nos primeiros noventa dias, o empregado concursado passa por um período de experiência e seu desempenho é avaliado pelas suas chefias mediata e imediata, sendo necessário obter, no mínimo, 60% da pontuação para que seu contrato de trabalho passe a ter validade indeterminada.

O empregado é acompanhado nas competências em que atingir pontuações pouco satisfatórias e a proposta é de que seja capacitado através de treinamentos.

Avaliação de Desempenho

A CeasaMinas utiliza do instrumento Avaliação de Desempenho apreciar a qualidade, o profissionalismo e o nível de excelência de seus empregados de carreira na realização das atividades. A Avaliação de Desempenho foi implantada em 2011, juntamente com o Plano de Carreiras e Salários e, desde então, tem sido realizada anualmente no modelo 180°.

Em 2015, foram avaliados 187 empregados. Os fatores avaliados foram: afabilidade e empatia, atenção concentrada, capacidade para escutar o outro, conhecimento da organização, criatividade e inovação, capacidade de promover a gestão de mudança, capacidade para lidar com situações de pressão, gestão integrada de processos – recursos e prazos, habilidade de negociação, raciocínio lógico, comunicação oral, comunicação escrita, capacidade para exercer papéis de liderança, desenvolvimento e orientação de equipe, julgamento e tomada de decisão, visão estratégica do negócio.

A partir do processo de avaliação de desempenho é possível proporcionar, de forma mais justa e objetiva, oportunidades de progressão salarial para os empregados de carreira, a qual iniciou-se em 2015. Além disso, através dele é possível também identificar as potencialidades do capital humano na organização, bem como as necessidades de treinamento e desenvolvimento, facilitar decisões sobre pessoas como transferências e promoções de forma consciente e planejada, e adequação de pessoas aos cargos.

Cabe salientar que um dos reflexos mais benéficos obtidos pela Avaliação de Desempenho é a possível melhoria na interação entre líderes e seus subordinados, através da prática formal do “retorno de impressões” (feedbacks) a respeito não só do andamento das atribuições e atividades

profissionais, como também das relações interpessoais na equipe.

Entrevista de Desligamento

É realizada com todos os empregados de carreira e estagiários que se desligam da empresa, a fim de identificar aspectos positivos e negativos da CeasaMinas, permitindo, assim, definir ações de melhoria para empresa e colaboradores.

Em 2015, ocorreu apenas um desligamento de empregado de carreira, o qual se deu de forma voluntária por parte do mesmo.

Ascensão funcional e o plano de cargos e salários

O PCS - Plano de Cargos e Salários estabelece os critérios necessários para uma gestão voltada para conceitos de aprendizagem contínua e melhoria dos serviços prestados. Dessa forma, o PCS almeja, além de manter a integridade das faixas salariais, implantar sistemas de gestão de desempenho que viabilizem a progressão funcional, objetivando constantemente otimizar as atividades dos recursos humanos. Os critérios de progressão funcional e salarial dos empregados, de forma objetiva e dinâmica, estabelecendo uma estrutura de cargos, carreiras e salários adequada às necessidades da CeasaMinas compatibilizados com sua missão, visão, objetivos e estratégias. A progressão salarial dos empregados iniciou-se em 2015, tendo como base as avaliações de desempenho realizadas anteriormente.

O PCC – Plano de Cargos Commissionados – é um instrumento de gestão que define e identifica, separadamente do PCS, as vagas dos cargos comissionados de recrutamento restrito e amplo, ambos de livre nomeação e exoneração, e estabelece critérios para sua ocupação.

Pesquisa de clima organizacional

A pesquisa de clima organizacional permite realizar uma leitura ampla a respeito das observações e percepções dos empregados em um dado momento, de forma geral, com o propósito de planejar ações voltadas a melhorar os pontos que necessitam de atenção e o desenvolvimento organizacional a médio e longo prazo.

Em 2015 não foi realizada pesquisa de clima organizacional, sendo que a última ocorreu em 2013, onde foram pesquisadas oito dimensões, quais sejam: ambiente de trabalho, burocracia, cultura organizacional, estilo gerencial, autonomia, situação financeira, comprometimento e orgulho, missão e visão.

Oficina de Intervenção Psicossocial

As Oficinas de Intervenção Psicossocial têm o objetivo de tratar em grupo, nos setores ou departamentos, de temas e situações diretamente relacionadas ao trabalho que estejam refletindo negativamente no desempenho dos empregados, relativas ao trabalho em equipe, comunicação,

relacionamento interpessoal e outros.

Surgiu a partir demandas de chefias e demais empregados, através de queixas relativas a dificuldades no trabalho. É planejado e executado por uma equipe composta de psicóloga, assistentes social e estagiários.

Em 2015, foram realizadas oficinas com os Jovens Aprendizizes, no MLP - Mercado Livre do Produtor e no DETEC – Departamento Técnico, com participação mensal de, aproximadamente, 30 colaboradores.

Programa de estágio

Com base em normativo interno e na Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o programa de estágio da CeasaMinas é coordenado pelo Departamento de Gestão de Pessoas em parceria com o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola.

O programa tem como um de seus objetivos proporcionar o incremento do conhecimento e prática dos estagiários em suas áreas de conhecimento. Os estagiários são comumente recrutados junto ao CIEE e diversas faculdades e selecionados de forma a atender o perfil requisitado pelos setores da CeasaMinas. Podendo permanecer nesta instituição por até 2 anos, os estagiários têm o desempenho avaliado semestralmente por seus respectivos coordenadores e chefes de departamento, recebendo orientações acerca das competências necessárias de desenvolvimento.

O número de estagiários na CeasaMinas deve respeitar o limite de dois a cada grupo de quinze empregados e o exercício de 2015 foi encerrado com 17 estagiários contratados, das seguintes áreas: ciências contábeis, direito, psicologia, engenharia civil, letras e ciência da computação.

8.1.3 Informações sobre os Controles para Mitigar Riscos Relacionados ao Pessoal

NÃO SE APLICA

8.1.4 Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

NÃO SE APLICA

8.1.5 Pessoal Requisitado dos Quadros de Órgão ou Entidade da Administração Pública

Federal

NÃO SE APLICA

8.1.6 Medidas para Ressarcimento de Valores Pagos Indevidamente a Servidores

Movimentados em Razão de Missões Permanentes ou Provisórias

NÃO SE APLICA

8.1.7 Demonstração das Iniciativas de Cobrança de Valores Pagos Indevidamente a

Servidores Removidos em Razão de Missões Permanentes

NÃO SE APLICA

8.1.8 Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas

NÃO SE APLICA

8.1.9 Controles Internos das Concessões de Bolsas dos Programas de Estudantes

Desenvolvimento Profissional e Capacitação de Pessoal

Um dos objetivos da CeasaMinas, é atingir melhor desempenho de seus empregados a partir da promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos através de reciclagem e aprendizagem constantes.

Considera-se todo tipo de evento aprendizagem interno ou externo capaz de preparar e/ou aperfeiçoar as habilidades e conhecimentos dos empregados, visando um melhor desempenho profissional na execução das tarefas na CeasasMinas, podendo compreender: treinamento técnico ou comportamental, palestra, workshop, seminário, curso de capacitação presencial e à distância, visita técnica.

Após a realização do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), o DEREH elabora e coordena os planos de capacitação de acordo com as competências técnicas e

comportamentais exigidas e desejadas para que o desempenho dos empregados em suas respectivas funções tenha qualidade superior.

No ano de 2015, trinta e um empregados participaram de cursos capacitação e atualização, distribuídos em um total de quatorze cursos 14 externos. Os demais cursos previstos não foram realizados por adiamento por parte das instituições realizadoras ou por suspensão em função de reprogramação orçamentária.

Nesse mesmo ano, foram realizados três cursos internos: Inglês, Noções de Secretariado e Finanças Pessoais. Os cursos internos são ministrados por empregados da CeasaMinas que têm algum conhecimento a ser transmitindo, contribuindo para a instrução dos demais empregados.

Programa de Apoio à Educação

A partir do interesse da CeasaMinas em obter maior desempenho de seu quadro funcional, esta instituição, como forma de incentivo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de seus empregados de carreira, concedendo a estes bolsas de auxílio-educação.

O benefício do de Apoio à Educação consiste em uma complementação nos custos de formação escolar referentes a graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e é concedido anualmente àqueles colaboradores que atendem os requisitos determinados pelo Programa.

No ano de 2015, sete empregados foram contemplados pelo Programa: três em cursos de graduação, dois em cursos de pós-graduação, um em curso de mestrado e um em curso de doutorado.

8.1.10 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Com base em normativo interno e na Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o programa de estágio da CeasaMinas é coordenado pelo Departamento de Gestão de Pessoas em parceria com o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola.

O programa tem como um de seus objetivos proporcionar o incremento do conhecimento e prática dos estagiários em suas áreas de conhecimento. Os estagiários são comumente recrutados junto ao CIEE e diversas faculdades e selecionados de forma a atender o perfil requisitado pelos setores da CeasaMinas. Podendo permanecer nesta instituição por até 2 anos, os estagiários têm o desempenho avaliado semestralmente por seus respectivos coordenadores e chefes de departamento, recebendo orientações acerca das competências necessárias de desenvolvimento.

O número de estagiários na CeasaMinas deve respeitar o limite de dois a cada grupo de quinze empregados e o exercício de 2015 foi encerrado com 17 estagiários contratados, das

seguintes áreas: ciências contábeis, direito, psicologia, engenharia civil, letras e ciência da computação.

QUADRO A.8.1.10 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	28	30	27	17	307.864,95
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	28	30	27	17	307.864,95

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

8.1.11 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos

Internacionais

NÃO SE APLICA

8.1.12 Contratação de Mão de Obra Temporária

NÃO SE APLICA

8.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

8.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transportes.

Após estudos técnicos realizados e, em função dos altos gastos com manutenção de sua frota automotiva, a CeasaMinas renovou parte da mesma, adquirindo 8 novos veículos tudo isso objetivando reduzir as despesas com locação.

b) Nome e CNPJ da Empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.

Versa Locadora de Veículos Ltda – CNPJ: 15.772.746/0001-90.

c) Tipo de Licitação efetuada.

Pregão Presencial, gerando contrato, com a Versa Locadora de Veículos Ltda – Contrato 108/2013. A referida avença sofreu Aditivo de Prazo, motivo pelo qual sua vigência se estendeu até 10/01/2016.

d) Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos.

Resolução de Diretoria - RD/PRESI/009/2009 - Diretrizes Administrativas do uso do Serviço de Transporte e Lei n.º 8666..

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC.

Constitui atividade primordial ao funcionamento da Empresa, diante da necessidade de realização de serviços internos (dentro do entreposto, possuindo o de Contagem/MG, por exemplo, área superior a 1.000.000 metros quadrados), como externos (fora do entreposto) por parte dos setores, departamentos e diretorias da CeasaMinas.

f) Quantidade de veículos.

Veículos próprios – 16 (Dezesseis) Veículos de pequeno porte.

01 caminhão Mercedes - BROOK.

01 caminhão Mercedes - Carroceria.

Veículo terceirizado – 01 (Um) Veículo de pequeno porte.

g) Média anual de km rodadas.

A média anual é de 180.000 km.

h) Idade média anual por grupos de veículos

Frota própria – idade média 7 anos

Frota terceirizada – idade média 1 ano

i) Custos associados à manutenção da frota.

Frota terceirizada (locada) – Apenas combustível.

Frota própria – Combustível - Revisão - Manutenção.

j) Estrutura de controle existente.

São utilizados pela chefia de transportes os seguintes:

. Controle de saída de veículos, que registra os atendimentos aos funcionários que utilizam o serviço, informando locais e quilometragem etc.

. Controle de abastecimento, que registra o abastecimento de cada veículo, informando a quilometragem, a quantidade de combustível e etc.

. Sistema de controle de veículos onde são registradas as informações sobre toda a frota.

. Sistema Nucleus da TOTVS, utilizado para o gerenciamento dos contratos da área, entrada de notas etc.

8.2.2 Política de Destinação dos Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações

Gerenciais sobre Veículos Nessas Condições

Através de licitação, contrata-se leiloeiro credenciado para a alienação de bens do ativo fixo, processa-se os trâmites legais do leilão, recebe-se os valores apurados, realiza a transferência para os arrematantes e efetua o processo de baixa contábil dos ativos.

8.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

LOCALIZAÇÃO	Barbacena	MATRÍCULA	607
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Barbacena		
DESCRIÇÃO DO TERRENO:			
Imóvel com área de 44.324m ² (quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e quatro metros quadrados), situado no Município de Barbacena, com limites e confrontações constantes da respectiva matrícula.			
BENFEITORIAS:			
O terreno e as edificações encontram-se contabilizados na CEASAMINAS, porém não foram averbadas junto ao cartório do registro de imóveis.			
OBSERVAÇÕES:			
Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000:			
1. Uma área de aproximadamente 3.650m ² (três mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados).			
Iniciativas da CeasaMinas:			
1. Realizar as averbações, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, denominado “habite-se”, facilitando a obtenção do alvará de funcionamento dos concessionários ali estabelecidos.			

REFERÊNCIA: Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 5º, I.
Contagem, 24 de julho de 2015.
<p>Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente</p> <p>Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro</p> <p>João Felisberto Miranda Membro</p> <p>Gilson Pereira Barbosa Membro</p>

LOCALIZAÇÃO	Caratinga	MATRÍCULA	1703
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Caratinga		

DESCRIÇÃO DO TERRENO: Imóvel constituído pelo terreno com área de 60.000m ² , situado no Município de Caratinga, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Caratinga, matrícula nº 1703, com limites e confrontações constantes da respectiva matrícula.
--

BENFEITORIAS: 1. Existem várias, contudo, nenhuma delas foi averbada no Registro. O terreno está contabilizado no patrimônio sob nº 0974 e o edifício Mercado do Produtor Rio Doce, está contabilizado no patrimônio sob nº 1005.

OBSERVAÇÕES: Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000: 2. Faixa de terreno com uma área de aproximadamente 11.500m ² . Há concessão de uso de área com 1.560,00m ² , a título oneroso, ao Município de Caratinga, conforme CCU nº CA/001.14. Iniciativas da CeasaMinas: 1. Realizar as averbações, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, denominado “habite-se”, facilitando a obtenção do alvará de funcionamento dos concessionários ali estabelecidos.

REFERÊNCIA: Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 3º, Inciso I.
Contagem, 24 de julho de 2015.
<p>Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente</p> <p>Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro</p> <p>João Felisberto Miranda Membro</p> <p>Gilson Pereira Barbosa Membro</p>

LOCALIZAÇÃO	Contagem	MATRÍCULA	69.781
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Contagem		
DESCRIÇÃO DO TERRENO:			
<p>Imóvel com área de 2.286.423m² (dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e três metros quadrados), situado no Município de Contagem, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem, matrícula nº 69.781, às fls. 1 e verso do livro nº 2, ano 1991, com limites e confrontações constantes da averbação nº 2 da respectiva matrícula.</p>			
BENFEITORIAS:			
Existem várias, contudo, nenhuma delas foi averbada no Registro.			
OBSERVAÇÕES:			
<p>Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000:</p> <ol style="list-style-type: none"> Faixa de terreno compreendido entre as ruas 1 e 8, medindo aproximadamente 160m de largura por 470m de comprimento, do eixo da Rua 10 ao canteiro central da Rua 16 com área total estimada em 75.200m², destinado à preservação do MLP, seu parque de estacionamento, área de circulação e respectivos acessos; Faixa de terreno situado na avenida Sanitária Sarandi, medindo aproximadamente 150m de frente, 70m do lado esquerdo, 200m de fundos e 100m pela rua Bueno Prado, com área aproximada de 11.800m², destinado política de abastecimento; Pavilhão nº 4 (quatro) e seus acessos, com área equivalente a 3.500m²; Primeiro pavimento e parte do segundo do edifício pavilhão da administração, que representa 75% da edificação, com área de aproximadamente 4.732m², onde se acha instalado o laboratório de química e centro de processamento de dados. <p>Iniciativas da CeasaMinas:</p> <ol style="list-style-type: none"> Realizar a transferência do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, visto que o mesmo encontra-se em nome do Estado de Minas Gerais; Regularizar o tamanho da área, nos termos do artigo 2º, do decreto 40.963/2000, a saber: <i>“aproximadamente 2.193.000m² (dois milhões, cento e noventa e três mil metros quadrados), inclusive as benfeitorias e áreas não excluídas da alienação da participação acionária do Estado na CEASA”</i>; Realizar as averbações, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, denominado “habite-se”, facilitando a obtenção do alvará de funcionamento dos concessionários ali estabelecidos. 			
REFERÊNCIA:			
Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 1º e 2º.			
Contagem, 24 de julho de 2015.			
Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente		Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro	
João Felisberto Miranda Membro		Gilson Pereira Barbosa Membro	

LOCALIZAÇÃO	Belo Horizonte	MATRÍCULA	21.913
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Belo Horizonte – 3º Ofício		
DESCRIÇÃO DO TERRENO:			
Imóvel constituído pelo terreno com área de de 4.200 m ² , devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis do 3º. Ofício de Belo Horizonte/MG, sob o n.º. 21.913.			
BENFEITORIAS:			
As edificações foram realizadas pela CEASAMINAS, encontrando-se lançadas na escrituração contábil da empresa.			
OBSERVAÇÕES:			
Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000:			
7. O imóvel pertence ao Município de Belo Horizonte, obtido após regular processo de desapropriação, portanto, não poderia estar cotejado no decreto supra;			
8. A CeasaMinas realizou a edificação, mediante convênio, de área aproximada de 3.600m ² , que não se encontrando averbada;			
9. Em 1.975 foi celebrado Termo de Comodato com o Município de Belo Horizonte/MG, que recebeu várias prorrogações, estando vencido desde 2.009.			
Iniciativas da CeasaMinas:			
1. Regularizar a situação do imóvel, por intermédio de comodato da área edificada;			
2. Providenciar averbação no cartório do condomínio formado entre a CeasaMinas e o Município de Belo Horizonte;			
REFERÊNCIA:			
Decreto Estadual 40.963/2000, não faz referência.			
Contagem, 24 de julho de 2015.			
Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente		Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro	
João Felisberto Miranda Membro		Gilson Pereira Barbosa Membro	

LOCALIZAÇÃO	Governador Valadares	MATRÍCULA	
CARTÓRIO			
DESCRIÇÃO DO TERRENO:			
<p>Imóvel com área de 116.153,40m² (cento e dezesseis mil, cento e cinquenta e três vírgula quarenta metros quadrados), situado no Município de Governador Valadares, com limites e confrontações constantes da respectiva matrícula.</p>			
BENFEITORIAS:			
<p>A área e as edificações não foram contabilizadas na CEASAMINAS, porém as reformas lá realizadas estão contabilizadas.</p>			
OBSERVAÇÕES:			
<p>Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000:</p> <p>10. Uma área de aproximadamente 14.760m² (quatorze mil, setecentos e sessenta metros quadrados).</p> <p>Iniciativas da CeasaMinas:</p> <p>3. Realizar o registro da Área destinada à Unidade, igual a 69.220,61 m², nos termos da lei municipal 6567/2014;</p> <p>4. Realizar as averbações, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, denominado “habite-se”, facilitando a obtenção do alvará de funcionamento dos concessionários ali estabelecidos;</p> <p>5. Interceder junto ao Governo Federal e Governo Estadual, requerendo a complementação da área e/ou equivalente em dinheiro, a fim de atender o disposto no decreto 40.963/2000.</p>			
REFERÊNCIA:			
<p>Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 4º, I.</p>			
<p>Contagem, 24 de julho de 2015.</p> <p>Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente</p> <p>Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro</p> <p>João Felisberto Miranda Membro</p> <p>Gilson Pereira Barbosa Membro</p>			

LOCALIZAÇÃO	Maria da Fé	MATRÍCULA	4.673
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Cristina		
DESCRIÇÃO DO TERRENO: Imóvel constituído pelo terreno com área de 75.000m ² , devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Maria da Fé/MG, sob o nº. 4.673, fls. 102 livro 2 AD.			
BENFEITORIAS: Área coberta de 1.773 m ² , composta de um galpão para carga e descarga de veículos, e uma área construída de 744,93 m ² , composta de 17 salas, devidamente averbadas.			
OBSERVAÇÕES: Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000: 12. Uma área de aproximadamente 7.000m ² (sete mil metros quadrados). Embora isso não esteja tão claro no decreto 40.963/2000, confrontando o disposto no artigo 5º, II do referido decreto com a metragem no registro de imóveis, percebemos a diferença a favor do Estado de Minas Gerais. (75.000,00m ² - 68.000,00m ² = 7.000,00m ²). Iniciativas da CeasaMinas: 6. Realizar um estudo topográfico da área, a fim de identificar o real tamanho da área, ou seja, 75.0000m ² ou 68.000,00m ² ; 7. Na hipótese do imóvel ter 75.000,00m ² , interceder junto ao Governo Estadual, requerendo a complementação da área, a fim de retificar o disposto no decreto 40.963/2000; 8. Realizar a contabilização das edificações e do terreno .			
REFERÊNCIA: Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 5º, II.			
Contagem, 24 de julho de 2015.			
Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente		Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro	
João Felisberto Miranda Membro		Gilson Pereira Barbosa Membro	

LOCALIZAÇÃO	Patrocínio	MATRÍCULA	8993
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Patrocínio		
DESCRIÇÃO DO TERRENO:			
Imóvel constituído pelo terreno com área de 12.267,51m ² , devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Patrocínio/MG, sob o nº. 8.993, livro 139, fls. 159.			
BENFEITORIAS:			
Há no local uma unidade do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais.			
OBSERVAÇÕES:			
<p>Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000:</p> <p>13.A comissão, ao entrelaçar as informações obtidas no Cartório de Registro de Imóveis com o Decreto 40.963/2000, percebeu que o terreno de patrocínio está registrado em nome da CeasaMinas. No ano de 1999, houve a edição da lei estadual 13.170/1999, que autorizava a doação desse terreno ao Estado de Minas Gerais, o que não ocorreu há época. O Decreto Estadual 40.963/2000, que federaliza a CeasaMinas, é taxativo em informar quais os imóveis são objeto de transferência à União, não constando em seu seio o referido terreno. Ante essa situação, a comissão solicitou ao Departamento Jurídico que se manifestasse acerca do assunto, conforme anexo, o que não ocorreu até a presente data.</p> <p>14.Em 2000 foi celebrado comodato com a PMMG e o CBMG, vencido desde 2.004.</p> <p>Iniciativas da CeasaMinas:</p> <p>9. Análise jurídica do fato e interagir junto ao Governo Federal e Governo Estadual, requerendo a regularização da situação jurídica, a fim de atender o disposto no decreto 40.963/2000;</p> <p>10.Contabilizar a área construída.</p>			
REFERÊNCIA:			
Decreto Estadual 40.963/2000, não faz referência.			
Contagem, 24 de julho de 2015.			
Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente		Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro	
João Felisberto Miranda Membro		Gilson Pereira Barbosa Membro	

LOCALIZAÇÃO	Uberaba	MATRÍCULA	17.957
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Uberaba		
DESCRIÇÃO DO TERRENO:			
Imóvel com área de 112.768,34m ² (cento e doze mil, setecentos e sessenta oito vírgula trinta e quatro metros quadrados), situado no Município de Uberaba, com limites e confrontações constantes da respectiva matrícula.			
BENFEITORIAS:			
A área e as edificações foram contabilizadas na CEASAMINAS.			
OBSERVAÇÕES:			
Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000:			
15. Uma área de aproximadamente 13.432m ² (treze mil, quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), desmembrada do imóvel constituído pelo terreno com área.			
Iniciativas da CeasaMinas:			
4. Realizar a transferência do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, visto que o mesmo encontra-se em nome da Prefeitura de Uberaba;			
5. Realizar as averbações, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, denominado “habite-se”, facilitando a obtenção do alvará de funcionamento dos concessionários ali estabelecidos.			
REFERÊNCIA:			
Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 4º, II.			
Contagem, 24 de julho de 2015.			
Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente		Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro	
João Felisberto Miranda Membro		Gilson Pereira Barbosa Membro	

LOCALIZAÇÃO	Uberlândia	MATRÍCULA	6750
CARTÓRIO	Registro de Imóveis de Uberlândia		
DESCRIÇÃO DO TERRENO: Imóvel com área de 150.185m ² (cento e cinquenta mil, cento e oitenta cinco metros quadrados), situado no Município de Uberlândia, registrado no 1º ofício do Cartório de Registro de imóveis de Uberlândia, matrícula nº 6750, com limites e confrontações constantes da respectiva matrícula.			
BENFEITORIAS: Somente algumas edificações estão contabilizadas, porém não foram averbadas junto ao Cartório do Registro de Imóveis: Pavilhão permanente I nº 191; Pavilhão permanente II nº 192; Pavilhão permanente nº 193 e Prédio da Administração nº 194.			
OBSERVAÇÕES: Não foram transferidos à União, de acordo com o Decreto Estadual 40.963/2000: 16. Uma área de aproximadamente 50.565m ² (cinquenta mil, quinhentos e sessenta e cinco metros quadrados). Iniciativas da CeasaMinas: 1. Realizar as averbações, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, denominado “habite-se”, facilitando a obtenção do alvará de funcionamento dos concessionários ali estabelecidos.			
REFERÊNCIA: Decreto Estadual 40.963/2000, artigo 3º, III.			
Contagem, 24 de julho de 2015.			
Ricardo Ferreira do Prado Cardoso e Silva Presidente		Paulo Geraldo Pinto de Sá Membro	
João Felisberto Miranda Membro		Gilson Pereira Barbosa Membro	

Além dos imóveis acima citados, a CeasaMinas ainda faz uso dos seguintes imóveis locados:

Contrato de aluguel do imóvel situado na Rua Joventino Dias, 69, São Joaquim/contagem, cuja finalidade pretendida de alojamento dos orientadores de mercado da Locatária, com valor total de contratação de R\$ 24.000,00.

Além do imóvel de Contagem houve também em 2015 a locação de imóvel na cidade de Juiz de Fora para atender aos orientadores de mercado da Unidade no valor total de contratação de R\$ 8.880,00.

A gestão é feita utilizando técnicas e procedimentos que tem como finalidade afastar a má utilização, os possíveis desvios e a conservar o bem através de manutenções.

Foi realizado no ano de 2015 um desembolso financeiro de R\$ 940.183,00 com Manutenção Conservação de Dependências e Instalações.

8.3 Gestão de Tecnologia da Informação

8.3.1 Principais Sistemas de Informações

Detecweb:

Administrar todas as informações de mercado nos entrepostos é referência nacional operando através de convênio com a Conab nos principais mercados atacadista.

Site da Ceasaminas:

Divulgar informações da empresa em geral como notícias diárias; informações de mercado, preços, ofertas, procedência de produtos; mídias; regulamentos dos entrepostos; e etc.

Corpore RM / TOTVS:

Sistema Integrado de Gestão (ERP), contendo os módulos Administrativos, Financeiro e Recursos Humanos.

SISGEOPE:

Sistema de gerenciamento operacional, que visa gerenciar ocupação de 1400 áreas (Boxes) do mercado livre do produtor; gerenciar dados de safras; emissão de romaneios personalizados; credenciamento dos produtores rurais e credenciamento dos agentes da empresa.

Intranet:

Divulgar informações, regulamentos, resoluções de diretoria e documentos das Unidades Funcionais da empresa.

BALIM:

Sistema Gerenciador de Banco de Alimentos, que tem como principais atributos controlar estoques, cadastrar doadores e entidades assistidas, otimizando a logística de doação e distribuição que possibilita o aumento da produtividade na doação de alimentos com ciclo de vida reduzido como os hortigranjeiros, este sistema administrou em 2010 a doação de 5.800.000 de quilos de alimentos nas Ceasas de Cascavel, Curitiba, Contagem, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Uberlândia.

SISMULTA:

Sistema de aplicação de multas que consiste na administração de notificações e autuações de infrações aplicadas pelos agentes de mercado.

3) Sistema de Gerenciamento de Chamados:

O Departamento de Tecnologia da Informação utiliza um Sistema de Gerenciamento de Chamados desde 2012, no qual registra todos chamados referentes manutenção de sistemas e equipamentos de informática. São registradas todas as interações com usuário solicitante para solução do chamado, nome do atendente, data de abertura e encerramento, podendo ser consultadas posteriormente.

4) Principais atividades realizadas em 2015:

Boleto da cobrança pela internet:

Foram disponibilizados os boletos de cobrança mensal dos concessionários pela internet através de um link no site da Ceasaminas, onde os concessionários podem se cadastrar e criar um login para o usuário responsável pela empresa e o respectivo e-mail para que assim seja possível imprimir a 2ª via dos boletos para pagamento.

Comunicados no site da Ceasaminas:

Conforme solicitação da Diretoria foi disponibilizado no site da Ceasaminas um Menu para divulgação de Comunicados da Diretoria, tais como: ofícios, portarias e demais documentos de interesse geral.

Certificação da rede:

Foi contratada através de Pregão Eletrônico 21/2014, a empresa Máxima Net Ltda, para realização serviços de certificação e manutenção de fibras ópticas (aproximadamente 4 Km) e cabeamento lógico (546 pontos) e estruturado de rede e telefonia, para atender às necessidades da CEASAMINAS no Entrepasto de Contagem/MG.

Esta contratação se justificou na necessidade de correção de inconformidades verificadas na rede de dados e voz da CEASAMINAS na Unidade de Contagem. Tendo em vista que em nossa, rede trafega dados de sistemas de alto impacto para esta Estatal, para a cadeia de abastecimento alimentar e para a sociedade em geral, tais como: SISGEOPE, DETECWEB e ERP (TOTVS).

Sistema de Controle de Veículos Retidos:

Informatização dos dados referentes à entrada de veículos que comercializam no entreposto de Contagem. Anteriormente, o registro destas informações era realizado manualmente. A coleta destas informações é fonte importante de análises/estudos tanto para o Departamento de Operações, quanto para Departamento Técnico.

Através deste sistema é possível obter informações referentes à quantidade de veículos que comercializam batata, melancia, cebola e abacaxi, informando quantidades de produtos, origem/destino dos mesmos, quanto aos demais produtos são apenas coletadas informações de volume e destino (pavilhão).

O sistema possui relatório com Registro de Veículos Retidos na portaria, informando o funcionário que fez a retenção/liberação, motivo da retenção e da liberação, horário e data e informações sobre o veículo (placa, modelo). Os veículos podem ser retidos por falta ou erro na documentação (nota fiscal ou romaneio) e são liberados após regularização conforme a situação,

seja através do pagamento da taxa Comércio sobre Veículo - CSV ou apresentar novo documento corrigido.

Principais atividades em andamento em 2016:

BIP (Boletim Informativo de Produção)

BIP é um documento emitido de forma manual pelos colaboradores da EMATER, na propriedade do Produtor Rural, e após a análise da produção é fornecido uma via do Boletim para o Produtor Rural como comprovante de sua produção rural.

O Produtor Rural de posse desse boletim quando vem comercializar seus produtos na CEASAMINAS, entrega o Boletim na CENPRO (Central do Produtor na CeasaMinas) como comprovante de produção e automaticamente recebe a concessão de uso de áreas no MLP (Mercado Livre do Produtor), para realizar a comercialização dos produtos contidos no BIP, e que todas as informações de produção contidas no boletim são cadastradas por colaboradores da CEASAMINAS no SISGEOPE (Sistema Informatizado de Gerenciamento Operacional da CeasaMinas), sistema qual é registrado e mantido todos os dados dos Produtores, das produções e das marcações de áreas do MLP (Mercado Livre do Produtor).

Desta forma, esta sendo desenvolvida uma solução junto a EMATER, para geração do Boletim eletronicamente, visando ter uma base única dos dados através das trocas de informações e solucionar os seguintes problemas: evitar o deslocamento rodoviário do Produtor até os escritórios da EMATER, um melhor gerenciamento das visitas nas propriedades agrícolas realizadas pela EMATER e evitar o retrabalho em digitações pela Central do Produtor e EMATER.

Implantação do Sistema de Caixa no MLP Unidades do Interior

Foi iniciado o processo de implantação do Sistema de Caixa no Mercado Livre do Produtor (MLP) nas unidades do Interior nos mesmos moldes do que atualmente está sendo operado no entreposto de Contagem, que por sua vez está integrado ao ERP da TOTVS (módulo financeiro) evitando o retrabalho na digitação dos Boletins de Recebimento das Unidades do Interior pelo Setor de Tesouraria. Foi realizada a parametrização dos produtos (default contábil) e padronização a nomenclatura dos produtos que serão vendidos pelo caixa das Unidades do

Interior, tais como: módulos, romaneios de entrada e saída, venda sobre caminhão, cadastro de produtor, cadastro de carregador, baldeamento, entre outros.

Sistema de Chamados do DEMFA/SEMAN:

Desenvolvimento de um sistema para abertura de chamados de serviços de manutenção (solicitações de atendimentos) dos concessionários da Ceasaminas no entreposto de Contagem, com intuito de manter dados e estatísticas e melhor controle dos atendimentos prestados pelo DEMFA/SEMAN. Este sistema deverá ser utilizado na plataforma WEB.

8.3.2 Informações Sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

Quadro 8.3.2 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
x	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2015.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Aprovou, para 2015, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.

	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2015, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
x	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
x	Auditoria de contratos de TI.
x	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2015.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
x	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Comentários

Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

8.3.3 Ações Relacionadas à Recuperação e à Modernização dos Sistemas

Manutenção corretiva e evolutiva de todos os sistemas que estão em funcionamento na CeasaMinas.

8.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

8.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

A atividade desenvolvida pelas centrais de abastecimento gera, como todo empreendimento, impactos sobre o meio ambiente. Além disso, os procedimentos adotados e a própria natureza dos serviços caracterizam as CEASAS como grandes geradoras de resíduos, resultando, em alguns casos, em significativos impactos ambientais negativos.

O compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental da CEASAMINAS busca a manutenção de um meio ambiente saudável e equilibrado, em consonância com a política nacional do meio ambiente. A Coordenação do Meio Ambiente, vinculada ao Departamento de Engenharia e Infraestrutura, é responsável pela gestão ambiental da empresa, atendendo a todas as legislações e normas ambientais pertinentes.

A CEASAMINAS realiza a administração do uso dos recursos naturais por meio de ações ou medidas econômicas com a finalidade de manter a qualidade desses recursos, levando à economia dos recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos recursos naturais.

O presente relatório tem como objetivo apresentar as medidas de melhoria ambiental concluídas e as em planejamento na CEASAMINAS/Contagem durante o período de outubro de 2013 a outubro de 2014 em atendimento à condicionante estabelecida na Licença de Operação Corretiva (LOC) nº 275/2010,

expedida em 26 de outubro de 2010 pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, autorizando o funcionamento de um complexo de estocagem e/ou comércio atacadista de produtos extrativos de origem vegetal em bruto.

Desde 2012, a coleta de resíduos sólidos e líquidos passou a ser feita através do sistema de pontos estratégicos de entrega voluntária, chamados ECOPONTOS, onde foram substituídas as caçambas por compactadores estacionários, sendo mais adequado às características e quantidade dos resíduos da CEASAMINAS/Contagem, reduzindo a exposição do resíduo ao clima, pragas e animais, além de conter o vazamento de chorume. Foram criados 14 ECOPONTOS em todo o entreposto, cada um com coletores para lixo úmido (marrom) e para lixo seco (amarelo), havendo desde então a prática da coleta seletiva no entreposto. Ainda com intuito de ampliar a coleta seletiva e melhorar o gerenciamento de resíduos na unidade, ocorre a manutenção de 30 lixeiras do tipo binária, contudo, a CEASAMINAS idealiza a implantação de normas/diretrizes para melhoria do manejo de resíduos sólidos pelos usuários da CEASAMINAS. Além da necessidade de implantar a coleta seletiva nos setores administrativos da unidade, onde há geração de grande quantidade de material reciclável.

A CeasaMinas assinou um convênio com a Asmac (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem). Com a assinatura, a associação, que já atua no entreposto da CeasaMinas de Contagem, agora passa a operar de modo formal, conforme o Decreto 5.940/2006, que trata sobre a destinação de resíduos recicláveis por entidades da administração pública federal. O convênio prevê obrigações para ambas as partes. A CeasaMinas, por exemplo, deve fazer um trabalho de educação ambiental com os seus usuários. Já a Asmac deve, entre outras obrigações, garantir a limpeza e a organização desde a fonte de recolhimento até o galpão de triagem, além de enviar relatórios com indicadores dos materiais recolhidos. Tendo com finalidade a redução da quantidade de material reciclável enviada para o aterro sanitário e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação pela Asmac. No entreposto de Contagem, os usuários podem depositar os materiais recicláveis em um dos 13 Ecopontos. É realizada frequentemente reuniões com os associados da ASMAC, para traçar metas e meio de realizar com eficiência o trabalho.

No intuito de aumentar a reciclagem de materiais gerados por empresas que utilizam o capim com a finalidade de amortecer o impacto das frutas no transporte, a CEASAMINAS criou um convênio sem fins lucrativos com uma empresa de bioengenharia, no qual utiliza o capim, fibra de coco e dejetos da cavalaria da polícia militar, como matéria prima para desenvolverem biomantas que possui a função de estabilizar o solo de áreas em processo de recuperação. Em média são recolhidos por mês 1.270 m³ de capim.

O PRODAL – Banco de Alimentos é um programa de combate ao desperdício de alimentos na CEASAMINAS, arrecadando doações de alimentos hortifrutícolas, que por algum motivo não podem ser comercializados, mas que apresentam qualidade nutritiva. Esses alimentos são doados, principalmente, por produtores e comerciantes da unidade para serem distribuídos a instituições assistenciais, sem fins lucrativos, do Estado de Minas Gerais. Além do combate ao desperdício de alimentos, a prática busca

minimizar a situação de insegurança alimentar de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O público atendido caracteriza-se por entidades assistenciais sem fins lucrativos (creches, lares de idosos, abrigos, centros de recuperação de usuários de drogas, centros de atendimento a pessoas com deficiência, associações comunitárias, entre outras), que estejam em pleno funcionamento, produzindo e fornecendo refeições.

A CEASAMINAS/Contagem buscou parceria com empresa especializada para a destinação alternativa do material lenhoso (caixotes, pallets, restos de podas) gerado no entreposto de Contagem. A empresa é responsável por:

- Receber todo o material lenhoso da CEASAMINAS/Contagem;
- Fornecer relatório mensal com a quantidade de material lenhoso recebido e a destinação do mesmo;
- Emitir certificado de destinação final ambientalmente adequada do material recebido;
- Apresentar autorização/licença/dispensa ambiental vigente para a prestação do serviço, emitida pelo órgão responsável;
- Permitir visitação de representantes da CEASAMINAS às suas dependências, desde que previamente agendado.

Foi realizada uma visita técnica em outubro/ 2015 pela equipe de Meio Ambiente da Ceasaminas para entender e avaliar o processo, foi verificada documentação de regularidade ao órgão ambiental.

CEASAMINAS/Contagem destina para a reciclagem cerca de 24,5 toneladas mensais de material lenhoso, tendo reaproveitamento de 100%, contribuindo com o aumento da vida útil do aterro sanitário municipal, bem como destinação final ambientalmente adequada aos seus resíduos e se adequando à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Foi renovado o contrato que a CEASAMINAS possui, desde julho de 2012, para a prestação de serviço de coleta, transporte e disposição final de lâmpadas do entreposto de Contagem.

A empresa contratada (SERVMETRO Ltda.) realiza a coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada das lâmpadas na forma exigida pela legislação e normas pertinentes. Além disso, fornece certificado de destinação final adequada das mesmas. É importante ressaltar que a empresa contratada possui autorização/licença ambiental vigente para a prestação de serviços, emitida pelo órgão responsável.

Em março de 2013, foi publicada a Resolução da Diretoria nº 08/2013 que estabelece normas para o lançamento de efluentes líquidos pelos concessionários nas redes coletoras da CEASAMINAS para posterior destinação adequada. As resoluções da diretoria integram o regulamento de mercado da empresa que sistematiza e instrumentaliza as condições para o exercício da atividade de comercialização nas instalações da CEASAMINAS pelos concessionários, produtores rurais, cooperativas, associações e demais usuários.

A Resolução nº 08/2013 foi elaborada com base na legislação e normas pertinentes, principalmente

a NT COPASA 187/4. O objetivo é garantir o lançamento adequado de efluentes líquidos na rede de esgoto e não permitir lançamentos irregulares na rede pluvial. Adicionalmente, a normativa responsabiliza os concessionários e usuários pelo descarte apropriado de seus efluentes, além da instalação, adequação e manutenção da sua rede e unidades de pré-tratamento. Por fim, determina que aqueles estabelecimentos cujas redes coletoras e unidades de pré-tratamento que não estiverem de acordo com o instituído devem realizar as devidas adequações no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Desse modo, a CEASAMINAS contribui com a redução da poluição de águas superficiais, além de aumentar a vida útil da Estação de Tratamento de Esgoto e reduzir os custos com o tratamento de efluentes.

A CEASAMINAS renovou o contrato (nº 89/2013), publicado no DOU nº 172 de 05 de setembro de 2013, para prestação de serviços de coleta de amostras e para análises laboratoriais de efluentes líquidos do entreposto da CEASAMINAS em Contagem/MG, além de elaboração de laudo de análise assinado pelo responsável do laboratório, conforme quantidade e periodicidade exigida pela CEASAMINAS, para atendimento ao plano de automonitoramento determinado pela COPASA no Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos – PRECEND da CEASAMINAS.

Assim, a CEASAMINAS irá assegurar a integridade das tubulações que irão receber os efluentes, evitando explosões, corrosões, viabilizando o tratamento final nas Estações de Tratamento de Esgoto.

Devido à carga poluidora e o volume do efluente oriundo do seu processo de lavagens e higienização das caixas plásticas, o Banco de Caixas, implantou uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). O projeto prevê no futuro o sistema de reuso da água no processo. Com intuito de evitar a contaminação do solo e da água, foi construída uma caixa separadora de água e óleo para o lava-jato dos carros que prestam serviço a Ceasaminas.

A Instrução Normativa Conjunta MAPA, ANVISA e INMETRO (nº 009 de 12/11/2002), que regulamenta o acondicionamento, manuseio e comercialização dos produtos hortícolas “in natura” em embalagens próprias para a comercialização, visando à proteção, conservação e integridade dos mesmos, determina que as caixas de madeira e de papelão podem ser utilizadas uma única vez e as caixas plásticas podem ser reutilizadas desde que devidamente higienizadas.

A Resolução Conjunta SEAPA/IMA/CEASAMINAS nº 1164 de 20/10/11, torna obrigatório para os produtos hortícolas destinados a comércio nas Unidades da CEASAMINAS o acondicionamento apenas em caixas de madeira ou papelão de primeiro uso, ou em caixas plásticas retornáveis devidamente higienizadas e sanitizadas conforme norma NBR 15674 e que atendam as especificações da NBR 15008 estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.. Assim além da segurança alimentar, evitando uma contaminação cruzada, colaboramos com a minimização de geração de resíduos sólidos, diminuindo as perdas de alimento e a preservação de árvores com a redução do uso de caixas de madeira, estimulando o uso de embalagens reutilizáveis.

A CEASAMINAS monitora o impacto gerado por ruídos ambientais através de medições semestrais

da pressão sonora em pontos inseridos na sua área de preservação ambiental, conforme anexo do ofício DEMFA/CMA 34/2014(Boletim de Pressão Sonora nº 44/2014). Em todas as medições, o ruído gerado pelas atividades desenvolvidas no entreposto, não interferem na área de preservação, ou seja, estão dentro do limite permitido pela legislação.

A CEASAMINAS renovou o Contrato de Prestação de Serviços para Controle Integrado de Vetores e Pragas Urbanas (nº 106/2013), publicado no DOU de 07 de janeiro de 2013. Tal contrato prevê o controle integrado de vetores e pragas urbanas nas dependências internas e externas dos setores inseridos no entreposto de Contagem/MG da CEASAMINAS.

A empresa contratada executa os serviços conforme programação a seguir:

- DESINSETIZAÇÃO mensal do PRODAL e Restaurante ARBECE, Plantão do MLP e Pousada do Produtor;
- DESINSETIZAÇÃO trimestral do Prédio da Administração, Sala de Arquivos, Pátio da Manutenção, Zeladoria e Almoxarifado, Central de Segurança;
- ATOMIZAÇÃO trimestral das caixas de esgotos das áreas externas aos Pavilhões, Prédio da Administração, Sala de Arquivos, Pátio da Manutenção, Zeladoria e Almoxarifado, Central de Segurança;
- DESRATIZAÇÃO quinzenal do PRODAL e Restaurante ARBECE com porta iscas;
- DESRATIZAÇÃO quinzenal das áreas externas aos Pavilhões com blocos parafinados e polvilhamento de tocas e trilhas.

A CEASAMINAS divulgou informações e notícias sobre a obrigatoriedade de regularização ambiental dos concessionários e em março de 2013, foi publicada a Resolução da Diretoria nº 007/2013, que estabelece normas e prazos para o licenciamento ambiental de empreendimentos instalados na CEASAMINAS através de contrato de concessão de uso. A normativa atribui ao concessionário a responsabilidade pela regularização ambiental do seu empreendimento, bem como os custos advindos da sua regularização ambiental ou eventuais infrações ambientais.

Visando a totalidade dos concessionários, o trabalho de conscientização e exigência do cumprimento do regulamento de Mercado que obriga todos os concessionários à regulação ambiental competente é permanente.

É sabida a necessidade de uma ação contínua para alcançar resultados relevantes, diante disso, os esforços são diários, o que tem rendido resultados expressivos como mostra o gráfico abaixo.

Desde 2010, a CEASAMINAS utiliza maquinário para a lavagem do Mercado Livre dos Produtores - MLP, local com intensa comercialização de produtos, não havendo o uso da mangueira d'água.

Em setembro de 2013, a CEASAMINAS solicitou contratação de uma nova tecnologia para a lavagem do pátio de comercialização (Edital de Licitação - Pregão Presencial nº 58/2013). A tecnologia, ec-H2O, possui vantagens em relação à anterior, como a redução no consumo de água e no consumo dos produtos de limpeza, além de aumento da produtividade, melhoria na qualidade dos serviços, redução de absenteísmo.

Diante da Crise Hídrica a CeasaMinas, mesmo não tendo obrigatoriedade, atuou em algumas ações, que durante o segundo trimestre do ano de 2015, a levou a economizar 30,2 milhões de litros de água em relação ao mesmo período de 2014. A queda no gasto foi de 28%. A redução foi conseguida principalmente após um mapeamento da rede de abastecimento de água do entreposto de Contagem, que possibilitou correção de vazamentos.

Foi feita ainda a redução da vazão da água no registro em todos os banheiros do entreposto de Contagem sem comprometer a eficiência do serviço prestado. Além disso, foram instaladas válvulas redutoras de pressão em todas as torneiras da unidade de Contagem, foi instalado um hidrômetro no reservatório geral, para identificar possíveis vazamentos na adutora. A redução do gasto de água foi conseguida também com uma campanha de conscientização voltada para usuários do entreposto através de lembretes afixados próximos aos vasos sanitários e das pias.

A Ceasaminas firmou um contrato com a Fundep - Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa, para que a faculdade de Farmácia da UFMG realize análises periódicas da água distribuída no entreposto, aumentando assim o controle da qualidade da mesma. Foi realizado nos últimos 6(seis) meses, 3(três) análises microbiológicas e físicoquímico da água, com o intuito de garantir o controle de padrões de qualidade consumo. São coletadas amostras em todo o sistema de abastecimento do entreposto, incluindo quatro poços artesianos de onde a água é captada e uma caixa d'água, onde é feita a armazenagem. Também foram selecionados seis pontos de distribuição dentro do entreposto de contagem.

As análises visam apontar o atendimento aos padrões para consumo humano, estabelecidos na Portaria 2914 do Ministério da Saúde.

Foi realizado melhorias na cerca que controla o acesso nos reservatórios com o intuito de garantir maior segurança, evitando possíveis acidentes que poderiam acarretar na contaminação da água.

O projeto LED visa à racionalização do consumo de energia elétrica na CEASAMINAS/Contagem. Sendo que até outubro de 2014 foram instaladas 14.591 lâmpadas de tecnologia LED. a partir de janeiro de 2013, todos os descartes foram de lâmpadas provenientes do projeto LED.

Utilização de lanternim nas construções com soluções sustentáveis que e uma abertura na parte superior do telhado que possibilita a ventilação e a iluminação natural sob a cobertura, reduzindo consideravelmente a temperatura do ambiente possibilitando a renovação contínua do ar. Resulta na economia do consumo de energia elétrica e melhora o conforto térmico o que reduz o consumo de ar condicionando. Foram instalados nos pavilhões X e Z.

Utilização de telhado branco, o mesmo conhecido como "cool roof", que refletem e emitem o calor do sol de volta para a atmosfera, ao invés de transferir para a construção abaixo. Os benefícios são mensurados através de duas propriedades: refletância solar e emissão térmica. O telhado literalmente permanece fresco e reduz a quantidade de calor transferido para a construção, mantendo o ambiente interno agradável e com uma temperatura mais constante, reduzindo no consumo de energia elétrica e no uso do ar condicionado em 20% ou mais nos dias ensolarados.

Visando a economia da água e a utilização de água pluvial, foi construído um reservatório de 300m³ para captação da água da chuva pelo telhado. Instalado no pavilhão X. Foi feito um furo e instalado um registro para utilização da água por gravidade.

A Ceasaminas promoveu mini oficinas e o incentivo ao consumo frutas no circuito cultural da Praça da liberdade onde recebeu o 8º festival Internacional Andando de Bem com a Vida (ABCVida) que reuniu palestras, vivências, compartilhamento de saberes, espetáculos e demais atrações culturais para todas as idades, tendo como foco a preservação do planeta. No espaço da CeasaMinas, o público aprendeu a montar hortas verticais em garrafas pets, uma alternativa de cultivo dentro de pequenos espaços, como nos apartamentos, por exemplo. Além de informações e dicas sobre alimentação saudável, com doação de frutas, agricultura familiar, com mini palestras apresentadas pelos técnicos da empresa, degustação de produtos naturais, exposição de frutas e hortaliças diversas, além de informações sobre suas origens, propriedades nutricionais e dicas de como comprar e conservar morango, tangerina ponkan, couve-flor, repolho e tomate santa cruz.

A CEASAMINAS está constantemente divulgando informações e orientações relacionadas à questão ambiental, em parceria com o Departamento de Comunicação, com o objetivo de sensibilizar os usuários e funcionários da empresa quanto às problemáticas ambientais e a responsabilidade de todos, além de reforçar a importância do setor de meio ambiente na empresa. São publicadas notícias em jornais, informativas e comunicados internos, além de matérias no site da empresa e em jornais locais.

Considerando que a CEASAMINAS é um empreendimento de grande porte com elevado potencial poluidor, é necessário empenho intenso para mitigar os danos ambientais gerados. Visando ser uma empresa ecoeficiente, a CEASAMINAS vem buscando e aplicando rotinas e práticas que a direcionem a uma postura cada vez mais sustentável.

8.5 Gestão de Fundos e Programas

NÃO SE APLICA

8.6 Informações Sobre Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

Os depósitos judiciais são requeridos pelo Departamento Jurídico ao Departamento Financeiro e são comprovados nos autos das respectivas ações judiciais. Contudo, não há, no Departamento Jurídico, uma planilha específica desse controle desses depósitos. Quando precisamos dessas informações as requeremos no Departamento Financeiro que exerce o controle destes na conta contábil *retenção valores decisão judicial*.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
NA				
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Descrição da determinação/recomendação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O TCU não emitiu nem acórdão mencionando esta Unidade Prestadora de Contas.				

9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE RECOMENDAÇÕES DA CGU

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Flexibilização das regras de transferência	Aguardar manifestação do TCU, uma vez que a Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas já se posicional parcialmente a favor da CeasaMinas Aguardando a votação de dois Ministros.	-	-	-

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Cumprimento parcial de determinação do Acórdão TCU	Processo Judicial já em trâmite -Comercial Triunfo Ltda. 0079.00.019.718-0	DEJUR	13/09/2000	-

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.2 – Cumprimento parcial de determinação do Acórdão TCU	Regularizar os contratos dos seguintes concessionários: Unidade de Contagem: Mercantil Scala Ltda. (Pavilhão F-1); Telemar Leste Oeste S.A (Pavilhão área Especial); - Unidade de Uberlândia: Comercial Pires Carvalho Ltda. e Paraíso das Bananas Ltda.; - Unidade de Caratinga: Jayder Pereira de Miranda (Pavilhão GP-I). exceto a empresa Telemar que existe um processo judicial em andamento.	DEJUR	30/11/2014	20/05/2016-

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União	Anulação do Contrato de Concessão de Uso	DEJUR	30/11/2014	28/02/2015
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa impedida de licitar e contratar com a União	Encaminhar os fatos à Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
1.1.1.3 – Contrato Firmado com empresa	Inclusão de itens nos editais dos processos licitatórios	CPL	30/11/2014	20/01/2015

impedida de licitar e contratar com a União	informando que não serão admitidas na licitação empresas suspensas e impedidas de licitar e contratar			
Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
1.1.1.3 – Falta de normatização para precificação das áreas	Publicação de RD que normatize e divulgue a metodologia para precificação dos valores por m ²	PRESI	30/11/2014	31/12/2014

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.1 – Apresentação de documentação incompleta	Entendemos que não houve apresentação de documentação incompleta	-	-	-
2.1.1.1 – Apresentação de documentação incompleta	Elaboração de cartilha a fim de instituir controles internos administrativos visando contribuir para a completude e integridade dos registros de documentos essenciais aos processos licitatórios e contratos da Entidade, de modo a permitir a rastreabilidade dos documentos públicos.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.2 – Restrições à competitividade na realização das Concorrências 75/2010 e 76/2010 e 24/2012 e Pregões 11/2008 e	Entendemos que não houve restrições à competitividade	-	-	-

12/2010				
---------	--	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.3 – Impropriedades na realização das Concorrências 75/2010 e 76/2010	Elaboração de cartilha a fim de instituir controles internos efetivos, de modo a somente apresentar o orçamento contendo valores devidamente detalhados, sem indicação de unidades genéricas ou mediante uso de "verba".	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.5 – Descumprimento de cláusula de garantia na execução dos contratos 18/2011, 23/2011 e 24/2011	Elaboração de cartilha a fim de instruir formalmente a área responsável e os fiscais de contrato para efetuar a cobrança da garantia no momento da assinatura do contrato.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	Contratação de cursos de atualização e capacitação para os servidores da área de licitações e contratos.	PRESI	30/11/2014	01/07/2015
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e Concorrência 24/2012	Orientar as áreas a adequar os percentuais de encargos conforme a IN 02/2008	Concluído	Concluído	Concluído
2.1.1.6 – Sobrepreço nas planilhas de preços do Pregão 12/2010 e	A CGU solicita que seja demonstrado que os preços estão em conformidade com o	-	-	-

Concorrência 24/2012	praticado no mercado ou que se providencie a restituição ao Erário. Entendemos que não houve sobrepreço e que a demonstração de adequação aos preços de mercado já foi realizada.			
----------------------	---	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.7 – Superfaturamento no Contrato 18/2011 por majoração do valor dos postos de trabalho	Entendemos que não houve superfaturamento, razão pela qual não haverá apuração de responsabilidades nem ressarcimento ao Erário	-	-	-
2.1.1.7 – Superfaturamento no Contrato 18/2011 por majoração do valor dos postos de trabalho	Contratação de cursos para capacitar os fiscais de contrato	PRESI	30/11/2014	01/07/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.8 – Assinatura de Termos Aditivos sem pesquisa de preços	Contratação de cursos para capacitar os servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos	PRESI	30/11/2014	01/07/2015
2.1.1.8 – Assinatura de Termos Aditivos sem pesquisa de preços	Elaboração de cartilha que institua controles internos para o acompanhamento eficaz dos prazos contratuais da CEASAMINAS visando à prorrogação contratual apenas quando comprovada sua vantajosidade frente as pesquisas de preços de mercado.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.9 – Pagamento de despesas com a prestação de serviços de locação de máquina de lavar piso sem cobertura contratual	Encaminhar à Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades pela assunção de despesas com a prestação de serviços sem cobertura contratual	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.10 – Reajuste pelo IPCA concedido com vedação expressa ao Contrato 60/2008	Orientar a CPL para que faça constar, em editais e contratos, a previsão de reajustamento nas hipóteses permitidas e nas formas dispostas nos arts. 40, inciso XI e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação - CPL a divulgar em Editais, no mínimo, o preço total estimado para a contratação de serviços como parâmetro para aceitabilidade das propostas.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Elaboração de cartilha que institua rotinas para realização de pesquisas de preços, com no mínimo 3 (três) cotações, para todos os itens da Planilha de Custos quando da contratação de	PRESI	30/11/2014	01/06/2015

	serviços.			
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar os fiscais de contrato a abster-se de prever o item Reserva Técnica nas Planilhas de Custos dos Termos de Referência, detalhando todos os itens da planilha de preços.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.11 – Falhas na elaboração do edital e termo de referência do Pregão Eletrônico 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação - CPL a definir em Termos de Referências a planilha de custos unitários e exigir dos licitantes que elaborem propostas de preços com os custos unitários de todos os bens e equipamentos para o adequado julgamento dos preços e pagamentos posteriores.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.12 – Impropriedades no planejamento das licitações dos Pregões nº 08/2008 e 12/2010 e Concorrência 24/2012	Elaboração de cartilha que estabeleça rotinas que visam à definição de critérios objetivos e padronizados para o planejamento das licitações, principalmente no tocante à elaboração de estudos de necessidades e orçamento-base detalhado. Além disso, definir controles internos adequados e suficientes para revisão dos processos administrativos da área de contratações.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015
2.1.1.12 – Impropriedades no	Contratação de cursos de atualização e capacitação para	PRESI	30/11/2014	01/01/2015

planejamento das licitações dos Pregões nº 08/2008 e 12/2010 e Concorrência 24/2012	os servidores que atuam na área de licitações e contratos administrativos			
---	---	--	--	--

Constatação	Plano de Providências	Executor	Início	Término
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	Orientar a Comissão Permanente de Licitação – CPL e os fiscais de contrato a definir em Termos de Referências a planilha de custos unitários e exigir dos licitantes que elaborem propostas de preços com os custos unitários de todos os bens e equipamentos para o adequado julgamento dos preços e pagamentos posteriores.	PRESI	30/11/2014	20/01/2015
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	Elaborar cartilha que institua rotinas para realização de pesquisas de preços, com no mínimo 3 (três) cotações, para todos os itens da Planilha de Custos quando da contratação de serviços.	PRESI	30/11/2014	01/06/2015
2.1.1.13 – Sobrepreço nos equipamentos individuais da mão de obra de vigilância no Pregão 11/2008	A CGU recomenda que seja comprovada a ausência de sobrepreço ou que se providencie a restituição ao Erário. Entendemos estar provada a ausência de sobrepreço, razão pela qual não serão tomadas providências	-	-	-

9.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

As informações referentes a este item estão disponível no tópico 5.5 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.

9.4 Medidas Administrativas e Judiciais Para a Cobrança da Dívida Previdenciária e Não Previdenciária

NÃO SE APLICA

9.5 Informações Sobre o Cronograma de Substituição de Trabalhadores Terceirizados Irregulares no Âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional

NÃO SE APLICA

9.6 Informações Sobre a Atuação em Benefícios de Prestação Continuada

NÃO SE APLICA

9.7 Informações Sobre a Gestão de Certificados de Entidades Beneficentes de Assistência Social

NÃO SE APLICA

9.8 Informações Sobre o Credenciamento das Oficinas Regionais de Extintores de Incêndio Perante o Inmetro

NÃO SE APLICA

9.9 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os pagamentos de contratos e convênios são efetuados de acordo com os prazos estabelecidos nos mesmos, desde que a empresa não tenha nenhuma pendência de documentos, tais como a falta de regularidade fiscal, boletim de medição, ordem de início de serviços, informação de rateio por centro de custos etc. Também é avaliado o tempo hábil para o processamento do pedido de pagamento de acordo com as normas internas da Unidade Prestadora de Contas. Quando da pendência de algum documento o pagamento fica retido até a sua regularização, sendo liberado após a regularização dos documentos. Os produtos/serviços contratados por compra direta são quitados de acordo com os prazos estabelecidos nas autorizações de fornecimentos e com os boletos bancários emitidos pelo fornecedor. Os valores por fornecedor foram demonstrados por amostragem, sendo considerados alguns dos maiores fornecedores conforme relação a seguir:

Associação Comercial da Ceasa – ACCEASA;
ACE – Auditoria, Assessoria e Consultoria Empresarial S/C;
Aliança do Brasil Seguros S.A.;
CEMIG Distribuição S.A.;
CEMIG Geração e Transmissão S.A.;
Conservo Serviços Gerais Ltda.;
Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA MG.;
Efficientia S.A.;
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural MG.;
Empresa Mineira de Computadores Ltda.;
Esco Água e Energia Ltda.;
Extra Formulário Contínuo Ltda.;
Fund. Apoio a Educac e Desenvolvimento Tecnológico de MG.;
Imprensa Nacional;
Laplace Máquinas e Equipamentos Ltda.;
Lima Soluções Energéticas Ltda – EPP.;
Método Telecomunicações e Comércio Ltda.;
Noeli Patrulski Eireli;
Plantão Serviços de Vigilância Ltda.;
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

Posto Baísa Ltda.;
Rodna Travel – Viagens e Turismo Ltda.;
Simpres Comercio, Locação e Serviços S.A.;
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio Ltda.;
Stratec Informática Ltda.;
Telemar Norte Leste S.A.;
TOTVS S.A.;
Ultimax EIRELI – ME.;
Vina Equipamentos e Construções Ltda.; e
W&M Publicidade Ltda – EPP.

9.10 Informações Sobre as Ações de Patrocínio

NÃO SE APLICA

9.11 Gestão de Precatórios

NÃO SE APLICA

9.12 Informações Sobre a Aplicação dos Recursos do FCDF Destinados às Áreas de Saúde e Educação

NÃO SE APLICA

9.13 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

NÃO SE APLICA

9.14 Informações Sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

Durante o ano de 2015 foram realizadas iniciativas no âmbito da publicidade sendo elas:

8º Festival Andando de Bem com a Vida (26 a 28/06/2015)

O evento contou com o patrocínio da CeasaMinas, por meio do qual foi montado estande aberto ao público na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Teve divulgada sua marca em diversas peças do evento, além de poder interagir com o público por meio de atividades e distribuição de material institucional. O evento teve como objetivo divulgar iniciativas de valorização da sustentabilidade e da qualidade de vida.

29º Congresso da União dos Mercados Atacadistas (WUWM) de 23 a 26/09/2015

O evento foi realizado em Campinas – SP. O congresso incluiu a participação de técnicos da Unidade em diversas palestras técnicas e demais eventos correlatos, visando melhor capacitá-los, além de garantir divulgação institucional, por meio de um estande montado no local do evento e da exposição da logomarca da estatal em vários materiais.

29º Congresso e Feira Supermercadista e da Panificação (Superminas), de 20 a 22/11/2015

Evento no qual a empresa divulgou informações de interesse público ligados a estatal, além de promover exposição de produtos dentro de estande próprio. A participação da CesaMinas possibilitou além do fortalecimento da marca da Estatal, perante o segmento varejista, estreitar o relacionamento entre este público e produtores rurais, comerciantes e técnicos da estatal.

Principais Materiais Produzidos

- ✓ Folder de apresentação geral da CeasaMinas;
- ✓ Folder de apresentação do programa Prodal Banco de Alimentos;
- ✓ Folder de divulgação de cursos da Seção de Agroqualidade;
- ✓ Baneres para divulgação de ações diversas e eventos;
- ✓ Faixas, principalmente, para divulgação de licitações de áreas no Entrepasto de Contagem.

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	192.238,00	133.552,00	132.896,00
Legal	140.000,00	97.662,00	92.742,00
Mercadológica			
Utilidade Pública			

10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 Informações Sobre a Itaipu Binacional

NÃO SE APLICA

11. ANEXOS E APÊNDICES

Relatório e/ou Parecer da Unidade de Auditoria Interna

Belo Horizonte, 16 de maio de 2016goottv.

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais– CEASAMINAS, cumprindo as disposições contidas no caput e inciso II do art. 2º da Decisão Normativa TCU n.º 132/2013, apresenta este Parecer como peça complementar ao Relatório de Gestão da CEASAMINAS referente ao exercício de 2015, observando os conteúdos fixados no Anexo III da citada decisão normativa.

A RD/PRESI/005/2014 prevê no seu artigo 5º: “A Auditoria interna da CEASAMINAS deve ser composta pelo Auditor Chefe e por um Corpo Técnico, em número suficiente para atender suas finalidades.” Atualmente a Auditoria Interna possui 01 chefe e 02 auditores internos. Dessa forma, verifica-se que o quadro funcional é insuficiente para atender com celeridade às demandas da Auditoria Interna.

A escolha do titular da AUDIN baseia-se no Parágrafo Primeiro do art. 5º da RD/PRESI/005/2014, que prevê o seguinte:

“A nomeação, designação ou exoneração do Titular da Unidade de Auditoria Interna será feita pelo Conselho de Administração, dentre o corpo técnico de auditores de carreira da CEASAMINAS, que, uma vez escolhido, será encaminhado à aprovação do órgão ou unidade de controle interno que jurisdiciona esta entidade, conforme determina o §4º do art.15 do Decreto 4.304 de 16/07/2002.”

A Auditoria cumpre a RD/PRESI/005/2014, em seu art. 1º, que prevê:

“A Auditoria Interna da CEASAMINAS, criada pela resolução nº2, de 07 de fevereiro de 2003 da Diretoria Executiva, nos termos do artigo 14 do Decreto nº3.591 de 06 de setembro de 2000, é um órgão técnico de controle e assessoramento do Conselho de Administração ao qual está vinculada.

Na execução das atividades da Auditoria Interna são examinados os controles internos administrativos da CEASAMINAS, e com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria, e com dificuldades operacionais e de pessoal, apresentaram algumas fragilidades, sendo as principais:

Itens pendentes de regularização, conforme já apontados pela auditoria da Controladoria Geral da União - CGU em seu pré-relatório de nº201504994 – Fundação Cefetminas e nº 201203378 – Concorrência Pública 07/2014:

A CeasaMinas encaminhou as considerações acerca do pré-relatório da Controladoria Geral da União, esclarecendo os itens abaixo relacionados:

As impropriedades apontadas têm sido objeto de análise e estudo de soluções por parte da Diretoria Executiva, buscando-se a eliminação das fragilidades identificadas no Controle Interno da Companhia.

Concorrência Pública 07/2014:

- Concessão de uso irregular relativa à imóvel incluído no Programa Nacional de Desestatização- PND.
- Objeto da Concessão de uso pertencente ao Estado De Minas Gerais e ainda não foi transmitida à União.
- Descumprimento da Obrigação de realização de audiência pública prévia a Concorrência nº07/2014.

Auditoria Interna da CeasaMinas- Rodovia BR 040, Km 688, Edifício da Administração – Guanabara – Contagem – MG – CEP: 32.145.900
Fone: (31)3399.2015 – Fax(31)3399.2071 – e-mail: cassio@ccasaminas.com.br - site: www.ceasaminas.com.br

- Definição imprecisa do objeto e das obrigações acessórias no edital da Concorrência nº07/2010.
- Subpreço em tarifa de uso aplicada no processo de concessão de uso da área da Ceasaminas.
- Prazo superestimado para a concessão de uso.
- Competitividade limitada no processo de concessão de uso de área por meio da Concorrência nº07/2014.
- Regulamentação inadequada do exercício da exploração comercial de área concedida a empresa por meio da Concorrência nº07/2014.
- Inexistência de avaliação prévia do imóvel e autorização legislativa estadual para realização da concessão de uso.
- Competência exclusiva da SPU/MG para realização de concessões de uso de imóveis de propriedade da União.

Fundação Cefetminas e nº 201203378

- Contratações Diretas irregulares da Fundação Cefetminas, com subcontratação ilegal da empresa Esco Energy, Saving Ltda. para consecução do objeto dos contratos nº36/2002 e 104/2010.
- Indefinição do objeto e do preço dos contratos nº36/2002 e 104/2010 da Ceasaminas com a Fundação Cefetminas, com o pagamento irregular de remuneração variável.
- Superestimativas dos valores mensais do "Benefício Econômico Verificado", erros e falta de deduções, no período de Junho de 2006 a Setembro de 2015, ocasionaram pagamentos a maior no montante de R\$815.028,56.
- Não utilização do parâmetro 'Volume efetivo total de água consumido durante todo período analisado, para efeitos de cálculo dos valores financeiros de água e de esgoto denominados "sem Cefetminas"
- Alteração na forma de apuração. Ocorrida a partir da fatura de Setembro de 2012, passando-se a deduzir o valor com energia elétrica antes da aplicação do percentual de 42% sobre o "benefício Econômico Verificado"
- Falta de dedução de todas as despesas realizadas pela Ceasaminas com "Cobranças pelo uso de recursos hídricos – CRH", do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM.
- Falta de incorporação ao patrimônio da Ceasaminas de todos os bens e equipamentos adquiridos com recursos dos Contratos nº36/2002 e 104/2010 para prospecção, adequação e bombeamento de água.

Esclarecemos que até o fechamento deste parecer a CGU-MG não apresentou o seu relatório final.

A Auditoria Interna também propôs diversas recomendações, já apresentadas em relatórios aos Conselhos de Administração e Fiscal, a fim de orientar os gestores sobre as fragilidades da empresa, tais como:

- A publicação resumida do contrato deve ser feita até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura (Lei 8.666/93, art. 61, parágrafo único).
- A Administração deve cumprir as normas e condições do edital. (Lei 8.666/93, art. 41).

Auditoria Interna da CeasaMinas- Rodovia BR 040, Km 688, Edifício da Administração – Guanabara – Contagem – MG – CEP: 32.145.900
Fone: (31)3399.2015 – Fax(31)3399.2071 – e-mail: CASSIO@ceasaminas.com.br - site: www.ceasaminas.com.br



- Todos os documentos referentes à licitação devem fazer parte do processo (Lei 8.666/93, art. 38).
- Retenções tributárias de todas as notas fiscais emitidas por prestadores de serviços, conforme determina a legislação.
- CPL evite acumular tantos processos licitatórios. O repasse de um volume muito elevado de processos em um mesmo mês, prejudicando os trabalhos da Auditoria Interna, pois é inviável auditar tantos processos, fragilizando, assim, o controle interno da empresa.
- Promover licitações para os serviços e compras essenciais, 30 dias antes do vencimento do contrato para que não haja interrupção;
- A designação de fiscal de contrato deve ser feita através de portaria, informando a sua responsabilidade, não só do contrato, mas inclusive o Edital de licitação e seus anexos.
- O fiscal do contrato deve ficar atento à responsabilidade de atestar a execução do serviço, através da planilha de medição e a nota fiscal emitida.
- Constituir um banco de dados com as imagens gravadas pelas câmaras de segurança, periodicamente;
- Revisão do plano de cargos e salários, seus critérios e o enquadramento dos empregados para fins de não ensejar divergências ou situações interpretativas que podem trazer passivos trabalhista a Empresa.
- Recomendamos que a comissão encarregada da negociação da RDC tome as providências necessárias para atualização dos pagamentos, com o objetivo de regularizar o resultado deficitário.
- Orientar os motoristas a discriminar o destino e o setor que estiver utilizando o veículo, evitando escrever “diversos” e “vários”.
- Maior controle dos veículos nos finais de semana.
- Instalação de rastreadores nos veículos.
- Recomendamos que sejam respeitadas as jornadas de trabalho determinadas pela legislação vigente, evitando que a CEASAMINAS incorra em multa.
- Entendemos que o Departamento de Planejamento - DEPLA deve avaliar a situação e rever seu orçamento de forma a ter sempre uma previsão de receitas a maior do que a previsão de despesas, para que haja um superavit suficiente para pagar o seu passivo.

A Auditoria Interna analisou o Balanço Patrimonial de 2015 e Demonstrações Financeiras e coaduna com a assembléia dos acionistas, no que tange a Proposta de Destinação do prejuízo apurado no exercício de 2015, apurado de acordo com a legislação societária, na importância de R\$ 442.917,37.

Destinação do Resultado do Exercício de 2015: pela aprovação da Destinação dos Resultados de 2015, conforme proposta apresentada pela Companhia, ressaltando porém, que considerando que há reservas de lucros, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido por tais reservas. Assim, o prejuízo de R\$ 442.917,37 (quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezessete reais e trinta e sete centavos), deve ser abatido do saldo de R\$ 2.931.514 (dois milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e quatorze reais), da Reserva de Lucro para Expansão, permanecendo nessa



conta o valor de R\$ 2.488.596,63 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos), conforme manifestações do DEST e da Secretária do Tesouro Nacional – STN

Foram realizadas auditorias abrangendo as áreas administrativa, financeira/contábil, patrimonial, orçamentária, pessoal e operacional. Foi elaborado também o PAINT relativo ao exercício de 2015, baseado nos relatórios de auditoria de 2014, que refletiram no RAINTE de 2015 e emitindo Parecer sobre a Prestação de Contas (Relatório de Gestão), além de assessoramento à Presidência, às Diretorias e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A Auditoria Interna realizou também em 2015 auditorias extraordinárias por demandas da Diretoria Administrativa, Conselho de Administração, e Conselho Fiscal, para atender demandas específicas para esclarecimentos de informações de alguns setores.

As recomendações formuladas pela AUDIN são acompanhadas periodicamente através do sumário de auditorias realizadas, onde são verificadas o cumprimento das recomendações pendentes

A Auditoria Interna participou de todas as reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, apresentando seus relatórios de Auditoria Interna; e apresentando esclarecimentos aos conselheiros sobre os apontamentos e pendências.

O PAINT 2016 – Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, determina o trabalho a ser realizado pelo grupo de auditores internos da CeasaMinas, tendo como base uma análise de riscos, submetendo este trabalho, para validação do corpo técnico da CGU – Controladoria Geral da União.

A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Nesse sentido, devem ser considerados, principalmente, os seguintes aspectos:

- a) a verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos da Auditoria Interna, a serem aplicados, considerando o volume ou a complexidade das transações e das operações;
- b) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

O PAINT de 2015 contemplou a programação de auditorias na Sede e Unidades da Companhia de acordo com as necessidades detectadas pela AUDIN.

O PAINT/2015 (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna) previa 45 **(quarenta e cinco)** relatórios. Concluímos 41 (quarenta e um) relatórios de janeiro a dezembro/2015. Ressaltamos que dentre esses foram feitos 07 (três) relatórios extraordinários, portanto concluímos 91% (noventa e um) do total previsto.

Em nossa opinião, as tomadas de decisões, até a presente data, irão refletir adequadamente em todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e contábil das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, em 31 de dezembro de 2015.

É o nosso PARECER.



Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria Interna

Auditoria Interna da CeasaMinas- Rodovia BR 040, Km 688, Edifício da Administração – Guanabara – Contagem – MG – CEP: 32.145.900
Fone: (31)3399.2015 – Fax(31)3399.2071 – e-mail: cassio@ceasaminas.com.br - site: www.ceasaminas.com.br

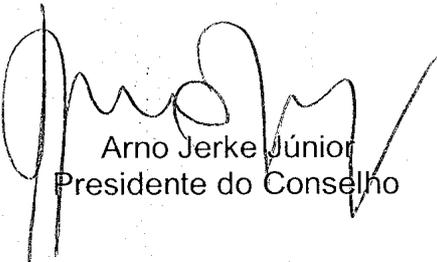
11.2 Parecer de Colegiado

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A CEASAMINAS

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias após análise, aprovou o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício de 2015, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, o Anexo I e as Notas Explicativas do Exercício de 2015, o Orçamento de Capital e Investimento a Proposta da Diretoria ao Conselho de Administração e o Relatório de Administração 2015, da CEASAMINAS, manifestando o encaminhamento para deliberação da Assembleia, conforme parecer emitido pela **Auditoria Independente, ACE - Auditoria Assessoria e Consultoria Empresarial**, referente ao exercício findo em 2015, não encontrando nenhum fato relevante que comprometa a Administração da CEASAMINAS.

Contagem/MG, 23 de março de 2016.



Arno Jerke Júnior
Presidente do Conselho



Gustavo Alberto França Fonseca
Conselheiro



Augusto César Mendonça de Sousa
Conselheiro



Cláudio Luis Gomes de Oliveira
Conselheiro



Kátia Terezinha Coelho da Rocha
Conselheira



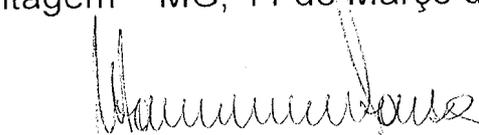
Tania Mara Garib
Conselheira

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.
CEASAMINAS**

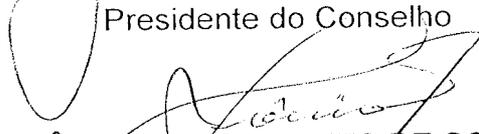
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CEASAMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após analisar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e o Orçamento de Investimentos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração atinente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e considerando o Parecer da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da referida documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa.

Contagem – MG, 11 de Março de 2016.



MARIA AUXILIADORA DOMINGUES DE SOUZA
Presidente do Conselho



SÔNIA MARIZA ALVES DE SOUZA
Conselheira



RICARDO DA COSTA NUNES
Conselheiro

11.3 Relatório de Auditor Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações contábeis das **Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as exigências a Secretaria do Tesouro Nacional e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das

demonstrações contábeis da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme Nota Explicativa nº 8, a CEASAMINAS ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem - MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal e contábil, assim como a contabilização dos Imóveis construídos no local pelos usuários.

Em 2009 a CEASAMINAS optou em contabilizar cerca de R\$ 1.236 mil referente a parte destes Imóveis construídos no local pelo usuário.

De acordo com a Administração da Entidade, a apuração dos valores envolvidos, que deveriam estar refletidos no ativo imobilizado e no Patrimônio Líquido da Companhia depende de ações da União Federal e do Estado de Minas Gerais com relação às áreas reservadas pelo Decreto Estadual nº 40.963 de 22 de março de 2000 a serem excluídas do processo de privatização.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, essas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil **das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

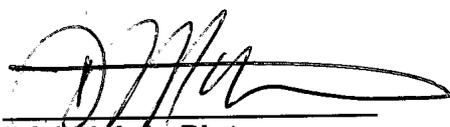
Em obediência ao Programa Nacional de Desestatização, no qual a empresa foi incluída pelo Decreto 3.654/2000, as providências preliminares foram iniciadas pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, permanecendo até a data do balanço sem definição do processo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional que solicitou a identificação e segregação dos saldos referentes ao convênio de nº 1.227/12 de Mútua Cooperação Administrativa, Financeira e Operacional firmado entre as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS e Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária - e Abastecimento – SEAPA.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram por nós auditadas, e sobre elas emitimos parecer com data de 24 de março de 2015, com ressalva.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2016.

ACE-AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG Nº 4.753



Dário Lúcio Pinto

Sócio Responsável

Contador-CRC-MG 36.375

11.4 Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei 8.730/1993 Quando à Entrega das Declarações de Bens e Rendas

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeito de comprovação junto aos Órgãos Públicos da União que os membros da Administração da CEASAMINAS, abaixo relacionados, estão em dia com as obrigações junto a Receita Federal, como comprova cópia de suas Declarações de Bens e Renda em nosso poder.

Membro	Cargo ou Função
• Gustavo Alberto França Fonseca	Diretor Presidente
• Juliano Maquiaveli Cardoso.....	Diretor Financeiro
• Edilberto Jose Da Silva.....	Diretora Técnico-Operacional
• Jorge Omar Lopes Da Silva	Conselheiro Fiscal
• Maria Auxiliadora Domingues De Souza.....	Conselheiro Fiscal
• Sônia Mariza Alves De Souza.....	Conselheiro Fiscal
• Arno Jerke Junior.....	Conselheiro Administração
• Claudio Luiz Gomes De Oliveira.....	Conselheiro Administração
• Tânia Mara Garib	Conselheiro Administração

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Contagem, 23 de maio 2016.


Adm. Luciano Ferreira Ribeiro
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

